RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

DECLARAÇÕES NÃO FINANCEIRAS

2021

MISERICÓRDIA
DO PORTO

Mais próximos,
mais solidários,
sempre prontos.

00 INTRODUÇÃO

00.1.

A NOSSA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE

Somos uma Instituição que em 2021 já conta com 522 anos de história e, como tal, temos presente na nossa cultura organizacional o tema da sustentabilidade, não apenas financeira, mas sobretudo social e também ambiental.

Sendo que muito do nosso património foi conseguido através de doações de beneméritos, desde cedo soubemos respeitar e conjugar as vontades dos mesmos com as nossas necessidades e as da população mais vulnerável da cidade do Porto.

Desta forma, em conjunto com os nossos *stakeholders*, procuramos canalizar os recursos que nos são confiados e os que são gerados por nós para a prestação de serviços humanizados e de elevado interesse social.

O nosso principal objetivo é promover uma mudança ambiental, económica e social para que juntos consigamos uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. Para isso temos como princípios orientadores a criação de valor, o planeamento, o envolvimento dos *stakeholders* na missão e nos processos de melhoria contínua, o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, a minimização dos impactos sociais e ambientais gerados pela atividade, o respeito pela lei e pelas Entidades públicas e o seguimento das melhores práticas nacionais e internacionais no exercício da missão.

Assim, enquanto Instituição secular que somos, continuaremos a contribuir para o desenvolvimento equilibrado e justo da cidade do Porto e bater-nos-emos pela melhoria da sociedade em toda a nossa área de influência, porque juntos estamos "*Mais próximos, mais solidários e sempre prontos*."

1 - A nossa Política de Sustentabilidade é parte integrante dos nossos Relatórios de Sustentabilidade e está em vigor desde 2018.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO

00. INTRODUÇÃO **4**
00.1. A Nossa Política de Sustentabilidade 5
00.2. Mensagem do Provedor 9
00.3. Sobre este relatório 10

01. GOVERNANÇA CORPORATIVA **16**
01.1. Perfil Organizacional 16
01.2. Estratégia: principais impactos, riscos e oportunidades 44
01.3. Ética e anticorrupção 54
01.4. Governança Corporativa 57
01.5. Envolvimento dos *stakeholders* 65
01.6. Avaliação da materialidade 68

02. ÂMBITO ECONÓMICO **71**
02.1. Desempenho económico 71

03. ÂMBITO AMBIENTAL **74**
03.1. Desempenho ambiental 74
03.2. Consumo de energia 75
03.3. Consumo de água 77
03.4. Emissões 79
03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade 81
03.6. Gestão de resíduos 83
03.7. Mudanças climáticas 86

04. ÂMBITO SOCIAL **87**
04.1. Benefícios para os colaboradores 87
04.2. Diversidade e igualdade de oportunidades 88
04.3. Gestão das relações laborais 90
04.4. Saúde e segurança ocupacional 91
04.5. Formação e desenvolvimento 93
04.6. Direiros humanos 94
04.7. Projetos sociais em 2021 95

05. CONTRIBUIÇÕES PARA O RELATÓRIO **105**

06. ANEXOS **106**
06.1. Sumário de conteúdo da GRI 106

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Processo de seleção de tópicos e conteúdos para o relatório 12
FIGURA 2: Ciclo de elaboração do relatório de sustentabilidade 14
FIGURA 3: Mapa da localização das nossas operações 17
FIGURA 4: Sala Reservas B, no MMIPO 19
FIGURA 5: Exposição "Rua das Flores: Passagem e Permanência", no MMIPO 20
FIGURA 6: Visita guiada na exposição Alberto Giacometti / Peter Lindbergh "Capturar o Invisível", no MMIPO 22
FIGURA 7: Ambão em fase de limpeza no Misarte | Conservação e Restauro, no MMIPO 23
FIGURA 8: Logotipo por área de exploração 34
FIGURA 9: A nossa missão, valores e visão 55
FIGURA 10: Organograma Institucional 58
FIGURA 11: Procedimentos de reporte perante suspeita de corrupção 62
FIGURA 12: Os nossos principais *stakeholders* 65
FIGURA 13: Emissões Anuais de GEE (tCO2e) nos anos 2019-2021 79
FIGURA 14: Emissões Anuais de GEE (tCO2e), por tipo, nos anos 2019-2021 79
FIGURA 15: Esquema risco de extinção 82

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Evolução anual do total de visitantes durante o período 2019-2021 21
GRÁFICO 2: Evolução mensal de documentos higienizados, descritos arquivisticamente, acondicionados e arquivados em 2021 24
GRÁFICO 3: Evolução mensal de novos registos nas bases de dados em 2021 25
GRÁFICO 4: Evolução mensal do número de documentos consultados presencialmente em 2021 26

GRÁFICO 5: Comparação homóloga p/ indicador no HP 27
GRÁFICO 6: Comparação homóloga das atividades principais no CHCF 28
GRÁFICO 7: Análise comparativa da atividade de Terapia Ocupacional 29
GRÁFICO 8: Comparação homóloga dos indicadores de atividade do CHCF 30
GRÁFICO 9: Distribuição das situações vulneráveis por tipo de público em 2021 31
GRÁFICO 10: Distribuição do número de pessoas idosas por tipo de resposta em 2021 32
GRÁFICO 11: Distribuição do número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade por tipo de resposta em 2021 33
GRÁFICO 12: Evolução anual do total de colaboradores entre 2018 e 2021 35
GRÁFICO 13: +Total de colaboradores por tipo de contrato e por sexo em 2021 35
GRÁFICO 14: Comparação homóloga do total de novas contratações e saídas de colaboradores 36
GRÁFICO 15: Comparação homóloga da taxa de novas contratações de colaboradores, por sexo 36
GRÁFICO 16: Principais fornecedores em 2021 39
GRÁFICO 17: Relevância vs Impacto 70
GRÁFICO 18: Distribuição percentual do valor económico direto gerado por Área de Exploração no total em 2021 73
GRÁFICO 19: Evolução anual do consumo anual de energia (GJ) 2019-2021 75
GRÁFICO 20: Consumo Anual de Energia (GJ), por área 2019-2021 76
GRÁFICO 21: Evolução do consumo anual de água (m3) 2019-2021 77
GRÁFICO 22: Evolução do consumo anual de água (m3), por área (2019-2020) 78
GRÁFICO 23: Comparação homóloga de emissões de GEE (tCO2e), por área 80
GRÁFICO 24: Produção anual de resíduos 2020-2021, em toneladas 83
GRÁFICO 25: Quantidades recolhidas em toneladas (Ecofone/ Porto Ambiente) 84
GRÁFICO 26: Produção anual de resíduos, por área 2020 84
GRÁFICO 27: Produção anual de resíduos, por perigosidade 2020-2021 84
GRÁFICO 28: Destino da produção anual de resíduos não perigosos, em 2021 84
GRÁFICO 29: Destino da produção anual de resíduos perigosos, em 2021 85
GRÁFICO 30: Percentagem de colaboradores - Comparabilidade 2018-2021 88
GRÁFICO 31: Licenças parentais - Comparabilidade 2018-2021 89
GRÁFICO 32: Percentagem de colaboradores, por faixa etária 2019-2021 89
GRÁFICO 33: Número de horas trabalhadas - Comparabilidade 2018 - 2021 92
GRÁFICO 34: Total horas de formação oferecidas 93
GRÁFICO 35: Percentagem de colaboradores que receberam avaliações de desempenho 93

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Listagem das áreas abordadas neste relatório e os respetivos Estabelecimentos que as compõem 13
TABELA 2: Listagem de igrejas e capelas da SCMP 18
TABELA 3: Análise comparativa das principais rubricas de FSE 38
TABELA 4: Listagem das categorias do risco 41
TABELA 5: Identificação e plano de envolvimento de *stakeholders* do CAS 45
TABELA 6: Resultados esperados CAS 46
TABELA 7: Identificação e plano de envolvimento de *stakeholders* da CR 47
TABELA 8: Resultados esperados CR 48
TABELA 9: Principais eixos estratégicos 50
TABELA 10: Matriz de materialidade 68
TABELA 11: Análise comparativa do valor económico direto gerado por Área de Exploração 72
TABELA 12: Análise comparativa do valor económico distribuído por rubrica 73
TABELA 13: Identificação dos benefícios atribuídos aos colaboradores por tipo de vínculo laboral 87

00.2.

MENSAGEM DO PROVEDOR

102-14

O ano de 2021 foi mais um ano de desafios, em especial devido à situação pandémica que vivenciamos e que tantas dificuldades ainda nos coloca, mas também de grandes momentos de superação e resiliência.

A instabilidade política, nacional e internacional, contribuiu para o aumento da incerteza bem como da instabilidade social e económica, levando a que matérias como a sustentabilidade ambiental e a paridade social não tivessem a atenção devida. Nesse sentido, preocupados com os nossos valores assentes na honestidade e transparência, divulgamos novamente um relatório de sustentabilidade, dando a conhecer aos nossos *stakeholders* e à sociedade em geral, os resultados obtidos e as ações desenvolvidas para mantermos o caminho da sustentabilidade, que já vimos a trilhar desde o nosso primeiro relatório, redigido em 2018.

Continuamos os nossos esforços de forma integral, a fim de progredirmos na rota da sustentabilidade ambiental, económica e social, aperfeiçoando a nossa posição face a anos anteriores. A nossa meta prende-se, deste modo, em continuar a percorrer este rumo, assente em práticas de gestão eficientes e de longo prazo, para melhorar a habitabilidade nesta que é a nossa casa comum. Prova disso é a preparação da elaboração da nova estratégia para a sustentabilidade do quadriénio 2022-2025.

Com este relatório damos público testemunho do nosso compromisso com a sustentabilidade, procurando minorar os impactos que as nossas atividades têm no meio ambiente, bem como a melhoria contínua das condições de vida dos nossos beneficiários, colaborando na criação de uma economia mais humanizada. Desta forma, continuaremos a trabalhar arduamente na procura e oferta de melhores condições de vida de todos aqueles que nos procuram, em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O nosso foco deve continuar assente em sermos uma Instituição coesa cuja nobreza da missão é renovada todos os dias, com o cumprimento dos seus 14 pilares fundamentais (as 14 obras de Misericórdia) e o empenho de todos os nossos membros e de entidades terceiras que se relacionam connosco, que contribuem para a nossa reputação de Instituição secular de grande prestígio e influência na cidade e no país.

O Provedor

António Tavares

00.3.

SOBRE ESTE RELATÓRIO

102-46 | 102-47 | 102-48 | 102-49 | 102-50 | 102-52

VISÃO GERAL DO TÓPICO

Somos uma Instituição com mais de cinco séculos e temos como missão a prática do bem, direcionando os recursos dos nossos beneméritos para a satisfação das necessidades dos mais desfavorecidos, fazendo da transparência uma das nossas principais virtudes. Neste sentido, apresentamos este relatório aos nossos *stakeholders* como forma de estes se sentirem mais próximos do trabalho por nós desenvolvido e perceberem como as suas doações e os proveitos gerados por nós são distribuídos pelas múltiplas respostas que temos pela cidade e pelo país.

Para que a informação seja transmitida da forma mais fácil e intuitiva possível seguimos as melhores práticas e referências para a elaboração de um relatório não financeiro, guiando-nos pelas Normas GRI (*Global Reporting Initiative*) e cumprindo o disposto no Decreto-Lei n.º 89/2017 de 28 de julho e na Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu.

No ano a que se refere este relatório não existiram alterações significativas em relação a relatórios anteriores, podendo verificar-se esse facto na tabela GRI constante em anexo ao presente documento, que dele faz parte integrante.

Com a elaboração do presente relatório esperamos cativar quem o lê a querer conhecer-nos melhor e a aumentar o seu interesse por nós, pelas nossas múltiplas unidades e pela nossa missão.

Sendo que nós temos uma grande dimensão e que no processo de comunicação interno são utilizadas muitas abreviaturas, com o objetivo de facilitar o mesmo (visto que alguns nomes são bastantes extensos), optamos por elaborar uma lista de abreviaturas que apresentamos em seguida.

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS:

APA	Agência Portuguesa do Ambiente
CAS	Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins
CBNS	Colégio Barão de Nova Sintra
CDA	Centro de Dia de Alzheimer
CHCF	Centro Hospitalar Conde de Ferreira
CIAD	Centro Integrado de Apoio à Deficiência
CMP	Câmara Municipal do Porto
CNSE	Colégio Nossa Senhora da Esperança
CP	Casa da Prelada
CPAC	Centro Professor Albuquerque e Castro
CR	Casa da Rua - D. Lopo de Almeida
CSA	Casa de Santo António- Casa Abrigo
CSC	Código das Sociedades Comerciais
DCF	Departamento de Contabilidade e Finanças
DGAP	Departamento de Gestão Administrativa e Património
DGOSI	Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação
DIS	Departamento de Intervenção Social
DRHFP	Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional
e-GAR	Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos
EPSCB-F	Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino
ERPI NSM	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Nª Srª Misericórdia

ERPI PL	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas Pereira de Lima
ERPI SL	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas São Lázaro
GAI	Gabinete de Auditoria Interna
GAJC	Gabinete de Assuntos Jurídico e Contencioso
GAP	Gabinete de Apoio à Provedoria
GMC	Gabinete de Marketing e Comunicação
GRC	Gestão do Risco e Controlo
GRI	Global Reporting Initiative
HP	Hospital da Prelada
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS	Instituto da Segurança Social
M&E	Monitoring & Evaluation
MCDT	Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
MFR	Medicina Física e Reabilitação
MMIPO	Museu e Igreja da Misericórdia do Porto
NA	Não Aplicável
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIDH	Observatório Internacional de Direitos Humanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAM	Parque Avides Moreira
PGR	Programa de Gestão de Resíduos
PNGR	Plano Nacional de Gestão de Resíduos
PP	Parque da Prelada
RCD	Resíduos de Construção e Demolição
REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
REN	Redes Energéticas Nacionais
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SAC	Serviço de Apoio ao Cliente
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SCMP	Santa Casa da Misericórdia do Porto
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SPeC	Serviços Partilhados e Corporativos
SRC	Segurança, Risco e Compliance
TGP	Técnico Gestor do Processo
UO	Unidades Operacionais

SELEÇÃO DOS TÓPICOS

102-48 | 102-53

A opinião dos nossos *stakeholders* é o nosso ponto de orientação, pelo que procuramos ausculta-la regularmente para potenciar uma maior aproximação entre nós e as nossas partes interessadas. Para além disso atualizamos com frequência a lista de tópicos que cremos ser a que melhor representa as nossas principais oportunidades e riscos.

Para a seleção destes tópicos foram tidos em conta aqueles que têm uma maior relevância para a nossa atividade e para aqueles que connosco cooperam (ver secção 01.5).

Incumbe ao Departamento de Gestão Organizacional e Sistemas de Informação (DGOSI) a elaboração do presente relatório, cabendo-lhe o envolvimento com as diversas áreas no sentido de recolher e trabalhar a informação necessária.

O presente relatório define e desenvolve os tópicos que consistentemente foram considerados mais relevantes para nós em 2021, no qual criamos um processo estruturado baseado em quatro etapas, que apresentamos em seguida:

PESQUISA E SELEÇÃO DE TÓPICOS

Base para a seleção de tópicos:

> Normas GRI
> Pacto Global da ONU
> ISO 26000
> Documentos institucionais
> Valores, missão e estratégia da Instituição
> Envolvimento contínuo com os *stakeholders* através dos diferentes modos

PREPARAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA MATERIALIDADE

Combinação dos tópicos das várias estruturas base e integração nos diferentes âmbitos:

> Ambiental
> Social
> Económico
> Governança Corporativa
> Definição do propósito da avaliação da materialidade através de:
    > Avaliação do risco
    > Avaliações de impacto

VALIDAÇÃO DOS TÓPICOS

> Validação dos tópicos pela direção do DGOSI para garantir que a cobertura é relevante, completa e comparável
> Envolvimento com as áreas de intervenção da SCMP para validar as opiniões e tópicos selecionados

IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO DA MATERIALIDADE

> Avaliação da materialidade sob a forma de questionário online pelos principais *stakeholders*
> Desenvolvimento da matriz de materialidade personalizada de acordo com a priorização de tópicos materiais relevantes para a Instituição e principais *stakeholders*
> Desenvolvimento dos tópicos considerados mais relevantes

Figura 1 : Processo de seleção de tópicos e conteúdos para o relatório

REVISÃO DOS TÓPICOS

Dada a nossa antiguidade podemos perceber rapidamente que a sustentabilidade é algo que é transversal a todas as nossas áreas de atuação, envolvendo todas as Unidades Operacionais (UO) e departamentos/gabinetes. Para um desempenho mais ágil e integrador foi nomeado um interlocutor de cada área, pertencendo à direção/coordenação da mesma, ou articulando diretamente com esta, que analisa e disponibiliza a informação relativa à sua área.

TABELA 1
Listagem das áreas abordadas neste relatório e os respetivos Estabelecimentos que as compõem

Cultura	Casa da Prelada - D. Francisco de Noronha e Menezes (CP)
	Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO)
Desenvolvimento Agrícola	Quinta D'Alva
Justiça	Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo - Feminino (EPSCB-F)
Projetos Especiais	Projetos Especiais
Saúde	Hospital da Prelada (HP)
	Centro Hospitalar Conde Ferreira (CHCF)
Social	Departamento de Intervenção Social (DIS)
Serviços Partilhados e Corporativos (SPeC)	Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF)
	DGOSI
	Departamento de Gestão Administrativa e Património (DGAP)
	Departamento de Recursos Humanos e Formação Profissional (DRHFP)
	Gabinete de Assuntos Jurídico e Contencioso (GAJC)
	Gabinete de Marketing e Comunicação (GMC)

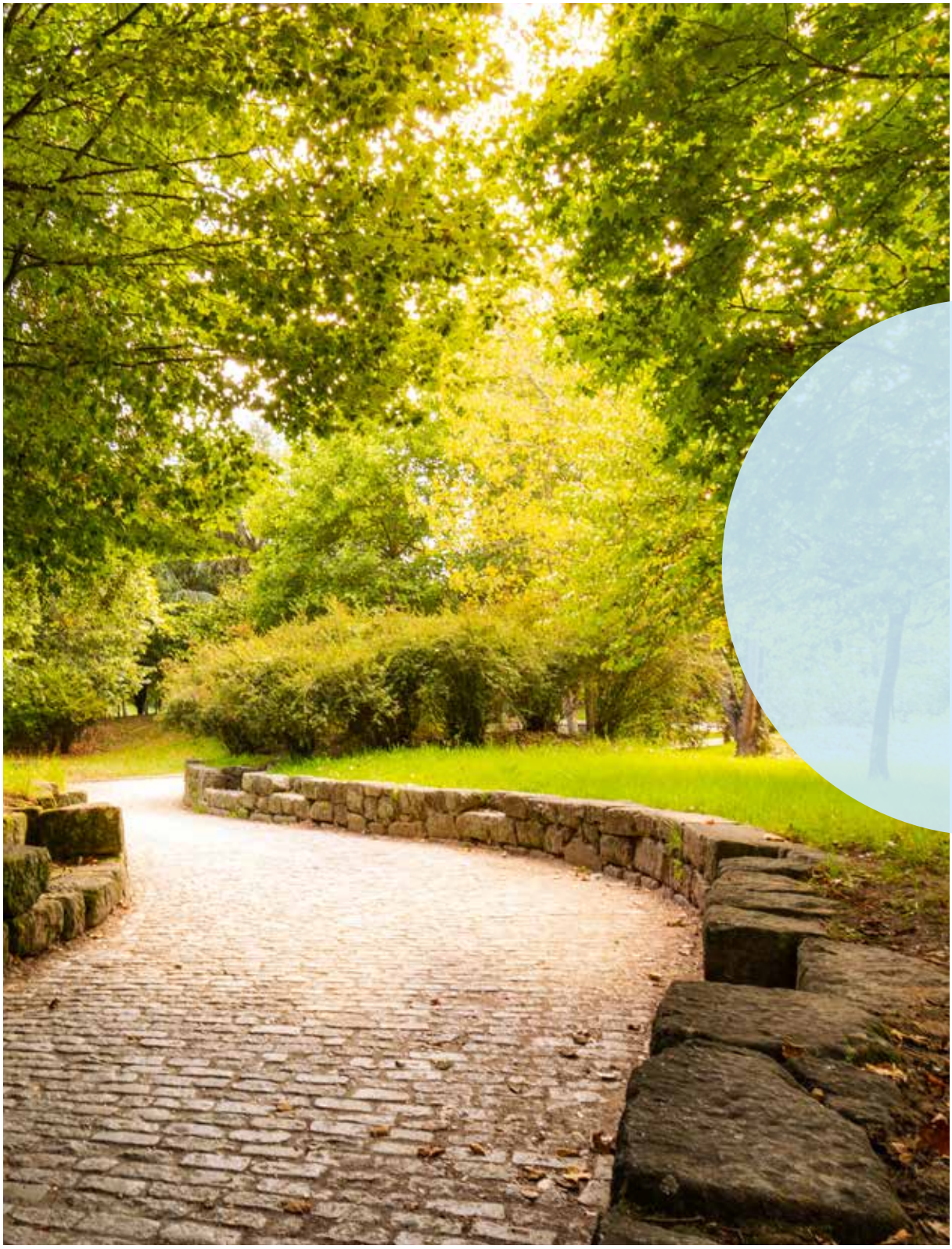
Com vista a garantir a qualidade e credibilidade do nosso relatório de sustentabilidade, o mesmo é revisto pela área de Gestão do Risco e Controlo do DGOSI (DGOSI-GRC), que engloba a vertente do Controlo Interno e de Ambiente e Qualidade e validado pela respetiva direção, antes de ser submetido para aprovação pela Comissão Executiva. Após aprovação final, a sua edição, a imagem e paginação é efetuada pelo GMC para ser publicado.

- **1. RECOLHA DE DADOS**
- **2. TRATAMENTO DOS DADOS**
- **3. VALIDAÇÃO DOS DADOS**
- **4. PUBLICAÇÃO DO RELATÓRIO**

Figura 2 : Ciclo de elaboração do relatório de sustentabilidade

Quando necessário serão mencionados os relatórios de sustentabilidade passados bem como os demais documentos que possam auxiliar na apresentação da informação constante no presente relatório, tais como os relatórios de gestão e contas e os planos de atividades e orçamento.

Na eventualidade de qualquer dúvida ou proposta sobre este relatório, dever-se-á contactar os responsáveis pelo mesmo através do endereço de correio eletrónico sustentabilidade@scmp.pt ou contacto telefónico: +351 220 924 422.



01 GOVERNANÇA CORPORATIVA

01.1.

PERFIL ORGANIZACIONAL

102-1 | 102-2 | 102-3 | 102-4 | 102-5 | 102-6 | 102-7 | 102-8 | 102-9 | 102-10 | 102-11 | 102-12 | 102-13

NÓS

102-1 | 102-2 | 102-5

Fundados a 14 de março de 1499, surgimos segundo o direito canónico como sendo uma associação de fiéis, cujo objetivo é praticar o bem, desenvolvendo atos de caridade, em especial para com os mais desfavorecidos da sociedade.

A nossa atuação pauta-se pelos valores éticos e morais baseados na doutrina cristã, trabalhando assim para uma sociedade mais justa, desenvolvendo respostas sociais que apoiem aqueles que, pela sua idade, condição de saúde ou rendimentos não consigam ter uma vida digna e estável. Assim, o desenvolvimento da nossa ação rege-se pelas 14 Obras de Misericórdia, que se dividem em sete Obras Corporais e sete Obras Espirituais, conforme o previsto no artigo 4º do Compromisso da Irmandade da Misericórdia do Porto.

Para além disso, estamos registados segundo a lei civil, tendo o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), o que nos confere o reconhecimento estatal da nossa missão e da importância do nosso trabalho para a sociedade, bem como a necessidade de alguns dos nossos serviços serem financiados por fundos públicos.

Desenvolvemos um vasto conjunto de serviços, distribuídos por várias áreas, apresentadas de seguida e que poderão ser consultadas com maior detalhe no organograma (secção 01.4.).

ONDE ESTAMOS?

102-3 | 102-4 | 102-6 | 102-7

Temos inúmeras UO localizadas pelo distrito do Porto sendo que a nossa sede se situa nos SPeC, na rua Joaquim Vasconcelos, Nº 79, 4050-311, Porto.

A maior parte da nossa atividade encontra-se espalhada por toda a cidade do Porto e até por algumas cidades em volta, como Vila Nova de Gaia e Matosinhos, sendo que a nossa influência se estende muito para além disso. No entanto, uma parte da nossa atividade é desenvolvida na Quinta D'Alva, localizada no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, no distrito da Guarda, onde se pratica agricultura biológica e turismo sustentável.

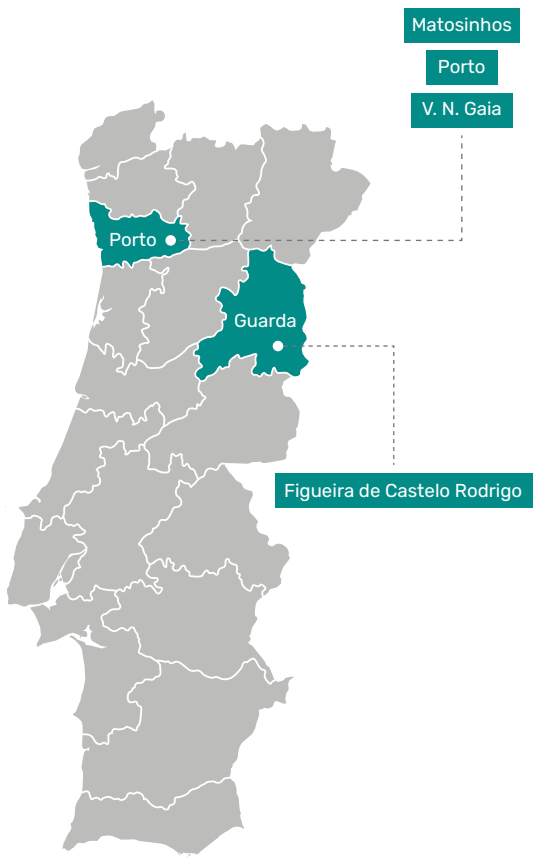


Figura 3 : Mapa da localização das nossas operações

OS NOSSOS SERVIÇOS: ARTES E CULTURA | CULTO

Temos um conjunto de estruturas e valências que nos diferenciam das demais instituições da cidade, sendo as mais emblemáticas o MMIPO e a CP, onde se localiza o nosso arquivo histórico.

Para além destas valências culturais, existem ainda as nossas bibliotecas, uma situada no edifício da CP e a outra no edifício do CHCF. A primeira é composta por mais de 4000 publicações, entre monografias e periódicos, na sua maioria provenientes de ofertas e permutas. A segunda é especializada no domínio das Ciências da Saúde, destacando-se as áreas da Psiquiatria e Psicologia.

Devido à nossa origem cristã, temos igualmente uma grande ligação ao culto católico, sendo detentores de quinze capelas e de duas igrejas, nas quais sete capelões celebram várias cerimónias e atos de culto, que nos aproximam das nossas origens e da comunidade, tendo algumas destas celebrações em horário fixo, designadamente:

TABELA 2
Listagem de igrejas e capelas da SCMP

Igrejas	Igreja de Nossa Senhora da Esperança | 4ª feira e domingo
	Igreja Privativa da SCMP | 6ª feira e domingo
Capelas[2]	Capela de Nossa Senhora da Misericórdia – Quinta D'Alva
	Capela de Santa Isabel – MMIPO
	Capela da Misericórdia no Cemitério do Prado do Repouso | No dia 2 de novembro
	Capela do CHCF | Sábado
	Capela do CBNS | 5ª feira
	Capela do Hospital de Santo António
	Capela do Senhor dos Aflitos – Interior da cerca do Hospital de Santo António
	Capela da Casa da Prelada
	Capela do HP | Sábado
	Capela da Estrutura Residencial de Pessoas Idosas (ERPI SL) – Ala Monteiro dos Santos | 5ª Feira
	Capela da ERPI SL - 2° piso
	Capela da ERPI SL - 4° piso
	Capela da ERPI NSM – 2° piso | 6ª feira
	Capela do CAS - Dom Manuel Martins
	Capela de São José - Palacete Araújo Porto | Antes do jantar de Natal

2 - Existe uma sala para o efeito da celebração de missa na ERPI PL às quartas-feiras.

MMIPO, a sustentabilidade nas dimensões de um museu

O Relatório Brundtland que propõe que o desenvolvimento sustentável é "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades" tem já 35 anos, e o presente revela-nos a lenta assimilação das preocupações de então.

Esta cogitação anual do nosso relatório de sustentabilidade obriga-nos a quantificar e qualificar o que fazemos, e como fazer melhor. A reflexão sobre a sustentabilidade a longo prazo é uma responsabilidade que propícia à clareza da missão e objetivos do nosso museu: criar estratégias para incluir a sustentabilidade na sua gestão.

Colocámos uma série de questões que merecem uma atenção especial, assentando numa gestão sustentável nas dimensões sociocultural, económica e ambiental.

FIGURA 4
Sala Reservas B, no MMIPO

A DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

O nosso museu é guardião do acervo histórico do passado e é local para reflexões sobre o presente, promovendo um futuro mais humano e mais sustentável. O nosso museu propõe-se pensar na visibilidade e na capacidade de alcance ao público com novas narrativas e criar relacionamentos de longo prazo.

A contribuição do nosso museu vai muito além da proteção do nosso património. Fortalece os nossos laços com os habitantes da cidade do Porto, que já nos têm como referência de solidariedade, reforçando os laços de pertença.

As exposições temporárias realizadas em 2021, "A Misericórdia do Porto e a Revolução Liberal" e "Rua das Flores: Passagem e Permanência" assentaram em temáticas no âmbito da história da cidade, estabelecendo uma ponte com os seus habitantes, "O MMIPO no trilho da Quaresma" foi uma atividade desenvolvida na época pascal com colocação de conteúdos online que estabeleceram a ponte entre a temática e as coleções do nosso museu.

Sob o ponto de vista social e cultural, o museu deve reforçar o seu caráter como agente de transformação social, pois contribui para a coesão e equidade. A criação de conhecimento e da sua acessibilidade, motiva-nos a desenvolver atividades de valorização pessoal.

Na realização de três workshops, entre os quais "Limpeza e acondicionamento de Numismática" realizado nas instalações do Misarte|Conservação e Restauro, os participantes foram sensibilizados para a conservação preventiva dos seus bens culturais.

Como museu socialmente sustentável, trabalhamos para o desaparecimento das grandes desigualdades sociais, reforçando o nosso papel como promotor da inclusão social, melhorando a qualidade de vida das pessoas de forma democrática e participativa.

Foram feitas visitas guiadas com comunicação mais integrada a grupos sociais com capacidade cognitiva especifica (física e sensorial) como o trabalho feito com a Associação Novamente, de apoio aos traumatizados crânio-encefálicos, bem como visitas gratuitas cujo alheamento cultural exige programas adaptados aos diferentes segmentos sociais, como o grupo do Centro Social da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória.

FIGURA 5
Exposição "Rua das Flores:
Passagem e Permanência", no MMIPO

DIMENSÃO ECONÓMICA

A sustentabilidade económica é, por meio da gestão, conseguir o equilíbrio entre o consumo, a conservação, a comunicação e a preservação do meio ambiente evitando o desperdício. Utilizar os meios disponíveis de forma eficaz, mantendo a transparência e a confiança do público, dos patrocinadores e dos doadores. Procurar formas criativas e comerciais de transformar os próprios recursos, as coleções, a investigação, os espaços e as pessoas, em produtos e serviços que, alinhados com a missão, sejam capazes de gerar receita. Fazer uma reflexão nas diferentes formas de financiamento, na articulação com outras organizações, dentro e fora do espaço cultural, mantendo a articulação entre cultura e a ciência, com parcerias nas áreas da investigação e da conservação.

Fomentar a troca de serviços entre instituições públicas e privadas, como a parceria com o Conservatório de Musica do Porto, com quem o nosso museu faz a troca de concertos musicais por intervenções de restauro, ou com a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto em que oferecemos bilhetes em troca de plataforma publicitária. Na exposição Giacometti – Peter Lindbergh a parceria com a Taylor's revestiu um carácter de "sponsorização" financeira, permitindo que a mesma se realizasse e que, inclusivamente, fossem remodeladas áreas do museu até aqui não usadas (*Rooftop* e jardim), resultando num aproveitamento de espaço.

A propósito da celebração dos 500 anos da abertura da rua das Flores, realizou-se o congresso "A rua na estrutura urbana", uma colaboração entre o nosso museu e a Faculdade de Letras, da qual resultou o projeto da exposição "Rua das Flores: Passagem e Permanência", que por sua vez foi patrocinada pela empresa Civil Ria.

Para além das parcerias, algo também muito importante para a sustentabilidade económica do nosso museu é o nosso público alvo (visitantes), pois são o principal motivo da nossa existência. Estes, assim que tiveram oportunidade, voltaram a marcar presença nas nossas salas, que, embora não tenham recebido visitas nos dois primeiros meses do ano (devido à conjuntura pandémica), na soma dos meses seguintes registaram um acréscimo acentuado face a 2020, superior a 8 mil visitantes. Contudo, estes valores ainda se encontram longe dos valores registados em 2019.

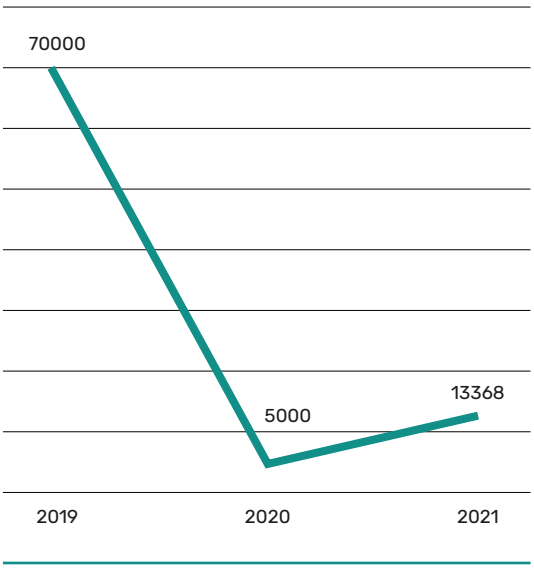


Gráfico 1 : Evolução anual do total de visitantes durante o período 2019-2021

O MMIPO reconhece o legado construído por gerações anteriores e transmite, com esmero, as coleções e o seu conhecimento para a próxima geração. As coleções bem geridas são um ativo valioso para as gerações futuras. Negligenciar as coleções dá azo à deterioração do património, comprometendo os bens tangíveis e, consequentemente, o capital intangível, colocando o sistema cultural em perigo. As boas práticas de conservação preventiva evitam custos acrescidos nos restauros. Há um investimento significativo para cuidar das coleções e fazer uma gestão dos riscos, mantendo ativas as intervenções no serviço Misarte|Conservação e Restauro das coleções.

O desafio coloca-se na criação e implementação de estratégias que usem o digital para cumprir a missão do nosso museu, sendo sempre uma medida sustentável.

FIGURA 6
Visita guiada na exposição Alberto Giacometti / Peter Lindbergh "Capturar o Invisível", no MMIPO

A componente digital nos museus é talvez a mais controversa, mas também a mais imprescindível, quer nas atuais circunstâncias pandémicas quer no pensamento do papel do museu no futuro. O nosso museu nasceu já na década em que a presença na rede era obrigatória, com a disponibilização digital de conteúdos para um público mais diversificado.

O espaço físico oferece experiências únicas e autênticas e a possibilidade de dialogar com os bens culturais, mas a presença na rede passou a ser um prolongamento da materialidade das salas do nosso museu – é necessária uma complementaridade entre o físico e o online. A capacitação dos técnicos foi um desafio marcante nesta fase, onde foi necessário o investimento pessoal perante falta de recursos. Fazer mais com menos recursos é difícil num trabalho de comunidade, onde a componente da subjetividade humana está sempre presente. Urge um investimento nas tecnologias da informação para que o museu possa desempenhar funções relevantes e poder complementar o físico e o online.

Durante o período de encerramento, foi mantido o contacto com a comunidade com a realização de cinco *webinars* como o "Perspetivas e experiências de investigação em torno da Misericórdia do Porto" no qual cinco investigadores deram a conhecer os seus projetos académicos, que recaem sobre a nossa história e património.

A circunstância pandémica foi profícua em revelar a mudança de atitudes dos visitantes, nomeadamente turistas, que procuram uma oferta diferenciadora e privilegiam uma interação com funções online e contactless no acesso à informação e na aquisição de bilhetes, e sem dúvida com atividade nas redes sociais. Permitiu-se o acesso a conteúdos virtuais, como forma de disponibilização de mais informação de uma forma democrática, tornando o dispositivo móvel que todos transportam como o grande aliado na visita ao museu. Os conteúdos da exposição "Rua das Flores. Passagem e Permanência" foram disponibilizados num site criado para o efeito, no qual remetem os QR-Codes disponibilizados em edifícios e estabelecimentos históricos, bem como nalgumas manifestações de arte de rua. Desta forma, procurou-se transpor a exposição para o espaço da rua.

FIGURA 7
Ambão em fase de limpeza no Misarte | Conservação e Restauro, no MMIPO

DIMENSÃO AMBIENTAL

Nesta dimensão a reflexão recai sobre os recursos disponíveis, nomeadamente as estruturas resultantes de exposições anteriores, e desenvolver programas de aproveitamento (reciclagem), reutilizando-as em novas exposições ou adaptando-as para outros fins.

Para reduzir a pegada ecológica existem, obviamente, questões difíceis de contornar, relacionadas com o consumo energético compatível com os requisitos das coleções e a circulação das coleções. Ainda assim, as repercussões ambientais foram pensadas em todas as ações: escolha dos materiais, eliminação e reciclagem dos resíduos, gestão da energia e de outros recursos.

Na exposição "A Misericórdia do Porto e a Revolução Liberal" e na "Rua das Flores. Passagem e Permanência", todas as estruturas museográficas foram construídas a partir das estruturas das exposições anteriores.

Gerir o desperdício, contrapondo com o reaproveitamento, acarreta por vezes fazer uma outra gestão, como é a dos espaços. Manter estruturas e materiais diversos, resultantes de exposições, nomeadamente de grandes dimensões, por anos consecutivos em modo de stock, ocupa grandes áreas, inutilizando-as. Dado que o MMIPO está situado em pleno centro histórico, estas áreas não são suficientes para as necessidades.

A sustentabilidade ambiental nos museus ocorrerá mais pela aplicação das boas práticas e da promoção de uma maior consciencialização ambiental, como mediadores de atitudes responsáveis. Deste modo, a sustentabilidade do MMIPO dependerá da sua capacidade de influenciar os seus visitantes.

Assim, uma gestão museológica sustentável é uma alternativa não só para o museu, mas também para a sociedade, incentivando o público para uma atitude mais participativa, proporcionando mais cultura, cidadania consciente e mais humana.

CASA DA PRELADA

Para esta UO, apresentam-se alguns resultados obtidos pelos seguintes indicadores de desempenho:

a) Tratamento técnico da documentação de arquivo

No âmbito do tratamento técnico da documentação de arquivo, foram higienizados, descritos arquivisticamente, acondicionados e arquivados um total de 657 unidades áudio/visuais e 55,24 metros lineares de documentos, detalhados por mês no seguinte gráfico, que corresponde a um aumento de 20,11 metros lineares face a 2020.

b) Processo de digitalização de documentos

Em 2021 deu-se continuidade à digitalização documental, efetuando-se 24.767 digitalizações e selecionados 417 livros para proposta de digitalização, o que representa um decréscimo de 287.761 e 271, respetivamente, face a 2020.

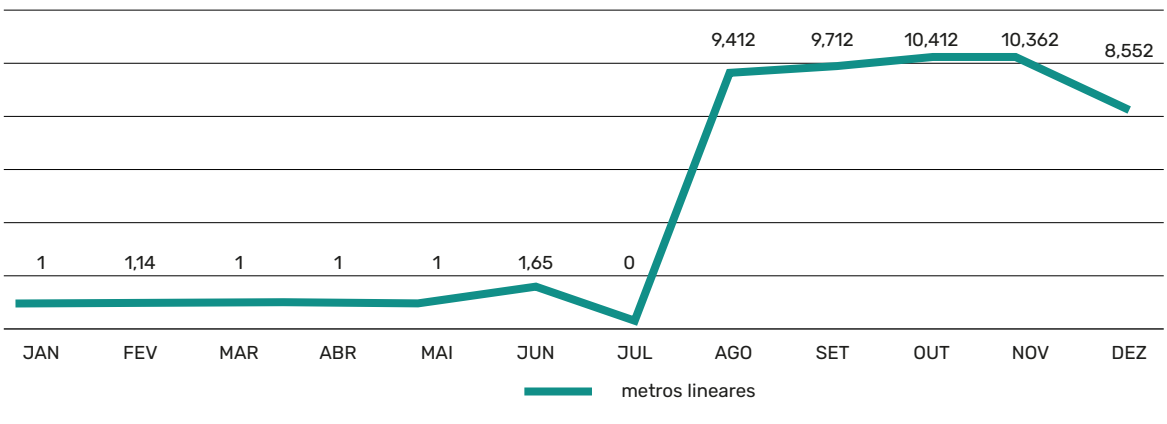


Gráfico 2 Evolução mensal de documentos higienizados, descritos arquivisticamente, acondicionados e arquivados em 2021

c) Entrada de livros e periódicos na biblioteca

É importante destacar que a atividade da CP não se restringe apenas ao arquivo, mas também às bibliotecas da Misericórdia do Porto. Em 2021 deram entrada 12748 livros e periódicos nas nossas bibliotecas ficando, assim, registados nas bases de dados.

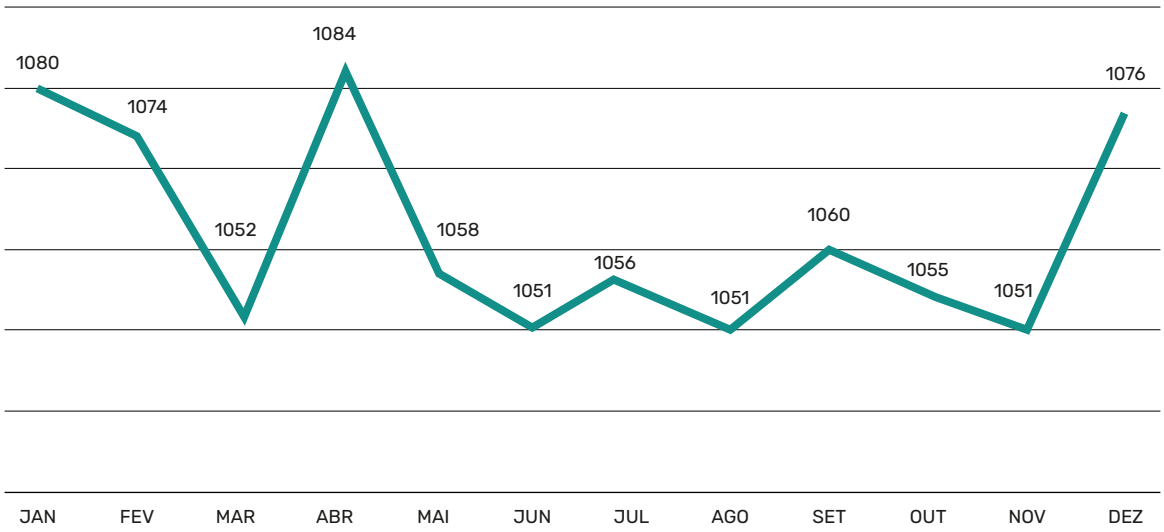


Gráfico 3 : Evolução mensal de novos registos nas bases de dados em 2021

d) Visitas e eventos

Para além do repositório documental, a CP representa um espaço cultural, no qual, em 2021, registou-se um total de 119 leitores, 48 eventos e participaram 1300 pessoas em eventos. Embora não tenha existido acompanhamento a visitas, ocorreram duas visitas orientadas.

Para além disso, nos jardins históricos que fazem parte da CP, existiram 587 entradas livres e 14 visitas orientadas.

e) Consulta de documentação

Em 2021 foram consultados presencialmente 1016 documentos, cuja evolução mensal se apresenta no seguinte gráfico. Foram, ainda, realizadas 337 reproduções (fotografias, digitalização e fotocópias), que se traduz numa diminuição significativa face ao ano anterior, cujo valor registado foi de 1483.

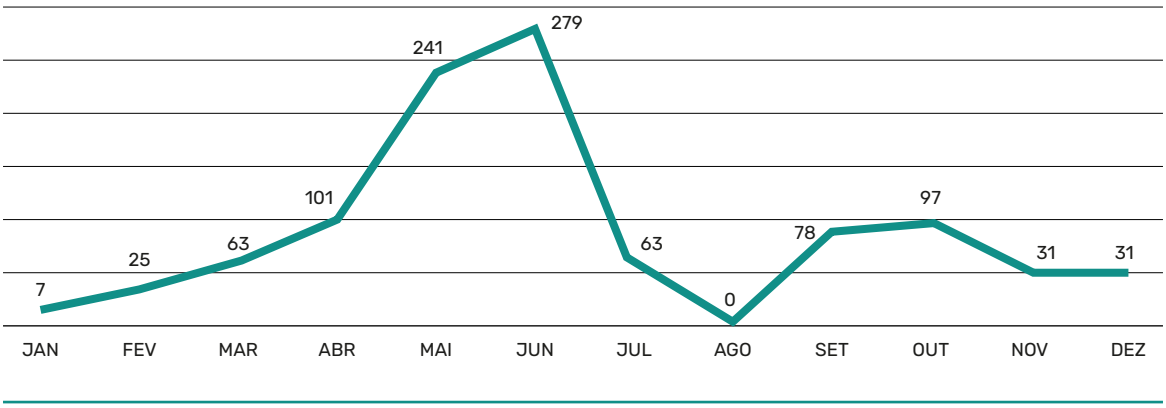


Gráfico 4 Evolução mensal do número de documentos consultados presencialmente em 2021

SÁUDE

Com base no contexto a que dizem respeito as duas UO que integram a área da Saúde, HP e CHCF, e de acordo com os recursos existentes, apresentam-se, por UO, alguns indicadores relativos ao seu desempenho.

Respeitante ao HP, durante 2021 registou-se um total de 105.205 consultas e a participação de 447 colaboradores. Este resultado traduz-se, assim, num acréscimo de 35,3% consultas (27.447) e num decréscimo de 1,8% colaboradores (8) em relação a 2020.

Da análise ao seguinte gráfico, destacam-se os MCDT, com 342.588, seguidos dos tratamentos de fisiatria, com um valor de 141.364, representando um acréscimo significativo comparativamente a 2020. Quanto ao número de cirurgias realizadas e de diárias de internamento em 2021, contrariamente ao observado nos dois indicadores anteriores, regista-se um decréscimo face a 2020: 10.751 cirurgias e 21.735 diárias de internamento, correspondendo a uma redução de 116 e 1.956, respetivamente.

O gráfico seguinte ilustra a comparação homóloga respeitante aos indicadores referidos, observando-se a redução nas diárias e cirurgias, aumento dos MCDT e dos tratamentos de fisiatria.

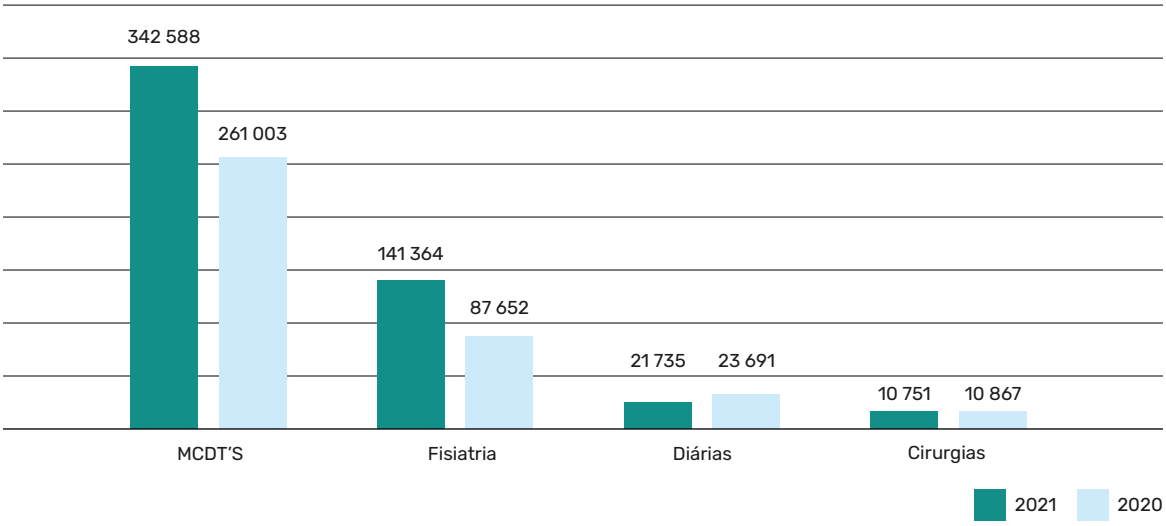


Gráfico 5 Comparação homóloga por indicador no HP

No que concerne ao CHCF, em 2021 registou-se um total de 93.571 diárias de internamento, 2.154 consultas externas e 32 utentes no Centro de Dia de Alzheimer (CDA). Em termos homólogos, pelo gráfico seguinte verifica-se um decréscimo de 6,9% nas diárias de internamento e de 35,6% nas consultas externas, mantendo-se o CDA sem alterações.

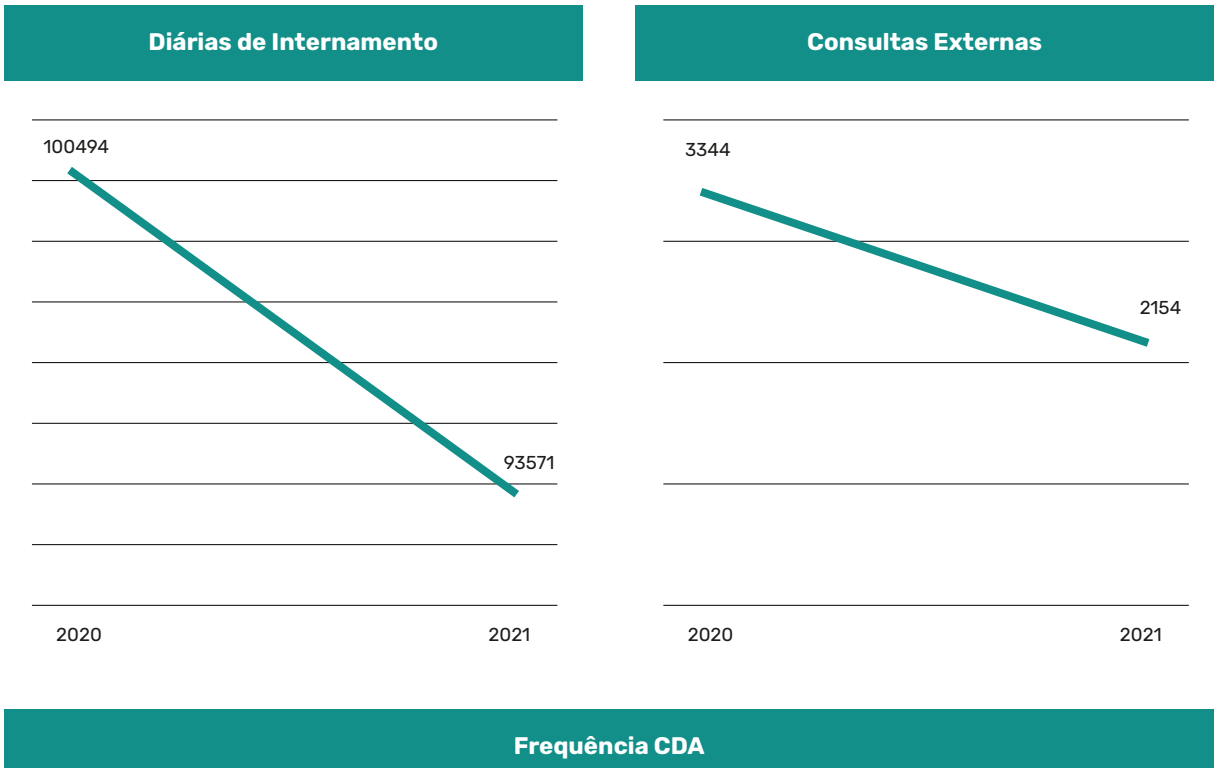


Gráfico 6 Comparação homóloga das atividades principais no CHCF

Em relação à atividade de terapia ocupacional, foram registadas 4090 sessões, um valor muito superior em relação a 2020 (mais 3550), cuja variação foi de 657,4%.

Do total de sessões, a maior representatividade corresponde à tipologia de "Oficina de Lavores", contrariamente ao observado em 2020.

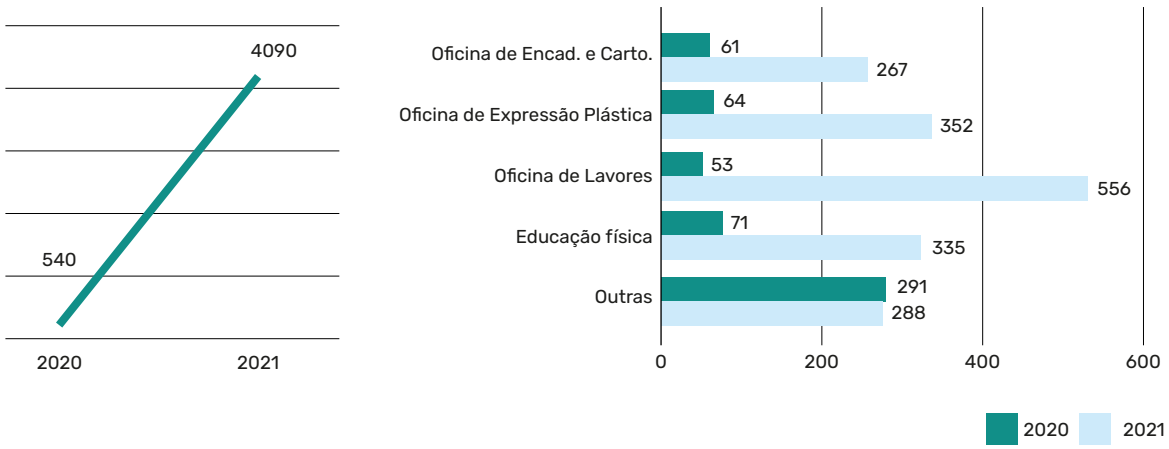


Gráfico 7 Análise comparativa da atividade de Terapia Ocupacional

Por fim, quanto aos indicadores de atividade apresentados, através da figura seguinte observa-se um decréscimo nos três, sendo significativo apenas no número total de tratamentos de fisioterapia (-142).

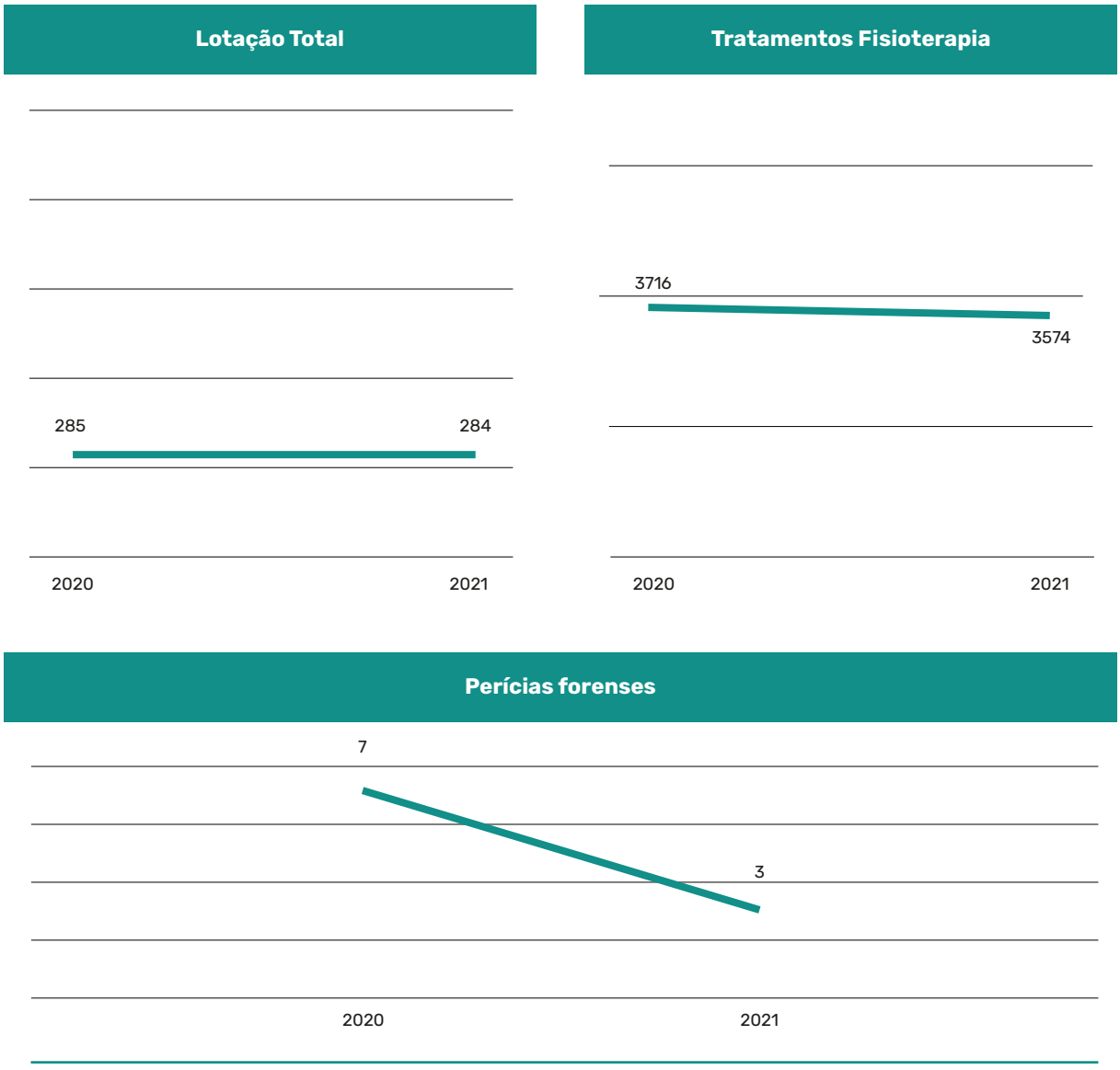


Gráfico 8 : Comparação homóloga dos indicadores de atividade do CHCF

EMPREGO PROTEGIDO | ENSINO ESPECIAL | MULHER | SOCIAL, ENVELHECIMENTO E JUVENTUDE

Quanto à nossa atividade nestas áreas de atuação, salientamos as seguintes UO, para os seguintes públicos-alvo:

- Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) de São Lázaro (SL), Nossa Senhora da Misericórdia (NSM) e Pereira de Lima (PL);
- Colégio Barão de Nova Sintra (CBNS) | Crianças e jovens em acolhimento residencial;
- Casa da Rua - D. Lopo de Almeida (CR) | Pessoas em situação de sem-abrigo;
- Casa de Santo António | Mulheres vítimas de violência doméstica;
- Centro de Alojamento Social - D. Manuel Martins (CAS) | Público com elevada vulnerabilidade social e necessidade de alojamento de emergência;
- Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) | Pessoas idosas;
- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social | Pessoas em perigo de exclusão social;
- Centro Professor Albuquerque e Castro (CPAC) | Pessoas invisuais;
- Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD) | Pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

O trabalho desenvolvido em 2021 apresenta-se detalhado pela tipologia de público-alvo das várias respostas sociais existentes, através dos indicadores para o efeito.

PÚBLICOS VULNERÁVEIS

Em 2021 registou-se, em média, um total de 35.786 situações vulneráveis (variação positiva de 9.911 face a 2020). Este valor é respeitante a refeições servidas em cantina social (34.429), utentes em apartamento de inserção (8), centro de alojamento social (61) e em comunidade de inserção (17), mulheres em acolhimento vítimas de violência doméstica (14) e agregados familiares em serviço de atendimento e acompanhamento social (1.257).

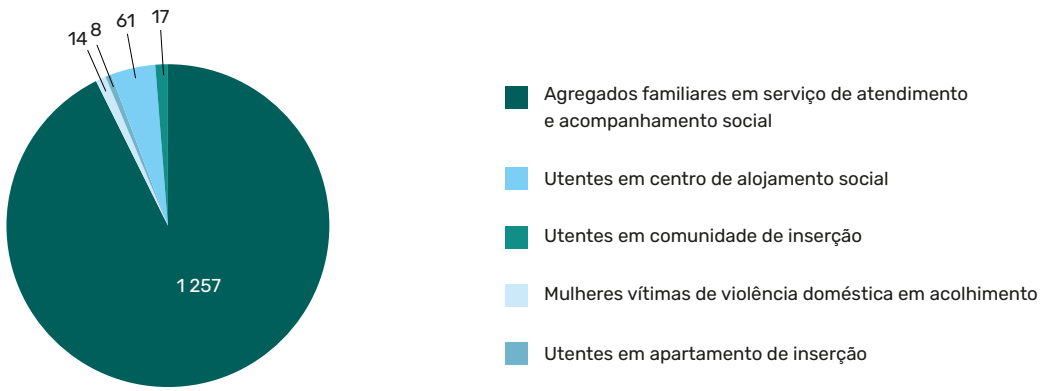


Gráfico 9 : Distribuição das situações vulneráveis por tipo de público em 2021

CRIANÇAS E JOVENS

Em 2021 acompanhamos, em média, 28 crianças e jovens em acolhimento residencial, no CBNS, cujo valor se aproxima ao de 2020 (33).

PESSOAS IDOSAS

Em 2021 foram acompanhadas, em média, 223 pessoas idosas, distribuídas pelas respostas apresentadas no gráfico seguinte, nomeadamente, Estruturas Residenciais (168) e o SAD (55).

Este valor está em linha com o observado em 2020 (239), ainda que tenha sido ligeiramente inferior.

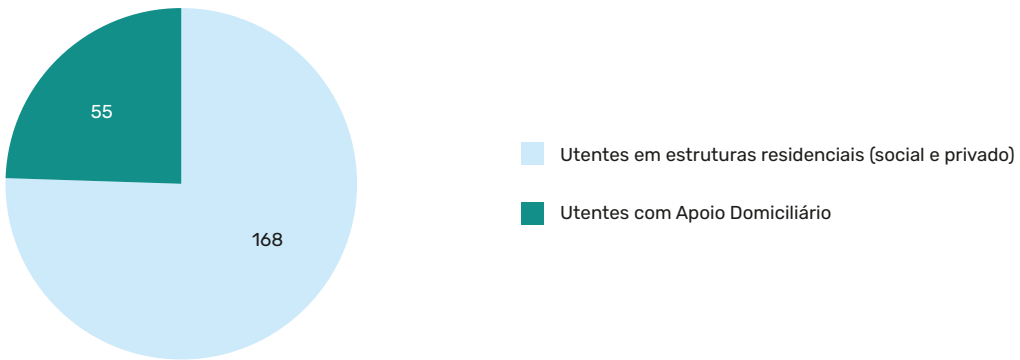


Gráfico 10 : Distribuição do número de pessoas idosas por tipo de resposta em 2021

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU INCAPACIDADE

Em 2021 registou-se um grande acréscimo no total de pessoas acompanhadas com deficiência e/ou incapacidade, explicado pela contabilização, nesse ano, dos beneficiários da imprensa Braille, que não aconteceu na análise efetuada em 2020.

Pelo gráfico seguinte observa-se que a representatividade menos significa corresponde a utentes em escola especial.

Note-se que os valores apresentados para os utentes nas várias respostas apresentadas são baseados nos protocolos existentes com o Instituto da Segurança Social (ISS).

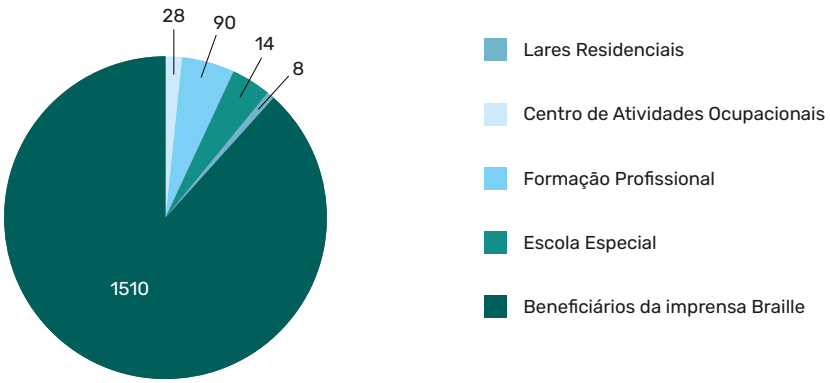


Gráfico 11 : Distribuição do número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade por tipo de resposta em 2021

CABAZES ATRIBUÍDOS E VOLUNTARIADO

A nível de outros produtos e/ou serviços, o ano de 2021 contou com o apoio, em média, de 55 voluntários ativos. No total foram atribuídos 100 cabazes (redução de 12 unidades em comparação com 2020).

A NOSSA MARCA

Dado o nosso posicionamento em várias áreas de exploração, possuímos uma marca consolidada conforme se apresenta na seguinte figura.

Figura 8 : Logotipo por área de exploração

OS NOSSOS COLABORADORES

102-8 | 102-41 | 401-1 | 405-1

Os colaboradores estão abrangidos por um Instrumento de Regulação Coletiva, apresentado na secção referente à gestão de relações laborais (secção 04.3), que prevê, entre outros aspetos, os valores remuneratórios, condições de trabalho relativos à segurança e saúde, horário de trabalho e acesso à formação.

Em 2021, o nosso quadro de pessoal registou um total de 1293 colaboradores, verificando-se uma ligeira redução face ao ano homólogo, já observada em 2020, conforme se pode observar no seguinte gráfico.

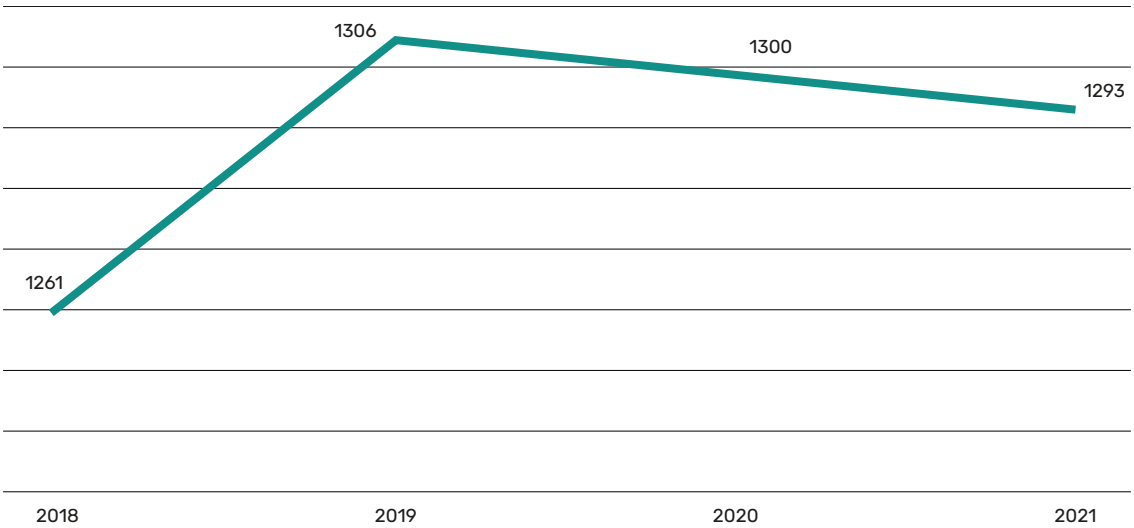


Gráfico 12 : Evolução anual do total de colaboradores entre 2018 e 2021

Com um peso de 77,3% de colaboradores a contrato de trabalho sem termo, evidencia-se o nosso esforço contínuo na promoção de uma gestão de pessoal estabilizada. A tipologia de contrato a termo incerto equivale à menor porção no número total, conforme ilustrado no Gráfico 13, com um peso de 4,5%, correspondendo a 60 colaboradores.

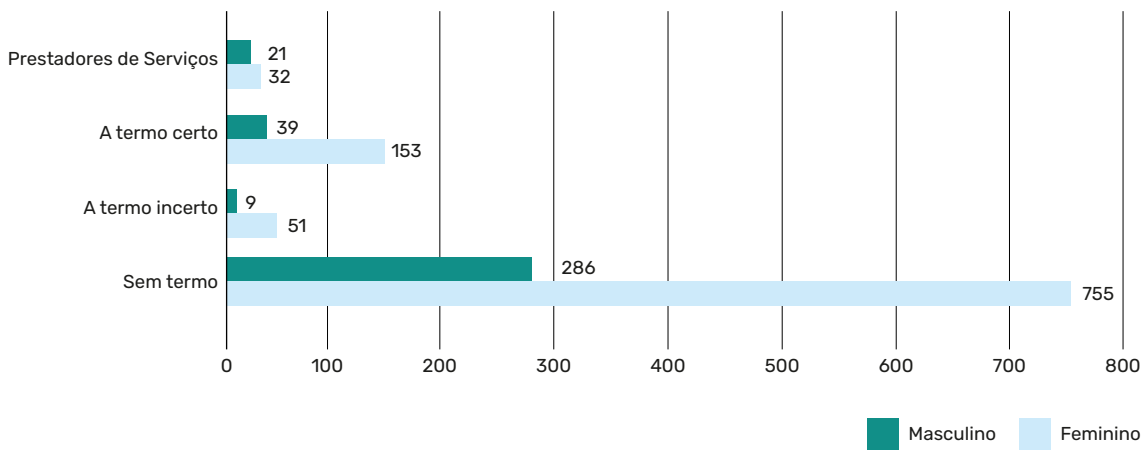


Gráfico 13 : Total de colaboradores por tipo de contrato e por sexo em 2021

Em 2021 contamos, ainda, com 53 prestadores de serviços[3], tal como verificado no ano de 2020. Estes valores prendem-se, essencialmente, com as necessidades imediatas e emergentes para garantir o funcionamento normal das UO.

Quanto à discriminação por sexo, do total de colaboradores, o sexo feminino representa a maior percentagem, com 74%, e o sexo masculino corresponde a 26%, pelo que se manteve a diferença significativa de 48 pontos percentuais constatada em 2020. Note-se que, em 2021, é na categoria de pessoal de apoio que se verifica o número mais elevado de colaboradores do sexo feminino, com um total de 363.

Relativamente à rotatividade de colaboradores, apresentada no gráfico seguinte, em 2021 registaram-se 144 novas contratações e 134 saídas, pelo que se traduziu num acréscimo de 29 e de 60 colaboradores, respetivamente, face a 2020.

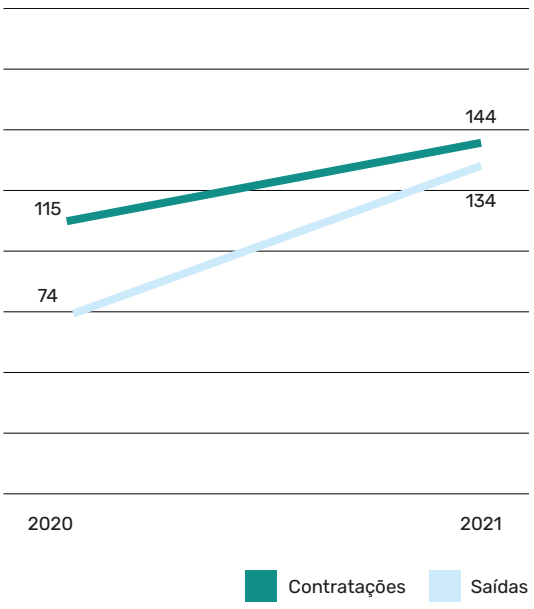


Gráfico 14 : Comparação homóloga do total de novas contratações e saídas de colaboradores

Constatando a tendência dos anos anteriores, do total das novas contratações, observa-se uma incidência em colaboradores do sexo feminino, cuja representatividade, em 2021, foi de 78%.

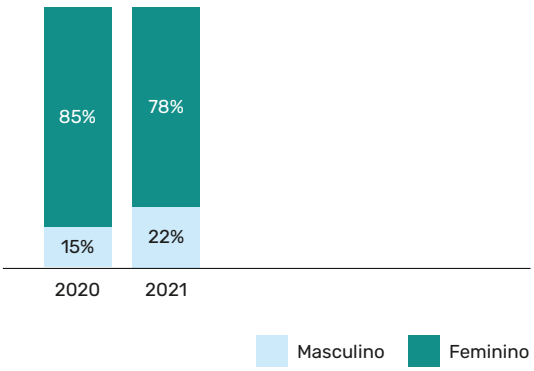


Gráfico 15 : Comparação homóloga da taxa de novas contratações de colaboradores, por sexo

3 - Os prestadores de serviço não são contabilizados para o número total de colaboradores.

GESTÃO DA CADEIA DE ABASTECIMENTO

102-9 | 102-10 | 102-12

Mantendo a consciência da importância que a sustentabilidade tem para a sociedade e para a nossa Instituição em particular, continuamos comprometidos em adotar as melhores práticas que permitam gerir e organizar a cadeia de abastecimento, por forma a alinhá-la com os objetivos que se pretendem atingir a nível de sustentabilidade.

O ano de 2021, apesar de ser mais leve em termos pandémicos, não foi um ano fácil nem de mudanças estruturais. Antes, foi um ano onde se tentou uma adaptação à "nova normalidade", assente na colocação em prática de aprendizagens de 2020 e a consciencialização da necessidade de rever e/ou implementar procedimentos que permitam manter ou incrementar a agilização da cadeia de abastecimento, sem perder o foco na sustentabilidade que a mesma deve incorporar.

Em termos de estrutura e dimensão dos fornecedores, não houve alterações, tendo-se aprofundado relações e parcerias com vista a um futuro de crescimento mútuo, alicerçado em boas práticas comuns que permitam alcançar uma sustentabilidade importante para todas as partes.

A maioria dos nossos fornecedores continua a ser de pequena e média dimensão. Apenas uma pequena percentagem é de grande dimensão e estão relacionados sobretudo com fornecimentos da área da energia e da área da saúde. Geograficamente são tipicamente fornecedores próximos, não só assentes em território nacional, como maioritariamente na zona Norte do país (onde está inserida a SCMP).

Apesar de todos os constrangimentos ainda sentidos durante 2021, foi já evidente uma maior consciencialização e preocupação dos *players* com quem o nosso Gabinete de Gestão Logística se relaciona, no sentido de adotarem ou iniciarem a implementação de práticas que vão de encontro a uma economia verde e circular.

Deste modo, quando abordamos a questão da inclusão nos Cadernos de Encargos de cláusulas que visam a sustentabilidade, verificamos uma maior sensibilidade e contributo dos nossos fornecedores relativamente a este assunto. Não só obtivemos respostas positivas, como a atitude da SCMP foi vista como algo natural, para o qual todos temos de contribuir. Alguns predispuseram-se já a contribuir com *inputs* resultantes das boas práticas que têm com outros clientes.

Por outro lado, internamente, foram sendo adotadas práticas que visam a sensibilização de todos para a necessidade da mudança de paradigma, alertando para a importância de reciclar e de reutilizar materiais. Veja-se, por exemplo:

- A substituição das palhetas de plástico da máquina de *vending* dos SPeC por uma palheta de madeira;

- A solicitação da entrega do vasilhame dos artigos da Quinta D'Alva (azeite e azeitonas), por forma a que o mesmo possa ser devolvido à UO e ser reutilizado;

- A solicitação aos estabelecimentos com cozinha a funcionar através de subcontratação, o isolamento, tanto quanto possível, de caixas de cartão provenientes de frutas e legumes que estejam em bom estado, para poderem ser igualmente entregues na Quinta D'Alva, de forma a serem reutilizadas.

Existem, ainda, dois projetos que gostaríamos de implementar durante 2022:

- Substituição dos copos de plástico da máquina de *vending* dos SPeC por copo/chávena/caneca do utilizador. Uma vez implementado e monitorizado este projeto, o mesmo deverá ser estendido a todos os estabelecimentos que têm máquinas desta natureza.

- Substituição, em todos os estabelecimentos, dos sacos de plástico utilizados no serviço de lavagem e tratamento de roupa por sacos de pano.

Em conjunto com o DGOSI-GRC, através da vertente do Ambiente e Qualidade, continuamos a trabalhar na melhoria dos procedimentos relativamente à recolha e redução da produção de resíduos, com vista a minimizar o nosso impacto ambiental.

Temos consciência que ainda há muito a fazer, mas, passo a passo, vamos percorrendo o caminho correto, na direção da sustentabilidade para a SCMP e para a sociedade onde nos inserimos. Fazendo a nossa parte não só estamos a contribuir para o bem global, como servimos de exemplo às gerações vindouras.

Em 2021, os nossos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) totalizaram 18.050.125€. Os principais encargos deveram-se a subcontratos (inclui a contratação do serviço de alimentação, lavandaria e os clínicos), tal como apresentado na Tabela 3. Comparativamente a 2020, que registou 15.911.175,91€, verificou-se um acréscimo de 13,4%, o que se traduz num aumento de 2.138.866,91€.

Na seguinte tabela estão apresentadas as principais rubricas de FSE, em 2021, ordenadas pela sua representatividade no total e a respetiva variação percentual em relação a 2020.

TABELA 3 - Análise comparativa das principais rubricas de FSE

Fornecimentos e Serviços Externos	**2021 €**	**2020 €**	**Variação %**
Subcontratos	8.415.106,40	7.087.428,26	18,7%
Trabalhos Especializados	2.206.984,07	1.723.068,54	28,1%
Conservação e Reparação	1.208.323,57	1.205.036,40	0,3%
Limpeza, Higiene e Conforto	1.149.788,20	1.028.004,76	11,8%
Vigilância e Segurança	807.891,84	875.900,45	-7,8%
Eletricidade	752.843,13	838.656,52	-10,2%
Honorários	750.191,70	604.115,47	24,2%
Outros Serviços [4]	570.046,76	531.642,80	7,2%
Combustíveis	536.908,80	576.265,71	-6,8%
Água	424.764,69	409.421,93	3,7%
Rendas e Alugueres	354.843,19	309.929,09	14,5%
Comunicação	293.226,58	269.643,61	8,7%
Seguros	204.304,37	176.440,33	15,8%
Outros Materiais	169.009,73	126.914,58	33,2%
Outros[5]	14.916,01	0,00	-
Artigos para oferta	77.591,96	33.410,60	132,2%
Total	**17.936.741,00**	**15.615.798,09**	**14,9%**

4 - A rubrica "Outros Serviços" é referente ao somatório de Outros Serviços Especializados e Outros Serviços Diversos.

5 - Em 2021 o valor constante na rubrica "Outros" diz respeito a Outras Deslocações e Estadas.

Gráfico 16 : Principais fornecedores em 2021

ABORDAGEM À GESTÃO DO RISCO E PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO

102-11 | 102-15 | 102-29 | 102-30 | 102-31

PRINCÍPIO OU ABORDAGEM DA PRECAUÇÃO

"Reconhecendo a necessidade de uma resposta eficaz e progressiva à ameaça urgente da mudança do clima com base no melhor conhecimento científico disponível" (Acordo de Paris).

O Acordo de Paris é um tratado de extrema importância que visa a tentativa de mitigar o aquecimento global, reduzindo assim a probabilidade de ocorrência de catástrofes naturais e de outros fenómenos climáticos que coloquem em perigo pessoas e bens. Este acordo, assinado em 12 de dezembro de 2015, visa a proteção das populações mais pobres e vulneráveis, visto que estas são as que possuem menores recursos para fazer face às consequências das mudanças climáticas.

Face ao papel preponderante que temos na ajuda aos mais desfavorecidos, assumimos assim a responsabilidade de minimizar os impactos das nossas atividades, para o ambiente e para a sociedade. Neste sentido, temos vindo ao longo dos últimos anos a desenvolver um conjunto de medidas e políticas ambientais e sociais que pretendem aumentar a nossa eficiência no desempenho da nossa missão. Algumas dessas políticas e medidas são:

• Declaração de Segurança Corporativa (2018)

• Política de Proteção de Dados Pessoais (2018)

• Plano de Contingência Coronavírus/COVID-19 Colaboradores (2020)

• Manual de boas práticas da utilização do email corporativo (2016)

ABORDAGEM À GESTÃO DO RISCO

102-15

A atividade diária de uma organização, por mais previsível e controlada que seja, tem sempre incerteza associada. Como tal, esta tem potencial para afetar ou potenciar a concretização dos objetivos definidos pela organização, não sendo exceção o nosso caso. De acordo com a ISO 31000: 2018, a incerteza encontra-se na base do risco, sendo que este é descrito como o efeito da incerteza nos objetivos da organização.

A gestão do risco é um elemento central para a gestão estratégica da organização, uma vez que permite a identificação de potenciais riscos que podem afetar ou potenciar a concretização dos objetivos e a sua gestão para níveis aceitáveis. Deste modo, permite adotar um processo sistemático de identificação, avaliação, gestão e controlo dos diversos riscos e, consequentemente, proporcionar um ambiente que permita o alcance dos objetivos e capaz de lidar com os riscos, através da antecipação dos mesmos.

Para um melhor tratamento dos riscos, definimos oito categorias pelas quais os riscos podem ser divididos, apresentadas na tabela infra.

TABELA 4 - Listagem das categorias do risco

Financeiros	Riscos relacionados com os mercados financeiros, critérios, gestão da liquidez e risco de fraude;
Reputacionais	Riscos associados à reputação e imagem corporativa;
Estratégicos, de produto e mercado	Riscos relacionados com a definição e implementação da estratégia, evolução da concorrência ou variações da procura;
De envolvente social, económica ou política	Riscos inerentes ao contexto sociocultural e politico onde nós atuamos;
Gestão de recursos humanos	Riscos relacionados com a atração, gestão e retenção de capital humano e a sua produtividade;
Operacionais	Riscos relacionados com as nossas operações, como o desempenho operacional, procedimentos e controlos inadequados, comunicação e liderança;
Compliance	Riscos de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira que a organização pode sofrer, como resultados da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos internos e externos, código de conduta e/ou políticas;
Segurança	Riscos relacionados com a proteção da integridade, disponibilidade e/ou confidencialidade dos nossos ativos.

Deste modo, é possível tratar-se os riscos de acordo com a categoria em que estes se inserem e, assim, definir a melhor estratégia possível para os tratar de acordo com a probabilidade de ocorrência e o impacto esperado nos objetivos.

Apesar da pandemia de COVID-19, não sofremos alterações profundas no nosso processo de gestão do risco, continuando com o objetivo de desenhar e atualizar os processos operacionais, identificando assim os seus principais riscos e minimizando a probabilidade de ocorrência de erro. É de destacar, ainda, que os nossos principais riscos se inserem nas categorias Operacionais e Financeiros. Em contrapartida, as categorias Compliance e Segurança são aquelas que menores riscos apresentam.

PRINCIPAIS INICIATIVAS

102-12

- Modo de Produção Biológico: Exploração agrícola sustentável (7º ano)
- Benchmark IASIST – Atividade Clínica (2021)
- Projeto SINAS – Sistema Nacional de avaliação em Saúde: Avaliação da qualidade dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde (2021)
- Acreditação em Qualidade pelo CHKS (2019-2022)
- Protocolo com o Instituto Piaget -E-Pris: Educação à Distância (em vigor em 2021)
- Ação de disseminação dos resultados finais do Projeto ERASMUS + WORK4ALL (2021)
- Envio de aproximadamente 92 mesas e 78 cadeiras, no âmbito da recolha no CNSE pela Ecofone (via Lipor), para São Tomé, Guiné e Moçambique
- Recolha, no CNSE, de 240 kg pneus usados, por Operador Gestão Resíduos, para reciclagem
- Participação no Projeto Piloto em ensaio de reciclagem de resíduos têxteis, na cedência de aproximadamente meia tonelada, no âmbito da parceria com a LIPOR
- Europa Nostra (2018)

FILIAÇÃO A ASSOCIAÇÕES

102-13

Agricultura:

- Protocolo de cooperação e cedência de terrenos com amoreiras à Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta- Existência do Museu da seda em Freixo de Espada à Cinta (em vigor em 2021)
- Associada dos Bombeiros Voluntários de Freixo de Espada à Cinta (em vigor em 2021)
- Tradição e Qualidade (em vigor em 2021)
- CAPTAMAD (Desenvolvimento Agrícola) (em vigor em 2021)

Artes e Cultura:

- Protocolo de parceria e cooperação - Circuitos Património Religioso e Museológico do Centro do Porto – Ordem Trindade/SCMP (em vigor em 2021)
- Protocolo de Cooperação SCMP (MMIPO)/Três séculos - Realizações Hoteleiras Ida/ Charlotte Crapts (exposição Giacometti - Peter Lindbergh (em vigor em 2021)
- Protocolo de parcerias e cooperação - Irmandade Nossa Senhora do Terço e Caridade/SCMP (MMIPO) (em vigor em 2021)
- Protocolo de cooperação Universidade Católica Portuguesa/SCMP (MMIPO) - Prémio José Luís Novaes, atribuição de bolsa por mérito (em vigor em 2021)
- Parceria Irmandade dos Clérigos/Palácio da Bolsa/ MMIPO - Bilhete Único (em vigor em 2021)
- Associação Portuguesa de Museologia (desde 2016)
- Rede Portuguesa de Museus (desde 2017)
- Associação de Turismo de Portugal (desde 2020).

Saúde:

- Protocolo disponibilização do Registo de Saúde Eletrónico (RSE) Serviços partilhados do Ministério da Saúde e SCMP (em vigor em 2021)
- Protocolo de colaboração institucional – Universidade do Porto - Ciências Biomédicas Abel Salazar/ SCMP (HP) (em vigor em 2021)
- Protocolo de Cooperação – Universidade dos Açores/SCMP (alunos curso de enfermagem) (em vigor em 2021)

- Protocolo – Multicare – Seguros de Saúde, Sa (Psicologia)/SCMP (em vigor em 2021)
- Protocolo – Multicare – Seguros de Saúde, Sa (Terapia Ocupacional)/SCMP (em vigor em 2021)
- Acordo de cooperação - Administração Regional de Saúde Norte (ARS) /SCMP (HP) (em vigor em 2021)
- Contrato com Centro de Ensaios Clínico - Blue Clinical (em vigor em 2021)
- Contrato de consórcio – SCMP (HP)/Boehriger Ingelheim Healthcare Management Portugal Unip. Lda (em vigor em 2021)

Justiça

- Protocolo com o Instituto Piaget -E-Pris: Educação à Distância (em vigor em 2021)

Prémios 2021

Recebidos:

- Acreditação em Qualidade pelo Caspe Healthcare Knowledge System | 2019-2022
- Prémio Caixa Social - Projeto "Cuidado da Rua" 30.12.2021
- 2º lugar na categoria "Equipas de apoio a adultos e pessoas com necessidades especiais" no Concurso de Presépios do município do Porto

Atribuídos:

- Atribuição do Prémio José Luís Novaes, no valor de 1000€ ao aluno com a melhor média final nas Licenciaturas da Escola das Artes e duas Bolsas de Mérito por trabalhos desenvolvidos na nossa Instituição no âmbito do Mestrado em Conservação e Restauro de Bens Culturais.

01.2.

ESTRATÉGIA: PRINCIPAIS IMPACTOS, RISCOS E OPORTUNIDADES

102-15 | 203-2

Para garantir transparência e responsabilidade da intervenção e dos nossos resultados, está a ser implementado, de forma gradual, um sistema de *Monitoring & Evaluation* (M&E) na nossa Instituição. A implementação deste sistema iniciou no ano de 2021 em duas respostas sociais, permitindo:

- Desenvolver um processo de capacitação interna na área da avaliação de resultados e impacto social;
- Definir o alcance da avaliação;
- Desenvolver uma análise de *stakeholders*;
- Mapear resultados;
- Construir a teoria da mudança;
- Atribuir indicadores de resultados;
- Criar instrumentos de recolha de dados.

No âmbito da capacitação interna foi desenvolvido pelo DGOSI-GRC um manual de boas práticas, formulários de planeamento e um guia de preenchimento para garantir linhas de orientação e uma estrutura padrão na implementação do sistema de M&E. Foram desenvolvidas duas ações de sensibilização e 30 workshops sobre o processo de avaliação de resultados e impacto social, com a participação de um total de 14 colaboradores.

O sistema de M&E foi implementado em duas UO, nomeadamente, CAS e CR. O processo de planeamento teve por base um dos critérios de avaliação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, que é o critério da eficácia. Este critério considera em que medida a intervenção alcançou, ou espera alcançar, os objetivos e resultados estabelecidos.

A próxima tabela apresenta a lista de *stakeholders* do CAS, os efeitos esperados, o motivo de inclusão na análise e o método de recolha de dados.

TABELA 5 - Identificação e plano de envolvimento de *stakeholders* do CAS

Grupo de *stakeholders*	**Efeitos esperados**	**Incluído/ Excluído**	**Motivo**	**Método**
Beneficiários	Satisfação das necessidades	Incluído	Avaliação dos resultados diretos da intervenção	Entrevista
Técnico Gestor do Processo (TGP)	Dar resposta às necessidades dos utentes	Incluído	Avaliação do trabalho desenvolvido com os beneficiários	Entrevista
ISS	Acolhimento de pessoas em vulnerabilidade social em alojamento temporário de forma célere	Incluído	Avaliação do trabalho desenvolvido com os beneficiários	Entrevista
Associações de Voluntariado	Dar cumprimento aos seus planos de atividades.	Excluído	Para cumprimento do período de avaliação previsto	-
Familiares	Conforto moral pelos familiares estarem seguros / confortáveis.	Excluído	Inexistência de familiares ou fraca ligação familiar	-

Através do envolvimento dos *stakeholders* foi possível desenvolver um conjunto de entrevistas semiestruturadas e recolher dados para o mapeamento dos resultados e impacto social esperados, conforme apresentado na seguinte tabela.

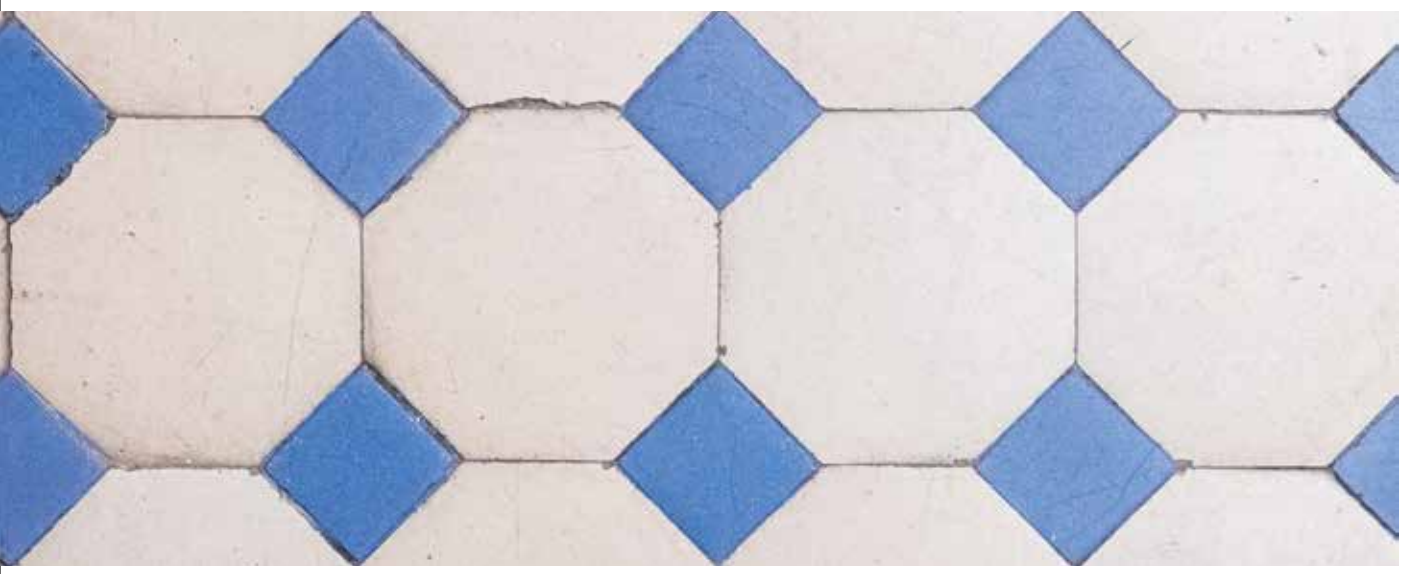


TABELA 6 - Resultados esperados CAS

Área	Nº	Resultado esperado
Direitos sociais	1	Prevenção de uma situação de sem-abrigo (sem-teto);
	2	Abandono de uma situação de sem-abrigo (sem-teto);
	3	Aumento do sentimento de segurança;
	4	Aumento da convivência social;
	5	Satisfação de necessidades básicas (acesso a refeições; manutenção e/ou melhoria da higiene pessoal);
	6	Preservação da integridade física, psíquica e emocional;
	7	Aumento da sensação de bem-estar (adaptar);
	8	Tornar o trabalho dos TGP mais eficiente;
	9	Aumento de acompanhamento técnico no processo de inclusão social;
	10	Acesso a prestações sociais/subsídios do estado;
	11	Regularização do cartão de cidadão e outros documentos legais;
	12	Poupança;
	13	Aquisição de competências de organização de vida;
Emprego	14	Aquisição de competências para uma procura ativa de emprego;
	15	Integração em formação profissional;
	16	Integração no mercado de trabalho;
	17	Manutenção do emprego;
	18	Autossuficiência/ Autonomização;
Saúde	19	Acesso a medicação / consultas/ tratamentos;
	20	Acesso a relatório médico;
	21	Melhoria/manutenção do estado de saúde;
Habitação	22	Aquisição de ferramentas na procura de habitação;
	23	Integração em resposta social mais adequada;
	24	Integração em habitação;
	25	Diminuição do nº de pessoas em vulnerabilidade social.

O processo implementado foi semelhante na CR, como é possível verificar através da Tabela 7 e da Tabela 8.

TABELA 7 - Identificação e plano de envolvimento de *stakeholders* da CR

Grupo de *stakeholders*	**Efeitos esperados**	**Incluído/ Excluído**	**Motivo**	**Método**	**Nº**	**Quando**
Utentes	Integração social e autonomização.	Incluído	Principais interessados e visados na intervenção	Entrevista	7	Maio 21
TGP	Acolhimento de pedidos; Articular trabalho em rede; Prestações Sociais	Incluído	Elevada importância na resolução do problema social	Entrevista	3	Maio 21
Entidades de apoio à empregabilidade	Integrar ações formativas ou no mercado de trabalho.	Incluído	Eixo de intervenção bastante importante, atendendo ao perfil da CR	Entrevista	2	Junho 21
SNS	Prestar cuidados de saúde.	Excluído	A avaliação irá focar-se nos três principais *stakeholders*	-	-	-
Entidades de alojamento	Alojamento individual ou partilhado de transição.	Excluído		-	-	-
ISS	Diminuir nº de pessoas em vulnerabilidade social.	Excluído		-	-	-
Rede de sociabilidade	Sentirem-se apoiados na resolução de problemas dos utentes.	Excluído		-	-	-
Empresas	Aumento de ações de responsabilidade social das empresas; Manutenção do emprego dos utentes.	Excluído		-	-	-

TABELA 8 - Resultados esperados CR

Área	Nº	Resultado esperado
Direitos sociais	1	Prevenção de uma situação de sem-abrigo (sem-teto);
	2	Abandono de uma situação de sem-abrigo (sem-teto);
	3	Aumento do sentimento de segurança;
	4	Aumento da convivência social;
	5	Satisfação de necessidades básicas de subsistência (refeições; higiene pessoal);
	6	Preservação da integridade física, psíquica e emocional;
	7	Aumento da sensação de bem-estar;
	8	Torna o trabalho dos TGP mais eficiente ;
	9	Acesso a prestações sociais/ subsídios de estado;
	10	Regularização do cartão de cidadão e outros documentos legais;
	11	Beneficiam de apoio económico;
	12	Utentes conseguem poupar durante a estadia;
	13	Aproximação familiar do utente e reforço da rede de suporte;
	14	Aquisição de competências de organização de vida;
	15	Utentes sentem-se orientados no seu processo de mudança;
	16	Análise e redefinição dos objetivos de vida do utente;
	17	Despertar motivação (auto-cuidado; relacionamento social);
	18	Regulação emocional;
	19	Tomada de consciência das ações necessárias para atingir as metas;
	20	Atitude construtiva e de mudança;
Emprego	21	Integração em formação profissional/outra e garantia de condições para uma frequência regular;
	22	Aquisição de competências para uma procura ativa de emprego (CV; candidaturas; entrevistas);
	23	Utentes reúnem condições para o exercício de atividade laboral;
	24	Desenvolvimento/ aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais dos utentes;
	25	Integração no mercado de trabalho;
	26	Manutenção do emprego;
	27	Autossuficiência / autonomização;

TABELA 8 - Resultados esperados CR

Área	Nº	Resultado esperado
Saúde	28	Identificação de utentes com hipertensão o que permite adaptar a medicação;
	29	Acesso a medicação / consultas/ tratamentos;
	30	Acesso a relatório médico;
	31	Adesão à terapêutica farmacológica;
	32	Atribuição ou alteração de centro de saúde e médico de família;
	33	Utentes cumprem plano de consultas e tratamentos (saúde mental; alcoolismo);
	34	Melhoria / manutenção do estado de saúde;
Habitação	35	Aquisição de ferramentas na procura de habitação;
	36	Beneficiários integram habitação;
	37	Melhoria das condições de vida e promoção da inclusão social (diminuição do nº de pessoas em vulnerabilidade social).

Assim, a implementação do sistema M&E permitirá, durante o próximo ano, reunir evidências dos resultados e impacto social alcançado, retirar lições aprendidas que permitam melhorar as respostas sociais e projetos tanto ao nível da eficiência como da eficácia e, ainda, comunicar os resultados com os *stakeholders* e público-geral.

Eixos estratégicos de sustentabilidade

Para o quadriénio de 2022 a 2025 propomos uma nova estratégia, que vem suceder à que tinha sido adotada para o período de 2018 a 2021, apresentada na tabela abaixo.

A Tabela 9 permite uma melhor compreensão em relação à estratégia que agora finda e perceber a sua execução ao longo do quadriénio definido. Das ações propostas, salienta-se que iniciamos o que nos propusemos a fazer, estando ainda a decorrer, no ano em análise, a maioria das atividades planeadas de acordo com os eixos definidos.

TABELA 9 - Principais eixos estratégicos

		1º Quadriénio			
Principais eixos estratégicos	**Ações**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**
Fortalecer os mecanismos de governação	Assegurar uma comunicação transparente	◦	•	•	•
	Promover as compras sustentáveis	•	•	◦	•
	Incorporar a sustentabilidade no modelo de governação	◦	•	•	•
Promover os Recursos Humanos da Misericórdia do Porto	Uniformizar as tabelas salariais da Misericórdia do Porto	◦	•	•	•
	Investir na formação dos colaboradores da Misericórdia do Porto	•	•	•	•
	Dinamizar o voluntariado corporativo	•	•	•	•
Minimizar a pegada ecológica da Misericórdia do Porto	Elaborar um plano de intervenção ambiental	•	◦	◦	•
	Conceber um projeto de estruturação de compras sustentáveis, tendo como objetivo introduzir de forma gradual, requisitos ambientais e sociais nos procedimentos aquisitivos	•	•	◦	◦
	Desenhar uma solução para a avaliação de fornecedores ao nível ambiental e social	•	•	◦	◦
Promover projetos sociais inovadores	Estender a avaliação de impacto social a todos os projetos sociais da Misericórdia do Porto	◦	•	•	•
	Investir em projetos sociais inovadores e de alto retorno para a sociedade	◦	•	•	•

• Concluído • Não iniciado ◦ Iniciado • A decorrer

Na ainda atual estratégia tínhamos como principais eixos estratégicos fortalecer os mecanismos de Governação, promover os nossos recursos humanos, minimizar a nossa pegada ecológica, promover projetos sociais inovadores e potenciar uma verdadeira economia sustentável. Podemos dizer que a execução da presente estratégia foi um sucesso, sendo este um bom presságio para a nova que a sucederá.

Nesta nova estratégia propomo-nos a alcançar ambiciosas metas no âmbito ambiental, social e económico, que irão de encontro ao nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

Com a estratégia definida para o novo quadriénio que se iniciará no próximo ano, comprometemo-nos a alcançar quatro grandes objetivos que trarão benefícios para a Instituição e para a sociedade em geral, sendo que dentro de cada um destes macro objetivos encontram se presentes as seguintes metas:

Ambiental: Promover a eficiência energética, a redução do consumo de água e de outros recursos naturais, dando prioridade à utilização de fontes renováveis de energia, bem como à redução e valorização de resíduos.

• Promover uma gestão de resíduos eficaz;
• Promover a utilização sustentável dos recursos;
• Fomentar a transição para a utilização de fontes de energia renováveis;
• Incentivar a mobilidade sustentável.

Âmbito social: Consolidar a atividade existente para o cumprimento da sua missão e planear e orientar os esforços no sentido de consolidar as nossas operações de forma a satisfazer as nossas necessidades e expectativas dos *stakeholders*.

- Implementar a norma voluntária ISO 26000:2010 na atividade da Instituição;
- Promover sociedades justas e mais inclusivas, fomentando hábitos e comportamentos responsáveis;
- Aproximar os colaboradores à operação (voluntariado corporativo);
- Criar enquadramentos políticos sólidos (fortalecimento do principio da cooperação com a União das Misericórdias);
- Promover o empreendedorismo social e integração no mercado de trabalho da população mais vulnerável.

Âmbito económico: Criar valor, viabilizando economicamente a Instituição.

- Desenvolver a economia circular, com enfoque no consumo sustentável, uso eficiente e valorização dos resíduos;
- Criar enquadramentos políticos sólidos, com base em estratégias de desenvolvimento (renegociação com o ISS para aumento dos apoios/contribuições do Estado);

- Desenvolver infraestruturas energeticamente sustentáveis;
- Potenciar a recuperação e a reabilitação do nosso património, preservando o edificado existente;
- Inclusão de critérios ambientais, sociais e de segurança nos processos de seleção e avaliação de fornecedores;
- Assumir a inovação e transformação digital como fatores de melhoria no nível de eficácia e eficiência dos processos.

Esta nova estratégia vem no sentido da estratégia anterior, diferenciando-se na definição de novos objetivos e metas demonstrando, assim, que o caminho seguido até então foi o correto, mas que podemos ir mais longe. A presente estratégia foi desenvolvida em contexto pandémico, pelo que está desperta para as necessidades inerentes, orientando os nossos serviços e valências na prestação de apoio aos que menos recursos têm para fazer face à atual situação.

Compreendemos, desta forma, que a nossa aposta nestes objetivos é a estratégia adequada na atual conjuntura, continuando o rumo certo para o cumprimento da nobre missão que nos move.

Num mundo em constante mudança, em que a digitalização é, não um passo em direção ao futuro, mas sim uma necessidade dos tempos presentes, mantemos a nossa aposta na sustentabilidade e na digitalização da atividade, no sentido de não nos deixarmos ficar para trás, adiantando-nos em relação aos nossos concorrentes e parceiros, estando sempre na vanguarda em tudo o que fazemos.

Defendemos e continuaremos a defender modelos de economia sustentável, apostando cada vez mais na economia circular, reaproveitando os desperdícios e valorizando os resíduos, para que desta forma se construa uma sociedade que tenha uma pegada ecológica cada vez menor, permitido assim que haja cada vez menos pessoas a serem afetadas pelas alterações climáticas, que normalmente são aquelas que menos recursos têm para combater os seus efeitos. Desta forma pretendemos cobrir sob a alçada da nossa ação os três eixos da sustentabilidade, económico, ambiental e social, e contribuir para que todos possamos habitar esta que é a nossa casa comum, com os mesmos direitos e oportunidades.

01.3.

ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

102-16 | 102-17 | 102-25 | 205-2 | 205-3

Em consonância com o perfil organizacional apresentado (ver secção 01.1), o nosso objetivo primordial prende-se com a "satisfação de carências sociais e a prática de atos de culto católico, em harmonia com o espírito tradicional, enformado pelos princípios da doutrina e moral cristãs", nos termos do artigo n.º 1, capítulo I, do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto.

Na prossecução deste objetivo, o exercício da nossa atividade assenta numa cultura ética e de conformidade com as obrigações aplicáveis, refletindo os nossos valores institucionais, aliados aos princípios das 14 obras de Misericórdia, anteriormente enunciadas. Por conseguinte, dispomos de um Código de Ética e Conduta que estipula um conjunto de regras e orientações de natureza ética, aplicável a todas as pessoas com vínculo contratual à Instituição, bem como a Órgãos Estatutários, Irmãos, voluntários e prestadores de serviços.

De acordo com o processo formalizado de gestão de recrutamento e seleção, aquando da admissão de um novo colaborador, o referido Código é disponibilizado pela Academia, uma das áreas do DRHFP.

Para além do nosso compromisso inerente às normas de conduta, dispomos de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infração Conexas, a par das linhas orientadoras e recomendações que o Conselho de Prevenção da Corrupção, criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, tem vindo a emitir. Este plano, revisto em 2020 e aprovado em 2021, integra a política de anticorrupção e estabelece o procedimento de reporte perante suspeitas de práticas nesta matéria, ilustrado na Figura 11.

Em 2021, não foram detetadas quaisquer reclamações ou denúncias associadas às práticas de corrupção e suborno através dos canais para o efeito.

MECANISMOS DE GOVERNANÇA PARA A CONTINUIDADE DE NEGÓCIO

Em prol de uma relação de confiança com as nossas partes interessadas, mantemos um Plano Estratégico para a Continuidade de Negócio que "visa estabelecer as orientações base para a criação das fundações de um programa de continuidade de negócio, de acordo com as melhores práticas e standards internacionais" (Declaração de Segurança Corporativa, 2018, p. 7). A nível de objetivos específicos, realçam-se os seguintes:

- Definir e implementar medidas de prevenção;
- Dotar a SCMP dos meios necessários para fazer face a eventos não previstos que provoquem interrupções dos serviços e processos;
- Capacitar a SCMP e os seus recursos humanos dos meios necessários para desencadear os planos definidos e previstos;
- Mobilizar a Instituição para uma cultura de prevenção efetiva, incrementando a sua capacidade de resposta a emergências, com o mínimo de consequências físicas, técnicas operacionais e financeiras.

MISSÃO, VALORES E VISÃO

Tendo por base o nosso compromisso com uma conduta ética e responsável e com a nossa missão, apostamos continuamente na inovação orientando-nos por uma cultura assente em vários valores, conforme apresentados de seguida.

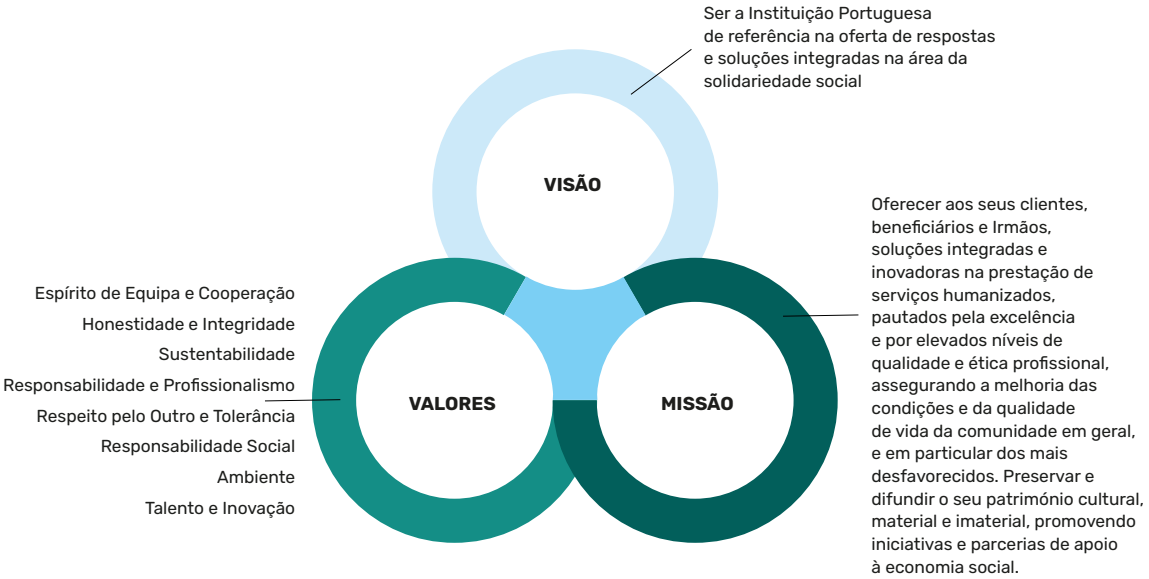


Figura 9 : A nossa missão, valores e visão

NORMAS E CÓDIGOS DE CONDUTA

Conforme já referido anteriormente, o nosso Código de Ética e Conduta é a base das atividades desempenhadas pelos nossos colaboradores e membros, contendo um conjunto de normas alinhadas com os oito valores apresentados na Figura 9.

Encontra-se disponível no nosso website, tendo a sua última revisão ocorrido em fevereiro de 2022, sendo aprovado pela Mesa Administrativa.

Segundo as disposições previstas, destacam-se dez princípios éticos institucionais, designadamente:
- Conduta ética e com integridade pessoal e profissional;
- Respeito pelos direitos e dignidade dos outros;
- Conflitos de interesse;
- Respeito pela conformidade;
- Relações e responsabilidades;
- Investimento e desenvolvimento social e humano;
- Saúde, segurança e ambiente;
- Proteção e preservação da Instituição;
- Inclusão e diversidade;
- Abertura e divulgação.

Com vista à inclusão e à necessidade de adaptação cultural, prevemos que a curto prazo seja traduzido para a Língua Inglesa permitindo, assim, a sua consulta por entidades e/ou pessoas fora do domínio da Língua Portuguesa.

Em complementaridade a este Código e ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, encontram-se em vigor outros instrumentos em matéria de funcionamento e orientação interna, destacando-se os seguintes:
- Regulamento dos Colaboradores da SCMP (2020);
- Manual de Acolhimento SCMP (2016);
- Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto (2017);
- Estatuto Orgânico (2021);
- Regulamento Banco de Horas Individual (2020);
- Política de Sustentabilidade (integrada no relatório de sustentabilidade de 2018);
- Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho (2019);
- Política de Gestão Ambiental (em fase de desenvolvimento);
- Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho (2019).

MECANISMOS DE ACONSELHAMENTO E PREOCUPAÇÕES COM ÉTICA

102-17

A confiança no relacionamento com os nossos membros e entidades terceiras e a promoção da prestação de serviços de excelência, pressupõe um canal de comunicação. Neste sentido, a implementação do procedimento anteriormente referido, em matéria de suspeita de corrupção, visa tomar as diligências para que a nossa atuação esteja conforme o previsto e de acordo com os princípios éticos.

No âmbito da definição de competências, em face do disposto no artigo 37.° do Capítulo da Legislação Complementar, o Gabinete de Auditoria Interna (GAI) é responsável pela receção e gestão das reclamações apresentadas em várias matérias, incluindo a de violações com os instrumentos em vigor, de que é exemplo o Código de Ética e Conduta.

Por outro lado, o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), integrado no GMC, dispõe de um endereço eletrónico para a receção de reclamações ou preocupações de qualquer uma das partes interessadas externas, isto é, que não provêm de colaboradores, e que está disponível no nosso website institucional.

Em matéria de proteção de dados, mantemos gestores de segurança, risco e compliance (SRC Managers), em todas as áreas operacionais, capacitados a formar uma linha de articulação entre o nosso Encarregado de Proteção de Dados e a respetiva área de atividade. Desta forma, através de ações de formação e de sensibilização internas, procedem à identificação e reporte de quaisquer eventos relacionados com a segurança, risco e compliance dos dados pessoais.

01.4.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

102-18 | 102-19 | 102-20 | 102-21 | 102-22 | 102-23

O NOSSO ESTATUTO ORGÂNICO

O modelo da nossa governança assenta num conjunto de princípios orientadores que permitem assegurar o formato de responsabilização e operacionalização de toda a Instituição, através da:

a) Normalização de critérios e de procedimentos;

b) Integração de meios de decisão e de controlo de despesa;

c) Uniformização dos modelos de admissão e de gestão de recursos humanos;

d) Descentralização de meios operacionais;

e) Delegação de competências claras e objetivas;

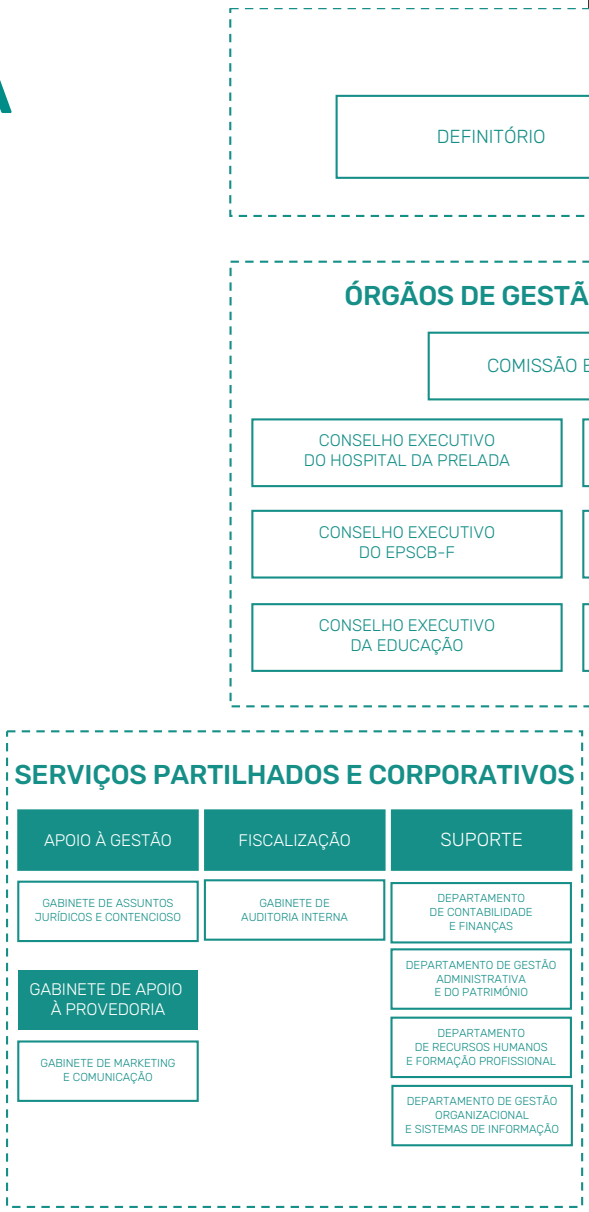
f) Flexibilização do processo decisório e responsabilização na sua execução.

Estes princípios orientadores e disposições gerais que constam no Estatuto Orgânico da nossa Instituição, definem os princípios, a organização, as funções, a natureza, as responsabilidades e a estrutura dos vários níveis de gestão.

Este modelo de gestão vertical subdivide-se em três níveis, estratégico, intermédio/tático e operacional, que por sua vez, estão divididos em várias áreas de atuação.

Os corpos gerentes da Instituição (Mesa Administrativa, a Assembleia Geral e o Definitório) encontram-se identificados e descritos no Estatuto Orgânico.

Na Figura 10 podemos visualizar as relações hierárquicas existentes entre os diferentes órgãos, departamentos e gabinetes que compõem a nossa Instituição.



CORPOS GERENTES

MESA ADMINISTRATIVA

ASSEMBLEIA-GERAL

O ESTRATÉGICA

EXECUTIVA

CONSELHO EXECUTIVO ARTES E CULTURA

CONSELHO EXECUTIVO SOCIAL

CONSELHO EXECUTIVO DO CHCF

ÓRGÃOS DE ACOMPANHAMENTO E APOIO À GESTÃO ESTRATÉGICA

COMISSÃO DE ÉTICA

COMISSÃO DE AUDITORIA

COMISSÃO DE SEGURANÇA, RISCO E PROTEÇÃO DE DADOS

COMISSÃO DA TRANSIÇÃO DIGITAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

COMISSÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE DECISÕES DE INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

UNIDADES OPERACIONAIS

ARTES E CULTURA	CULTO	INICIATIVA EMPRESARIAL	EDUCAÇÃO	MULHER	SAÚDE	SOCIAL, ENVELHECIMENTO E JUVENTUDE
MUSEU DA MISERICÓRDIA DO PORTO – CONDE DE SAMODÃES	GABINETE RELIGIOSO E DE CULTO	GABINETE DE ASSUNTOS EUROPEUS	COLÉGIO NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA	CASA DE SANTO ANTÓNIO	CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA	DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL
CENTRO CULTURAL D. FRANCISCO DE NORONHA – CASA DA PRELADA	IGREJA PRIVATIVA	COMPLEXO RODRIGUES SEMIDE			HOSPITAL DA PRELADA	UNIDADE INTEGRADA DE SAÚDE
BIBLIOTECA DO CHCF	CEMITÉRIO PRIVATIVO					ERPI NOSSA SENHORA DA MISERICÓRDIA
ARQUIVO INTERMÉDIO	IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA					ERPI PEREIRA DE LIMA
DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA	**AMBIENTE**	**DEFICIÊNCIA E ENSINO ESPECIAL**	**EMPREGO PROTEGIDO**	**JUSTIÇA**		ERPI SÃO LÁZARO
QUINTA D'ALVA	PARQUE DA PRELADA	CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA	CENTRO PROFESSOR ALBUQUERQUE E CASTRO	ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO - FEMININO		SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO
	PARQUE AVIDES MOREIRA		ARTES GRÁFICAS E SERVIÇOS DE IMPRENSA			CASA DA RUA – D. LOPO DE ALMEIDA
						CAS D. MANUEL MARTINS
						COLÉGIO DO BARÃO DE NOVA SINTRA

Figura 10 : Organograma Institucional

COMPOSIÇÃO DO MAIS ALTO ÓRGÃO DE GOVERNANÇA E DE SUA ESTRUTURA DE GESTÃO:

Órgãos
Assembleia Geral
Mesa Administrativa
Definitório

Constituição das nossas principais Comissões e Conselhos
Comissão Executiva
Conselho Executivo do CHCF
Conselho Executivo do HP
Conselho Executivo do EPSCB-F
Conselho Executivo Social
Conselho Executivo das Artes e da Cultura
Conselho Executivo da Educação
Comissão de Ética
Comissão de Auditoria
Comissão de Segurança, Risco e Proteção de Dados
Comissão de Programas e Projetos
Comissão da Transição Digital e Modernização Administrativa
Comissão de Avaliação Preliminar de Decisões de Investimento e Financiamento

RESPONSABILIDADE AO NÍVEL EXECUTIVO PARA TEMAS ECONÓMICOS, AMBIENTAIS E SOCIAIS

102-20 | 102-32

As normas GRI estruturam-se em três grandes áreas de atuação, estando imputadas responsabilidades aos seguintes departamentos e UO:

- Âmbito económico: Direções do DCF e do DGOSI, podendo, contudo, em situações que o justifiquem, envolver as direções de outras áreas, departamentos ou UO.
- Âmbito ambiental: Quinta D'Alva e DGAP, sendo da responsabilidade do DGOSI o controlo e a monitorização dos indicadores ambientais a serem reportados diretamente à gestão de topo.
- Âmbito social: DIS (envolvimento com a comunidade) e o DRHFP (envolvimento com os colaboradores).

PREOCUPAÇÕES CRÍTICAS

102-33 | 102-34

Sendo nós uma Instituição com mais 500 anos de história, com uma imagem de credibilidade e honestidade consolidada no mercado e na sociedade, torna-se fundamental a existência de procedimentos que promovam e incentivem o combate à corrupção.

Nesse sentido, dispomos de um procedimento de reporte perante suspeitas de corrupção que visa o aumento da transparência e a manutenção da imagem de credibilidade de que nós beneficiamos.

Este subdivide-se em cinco fases que serão explicadas em seguida:

Figura 11 : Procedimentos de reporte perante suspeita de corrupção

1. Identificar e descrever

Todas as suspeitas de ocorrência ou tentativas de corrupção, irregularidades ou outras preocupações em relação às nossas atividades, que não são abrangidas por outras políticas ou procedimentos internos, devem ser comunicadas. Dispomos de meios de comunicação para que os colaboradores e terceiros possam efetuar as denúncias, suscitadas de boa fé ou com base em convicção razoável em total confiança. Neste sentido, a denúncia deverá ser imediata e efetuada utilizando os recursos disponíveis para o efeito, designadamente:

- Se advir de origem interna, estando contemplados nesta situação os Irmãos e colaboradores, para reclamar.scmp@gmail.com, no âmbito das funções do GAI;

- Sendo de fonte externa, deverá ser endereçado para apoioaocliente@scmp.pt, no âmbito das funções do Serviço de Apoio ao Cliente (SAC);

- Livro de reclamações.

2. Analisar e tratar

Verificado o cumprimento dos critérios estabelecidos, é dado conhecimento ao Provedor, no âmbito das suas competências previstas no Compromisso da SCMP, que levará em consideração todas as informações fornecidas. As denúncias efetuadas são investigadas pelo Grupo de Trabalho existente para o efeito, após pronúncia do Provedor, salvaguardando-se a confidencialidade de toda a informação recolhida e privilegiada protegendo-se, assim, a identidade do relator.

Em caso de dúvidas e esclarecimentos adicionais, este grupo recorrerá a uma entidade/pessoa com conhecimento especializado, técnico ou profissional, perante a relevância da mesma para o caso em análise. Assim, são tomadas medidas imediatas para obter aconselhamento profissional adequado de forma a se prosseguir com a análise.

3. Emitir Resultados

Privilegiamos as relações de comunicação direta. Como tal, os relatórios efetuados com os resultados da análise aos incidentes de corrupção relatados são facultados à gestão de topo, para que a mesma analise os procedimentos seguidos, as ações realizadas e a necessidade de ações adicionais de investigação.

Nós notificaremos o Ministério Público de quaisquer incidentes graves de suborno, tendo em conta as obrigações na legislação relativas a corrupção e comportamento associado, previstas.

Sem comprometer a confidencialidade, é fornecida uma resposta ao indivíduo que tenha procedido ao reporte de um incidente, sendo informado que foram, ou não, realizadas diligências para averiguar a situação registada e, caso aplicável, implementadas ações de melhoria para evitar uma nova ocorrência.

Nós cooperamos em qualquer investigação ou acusação sob legislação de corrupção que possa acontecer. Perante solicitações externas, as informações serão transmitidas às entidades reguladoras competentes, seguindo-se as normas e regras de sigilo em vigor.

4. Aplicar consequências

Práticas de corrupção por pessoal nosso ou de terceiros agindo em nosso nome, bem como alegações maliciosas, serão tratadas como uma ofensa disciplinar grave, estando sujeitas a procedimento judicial, ao abrigo do quadro legislativo em vigor.

Perante qualquer violação das diretrizes descritas neste plano ou na política definida para este efeito, nós tomaremos medidas firmes, que podem incluir demissão, suspensão e outras ações disciplinares previstas nos nossos normativos internos e nos termos legais aplicáveis às infrações cometidas.

Face à denúncia ou verificação de práticas ilícitas envolvendo partes externas relevantes, serão implementadas medidas e ações, devidamente enquadradas no âmbito legal para o efeito.

Em todos os casos que haja articulação com entidades externas, nós reservamos o direito, onde seja razoável e permitido fazê-lo, de prosseguir com os nossos procedimentos disciplinares internos e/ou processos civis.

5. Arquivar

Toda a documentação da informação obtida e utilizada estará adequadamente protegida, armazenada e de acesso restrito, de acordo com a Declaração de Segurança Corporativa e demais legislações em vigor.

No ano de 2021 não foram registadas quaisquer denúncias sobre suspeitas de corrupção no universo de instituições que nos pertencem.

01.5.

ENVOLVIMENTO DOS *STAKEHOLDERS*

102-40 | 102-42 | 102-43 | 417-1

A manutenção de uma relação com todos os nossos *stakeholders*, por forma a gerir, de forma sustentável, as atividades e desempenho global da nossa Instituição é um aspeto importante.

O envolvimento das partes interessadas é crucial para uma gestão mais concreta das necessidades e expectativas dos mesmos, bem como, para um maior alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais.

Como *stakeholders*, identificamos todos aqueles que detém, ou poderão deter, alguma influência, dependência ou responsabilidade para connosco. Assim, de acordo com o referido, identificamos as seguintes partes interessadas:

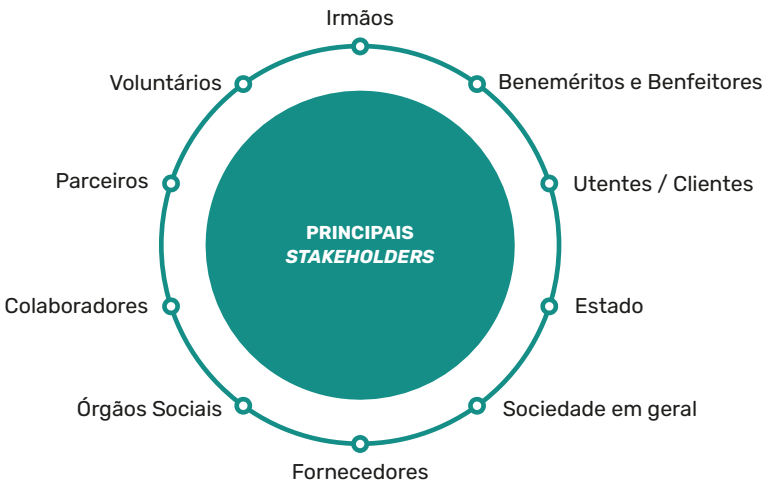


Figura 12 : Os nossos principais stakeholders

Em 2021, executamos diversas medidas no sentido de melhor compreender os nossos *stakeholders* e os seus interesses, compreendendo as suas preocupações e as suas espectativas, sendo que algumas delas foram:

- Questionários:
  - Avaliação da materialidade;
  - Avaliação de impacto social;
  - Avaliação da satisfação dos colaboradores.
- Sistema de Gestão de Qualidade - Auditorias da Qualidade
- Outros

Os *stakeholders* podem continuar a manifestar a sua opinião e preocupações connosco, através dos seguintes endereços eletrónicos:

- Geral: scmp@scmp.pt
- Marketing e Comunicação: marketing.comunicacao@scmp.pt
- Sustentabilidade e Responsabilidade Social: sustentabilidade@scmp.pt

No que concerne à comunicação interna estabelecida, é um dever da organização informar relativamente a todos os aspetos relevantes para o desempenho adequado da atividade laboral do colaborador.

Todas as mudanças operacionais significativas são devidamente comunicadas aos colaboradores, individualmente ou coletivamente, consoante a natureza da mesma, por diversos meios, nomeadamente, via correio eletrónico, despachos normativos e regulamentos internos ou através do Portal do Colaborador (myGIAF).

O ambiente externo ao GMC está interligado com a realidade que cada UO enfrenta, tendo o Gabinete como objetivo a comunicação integrada enquanto ferramenta de gestão organizacional, com o objetivo maior de unificar tudo o que nós enquanto Instituição comunicamos.

A comunicação garante o alinhamento, credibilidade e estabilidade do que é dado a conhecer sobre a nossa Instituição. A qualidade da comunicação interna e externa, tem o objetivo máximo contribuir para o alcance dos nossos resultados, assim como a promoção de uma cultura organizacional mais forte e transversal.

Temos diversos *stakeholders* com os quais mantemos parcerias e protocolos, nomeadamente:
- ACEMBEX;
- Câmara Municipal de Gondomar;
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Câmara Municipal do Porto;
- Clérigos;
- Coliseu do Porto;
- Comboios de Portugal;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- Instituto da habitação e Reabilitação Urbana;
- Associação Comercial do Porto;
- Boehringer Ingelheim Healthcare Management Portugal;
- Centro Hospitalar S. João;
- Faculdade de Medicina do Porto;
- Federação Académica do Porto;
- Fundação La Caixa;
- Fundação Manuel António da Mota;
- Futebol Clube do Porto;
- ICBAS - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar;
- Instituto Politécnico do Porto;
- Livraria Lello;
- Lipor;
- Ordem da Lapa;
- Operations Abroad Worldwide;
- Palácio da Bolsa;
- Porto Card;
- PSP;
- Serralves;
- Sport Club do Porto;
- Universidade Católica;
- Universidade do Porto;
- Entre outros.

O GMC, através do endereço eletrónico apoioaocliente@scmp.pt, auxilia os clientes no encaminhamento interno, nomeadamente, quando através deste canal são reportadas dificuldades ou dúvidas.

O Serviço de Apoio ao Cliente presta apoio em situações de crise, tais como estabelecer contactos diretos com clientes e familiares, apresentação de proposta de soluções interna que visem a otimização da experiência do cliente, formação/treino das equipas no âmbito das técnicas de atendimento ao cliente, etc.

Comunicação interna

O nosso canal único de Comunicação Interna é o "*tips&news*". Tendo em conta os destinatários e objetivos, a comunicação interna pode apresentar-se em diversos formatos, físicos e digitais, procurando melhor responder o seu propósito. É, única e exclusivamente, através deste canal que são difundidas todas as informações que a Instituição pretende comunicar internamente. Os diversos Departamentos e Serviços devem, por isso, recorrer ao GMC para, através deste canal, solicitarem a difusão da informação que pretendem fazer chegar à equipa.

A avaliação da informação a ser difundida, periodicidade, definição de canais e formatos, volume e imagem a associar são do âmbito exclusivo do GMC. Assim, não são permitidos outros canais ou meios de difusão de comunicação interna.

Atualmente a Comunicação Interna – Marketing e Comunicação assegura, entre outros:
- Campanhas de proximidade e motivação das equipas (ex. agradecimentos, dicas, etc.);

- Campanhas de ofertas e benefícios (ex. oferta bilhetes, descontos, etc.);
- Campanhas informativas e de sensibilização internas (ex. COVID-19, alertas DGOSI – Sistemas de Informação, etc.);
- Campanhas de responsabilidade social e proximidade (ex. kit olá bebé);
- SMS do Provedor (ex. colaboradores infetados com COVID-19, colaboradores com doença grave, etc.);
- Organização de eventos *team building* (ex. bootcamp);
- Organização de eventos internos (ex. Encontro Quadros, Cerimónias Entronização, etc.);
- Campanhas/ iniciativas orientadas para o público interno (ex. Festa Natal, angariações, etc);
- Boas-vindas e apresentação dos novos colaboradores;
- Campanhas internas solicitadas pelos diversos serviços (ex. Qualidade, DRHFP, Segurança no Trabalho, etc.);
- Campanhas periódicas (ex. Dia da Mulher, Dia da Mãe, Natal, etc.);
- Protocolo de nojo dirigido aos clientes, colaboradores e familiares diretos.

Na área da Saúde, mantém-se como prioridade a aposta nos canais de comunicação digital e o cumprimento dos objetivos comerciais e de comunicação, incluindo o reforço do relacionamento com os principais *stakeholders* da atividade privada nas respetivas áreas de negócio do HP e do CHCF, tendo em vista:

- Gestão e desenvolvimento de recursos de marketing tradicional e digital para captação de novos clientes e avaliação dos clientes existentes;
- Produção de conteúdos e otimização dos processos de comunicação nos canais digitais;
- Promoção de novos serviços e de áreas de atuação diferenciadoras junto do cliente final;
- Produção de elementos de comunicação, físicos ou digitais;
- Desenvolvimento e implementação de práticas de comunicação organizacional, facilitadoras da harmonização de conhecimento e processos de gestão interna;
- Participação no processo de melhoria contínua da experiência do cliente;
- Execução de planos de comunicação específicos (CONSANAS HP, novos vestiários/novo fardamento do HP e Centro de Tratamento da Depressão do CHCF);
- Colaboração com parceiros institucionais na definição, desenvolvimento e execução de campanhas de comunicação, incluindo criação de conteúdos patrocinados direcionados (ex: Unilabs, Boehringer Ingelheim Healthcare Management Portugal e Shinecare).

01.6.

AVALIAÇÃO DA MATERIALIDADE

102-44

A avaliação da materialidade apresenta um mapa das áreas temáticas que os nossos *stakeholders* consideraram relevantes para a nossa Instituição, permitindo-nos desenvolver estratégias assentes nestas áreas.

Através da análise da materialidade, identificamos onde podemos criar valor, conduzir a nossa estratégia, alocar esforços e recursos e direcionar os nossos relatórios.

As áreas temáticas a serem incluídas nesta análise tendo em conta as normas GRI, o Pacto Global da ONU, a ISO 26000:2010 e vários documentos institucionais. Foram envolvidos os colaboradores das diversas áreas, de forma a sensibilizar e refletir para o assunto da sustentabilidade.

Os tópicos foram avaliados numa escala de quatro níveis: muito relevante (4); relevante (3); pouco relevante (2) e não relevante (1).

A maioria dos tópicos permaneceu inalterada em relação aos anos anteriores para facilitar a análise e comparabilidade ao longo do tempo. Vários assuntos foram reformulados para cobrir uma área maior de reporte dos indicadores GRI.

TABELA 10 - Matriz de materialidade

#	Referência	Âmbito
		Governança Corporativa
1	Normas GRI	Estratégia
2	Normas GRI	Envolvimento dos *stakeholders*
3	Normas GRI	Governança organizacional
4	Negócio	Ética do negócio
5	Negócio	Proteção de dados
6	Negócio	Transformação digital e sustentabilidade
		Económicos
7	Normas GRI	Anticorrupção
8	Normas GRI	Desempenho Económico
9	Normas GRI	Impactos Económicos Indiretos
10	Negócio	Doações e mecenato

#	Referência	Âmbito
		Ambientais
12	Normas GRI	Análise ambiental dos fornecedores
13	Normas GRI	Efluentes e resíduos
14	ISO 26000	Mitigação e adaptação às mudanças climáticas
15	ISO 26000	Proteção do meio ambiente, biodiversidade
16	ISO 26000	Uso sustentável de recursos (água; emissões e energia; consumo)
		Sociais
17	ISO 26000	Acesso a serviços essenciais
18	Normas GRI	Análise de direitos humanos
19	Normas GRI	Análise social dos fornecedores
20	Normas GRI	Comunidades locais
21	Normas GRI	Conformidade socioeconómica
22	ISO 26000	Criação de emprego e desenvolvimento de competências
23	ISO 26000	Desenvolvimento e acesso à tecnologia
24	ISO 26000	Diligência devida
25	Normas GRI	Diversidade e igualdade de oportunidades
26	Normas GRI	Educação e formação
27	ISO 26000	Investimento social
28	Normas GRI	Liberdade de associação e acordos coletivos
29	Normas GRI	Marketing e rotulagem
30	Normas GRI	Não discriminação
31	Normas GRI	Políticas públicas
32	Normas GRI	Privacidade dos consumidores
33	Normas GRI	Relações laborais
34	Normas GRI	Saúde e segurança dos consumidores
35	Normas GRI	Saúde e segurança no trabalho
36	Normas GRI	Trabalho forçado
37	Normas GRI	Trabalho infantil

Os resultados mostram um aumento do interesse por tópicos como mudanças climáticas e gestão de resíduos/ circularidade, proteção do meio ambiente, biodiversidade, bem como transformação digital e sustentabilidade. Estes estão no topo da lista, ao lado da gestão das relações laborais, ética e anticorrupção; formação e desenvolvimento; saúde, higiene e segurança no trabalho; diversidade e igualdade de oportunidades; direitos humanos; desempenho económico e consumo de energia e de água, que continuam a ser os temas considerados mais importantes pelos *stakeholders*.

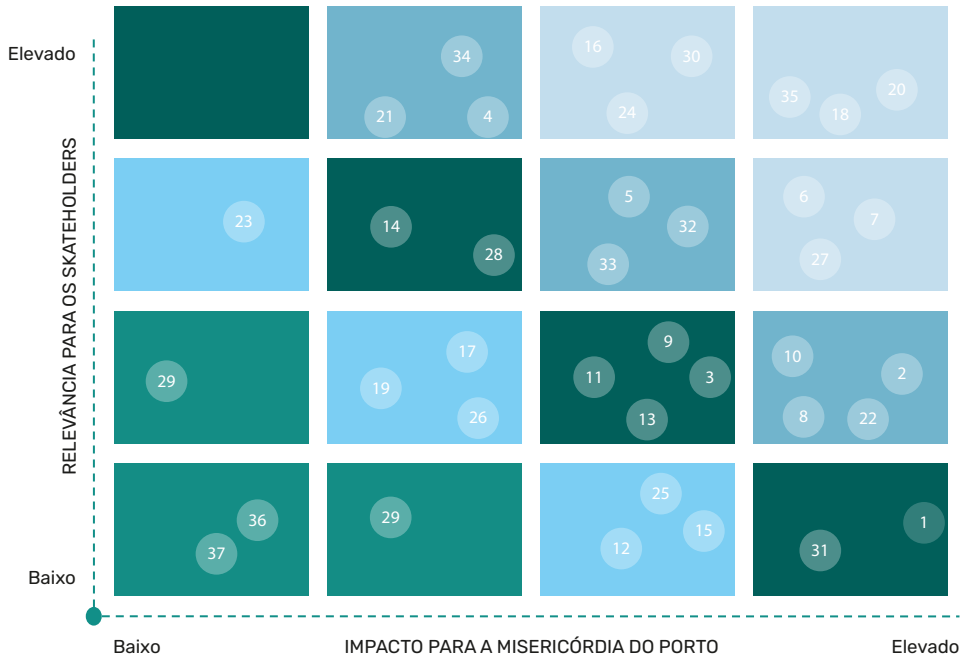


Gráfico 17 : Relevância vs Impacto

ÂMBITO ECONÓMICO

02.1. DESEMPENHO ECONÓMICO

201-1 | 201-2 | 201-3

ABORDAGEM DE GESTÃO

Ao abrigo do Estatuto Orgânico, Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia Do Porto e respetivos instrumentos legais aplicáveis nesta matéria, dispomos de várias fontes de receitas e de uma estrutura de gastos em função da nossa área de intervenção, que podem ser consultadas no nosso Relatório de Gestão e Contas de 2021.

Para além das 14 Obras de Misericórdia, o nosso relacionamento económico com as diversas partes interessadas rege-se pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC), em particular pelo disposto no artigo 64° do referido CSC, que define os deveres fundamentais, nomeadamente, a observância de deveres de cuidado, de disponibilidade, de competência técnica, de gestão criteriosa e ordenada, de lealdade, no interesse da sociedade e dos parceiros que sejam relevantes para a sustentabilidade[6] da Instituição e sociedade em geral.

VALOR ECONÓMICO DISTRIBUÍDO

O nosso modelo analítico é assente em 12 áreas de exploração, apresentadas na Tabela 11. Verifica-se um acréscimo de 6,0% (3.346.663,00€) face a 2020 em relação ao valor económico direto gerado em 2021.

Apresenta-se, de seguida, a análise comparativa com o realizado em 2021 e em 2020, por Área, cujo total global foi de 59.229.125,00€.

6 - Código das Sociedades Comerciais, CAPÍTULO V - Administração e fiscalização, Artigo 64.° - Deveres fundamentais.

TABELA 11 - Análise comparativa do valor económico direto gerado por Área de Exploração

#	Área	2021 (€)	2020 (€)	Variação (%)
1	Agricultura	217.207	193.201	12,4
2	Ambiente	20.882	20.050	4,1
3	Cultura	580.858	166.504	248,9
4	Educação	2.467.097	2.385.338	3,4
5	Ensino Especial	1.567.842	1.465.223	7,0
6	Justiça	1.806.396	1.708.590	5,7
7	Juventude	442.681	420.517	5,3
8	Património de Rendimento	6.280.285	5.339.574	14,9
9	Projetos Especiais	1.128.602	981.872	17,6
10	Saúde	40.402.113	38.429.807	5,1
11	Social	3.950.123	3.985.151	-0,9
12	SPeC	365.039	786.635	-53,6
	Total	**59.229.125**	**55.882.462**	**6,0**

Da análise efetuada verifica-se que a Saúde continua a ser a área mais representativa, registando 40.402.113€ (68,2%), seguida da área do Património de Rendimento, com 6.280.285€ (10,6%) e do Social, com 3.950.123€ (6,7%).

As restantes áreas apresentam pesos reduzidos, verificando-se oscilações pouco significativas entre si, conforme observado no seguinte gráfico.

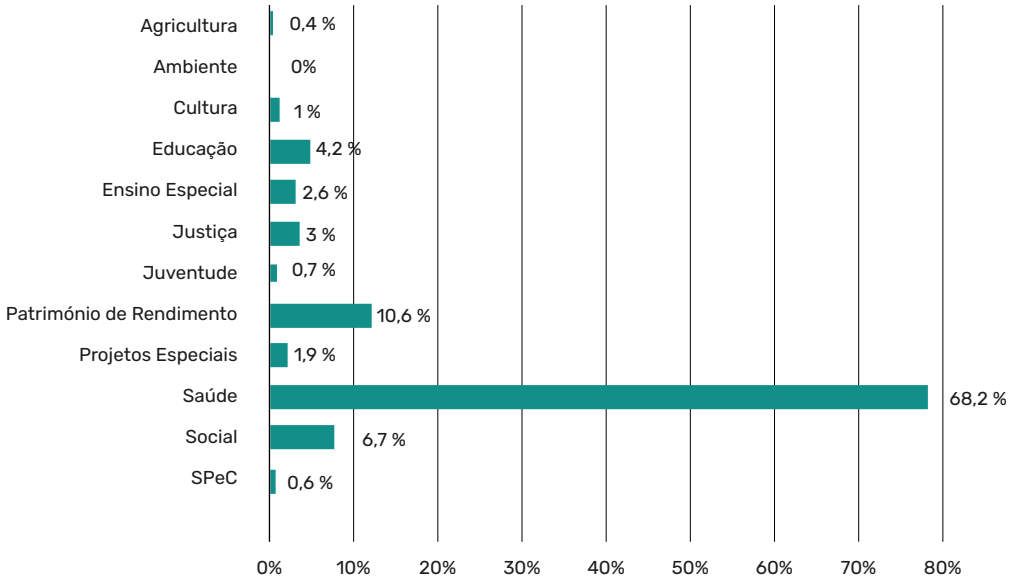


Gráfico 18 : Distribuição percentual do valor económico direto gerado por Área de Exploração no total em 2021

A seguinte tabela apresenta o valor económico distribuído, por rubrica. Note-se que, em 2021, os Gastos com Pessoal foram a rubrica mais representativa, apresentando um peso de 57% no total.

TABELA 12 - Análise comparativa do valor económico distribuído por rubrica

#	Rubrica	2021 (€)	2020 (€)	Variação (%)
1	Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	6.242.702,50	5.242.731,72	19,1
2	FSE	18.050.042,82	15.911.175,91	13,4
3	Gastos com o Pessoal	34.242.477,95	33.571.807,83	2,0
4	Outros Gastos e Perdas	1.374.488,56	3.248.620,66	-57,7
5	Juros e Gastos Similares Suportados	66.781,43	83.553,87	-20,1
	Total	**59.976.493,26**	**58.057.889,99**	**3,3**

Pelos valores económicos apresentados nas duas tabelas anteriores observa-se que, em 2021, o valor económico retido foi negativo, de 747.368,26 €.

03 ÂMBITO AMBIENTAL

03.1. DESEMPENHO AMBIENTAL

ABORDAGEM DE GESTÃO

Consideramos que o nosso impacto ambiental exige a adoção de comportamentos e medidas mais responsáveis. Para além da responsabilidade social que é inerente à nossa missão, temos uma responsabilidade ambiental perante a sociedade e as gerações futuras.

Na SCMP atuamos visando a melhoria contínua do desempenho ambiental. Assim, são definidos eixos prioritários de atuação no que respeita aos impactos ambientais decorrentes da atividade, traduzindo em objetivos estratégicos, onde se incluem a eficiência do consumo de energia e de água, a monitorização e redução da emissão de gases com efeito de estufa, o controlo das emissões potencialmente poluentes, a gestão do uso do solo e recursos hídricos, a promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos e a preservação da biodiversidade.

Por conseguinte, na área ambiental é seu compromisso:

- Garantir o cumprimento dos requisitos legais ambientais ao nível nacional, regional e local;
- Fomentar/Desenvolver modelos de negócio, políticas e procedimentos mais sustentáveis;
- Proteger o ambiente e as comunidades em que trabalha, garantindo a prevenção da poluição e a minimização do impacto ambiental das suas atividades;
- Aumentar a consciencialização de todos os colaboradores, fornecedores e outros *stakeholders* em relação ao ambiente e promover um comportamento ambientalmente responsável na sua vida profissional e pessoal;
- Avaliar e melhorar continuamente processos e ferramentas de gestão ambiental.

03.2.

CONSUMO DE ENERGIA

302-1

ABORDAGEM DE GESTÃO

A gestão dos consumos de energia é uma ferramenta para afinar os processos que estão ligados a este tipo de consumos. Um bom diagnóstico é determinante para evitar consumos excessivos e evitar, por exemplo, picos de consumo que encarecem o custo da energia.

Em 2021, o consumo total de energia dentro da organização correspondeu a 67841 GJ, valor acima dos anos de 2020 e 2019, distribuídos por cinco fontes de energia, conforme demonstra o Gráfico 19. A fonte de energia mais utilizada continuou a ser o gás natural, registando 43298 GJ de consumo de energia anual total, seguindo-se a eletricidade com um consumo de 19737 GJ. As restantes fontes apresentaram pouca expressão, combinado entre as três fontes (Propano, Gasóleo e Gasolina) cerca de 4806 GJ, mas igualmente importantes para a manutenção da sustentabilidade ambiental.

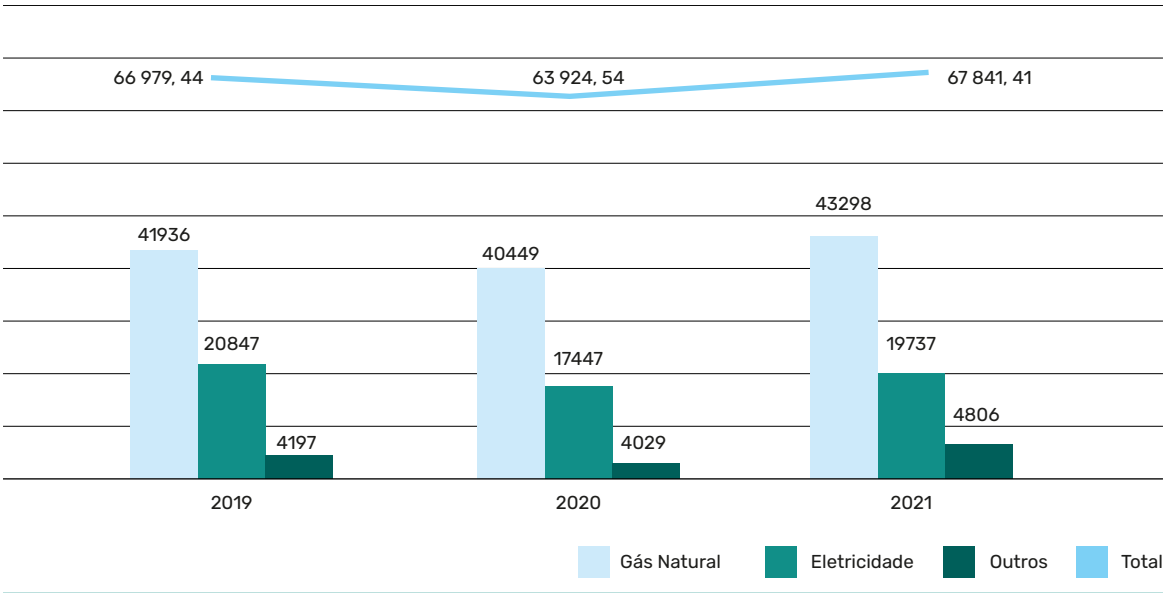


Gráfico 19 : Evolução anual do consumo de energia (GJ) 2019-2021

Em 2021, a área da Saúde continuou a ser a maior consumidora de energia com 55% face ao consumo total registado de energia. Note-se, ainda, que 15,78% correspondeu aos consumos da área Social, 13% da Justiça e 12% da Educação. O consumo respeitante aos SPeC, Cultura, Ambiente e Património representou apenas 3% do consumo total anual.

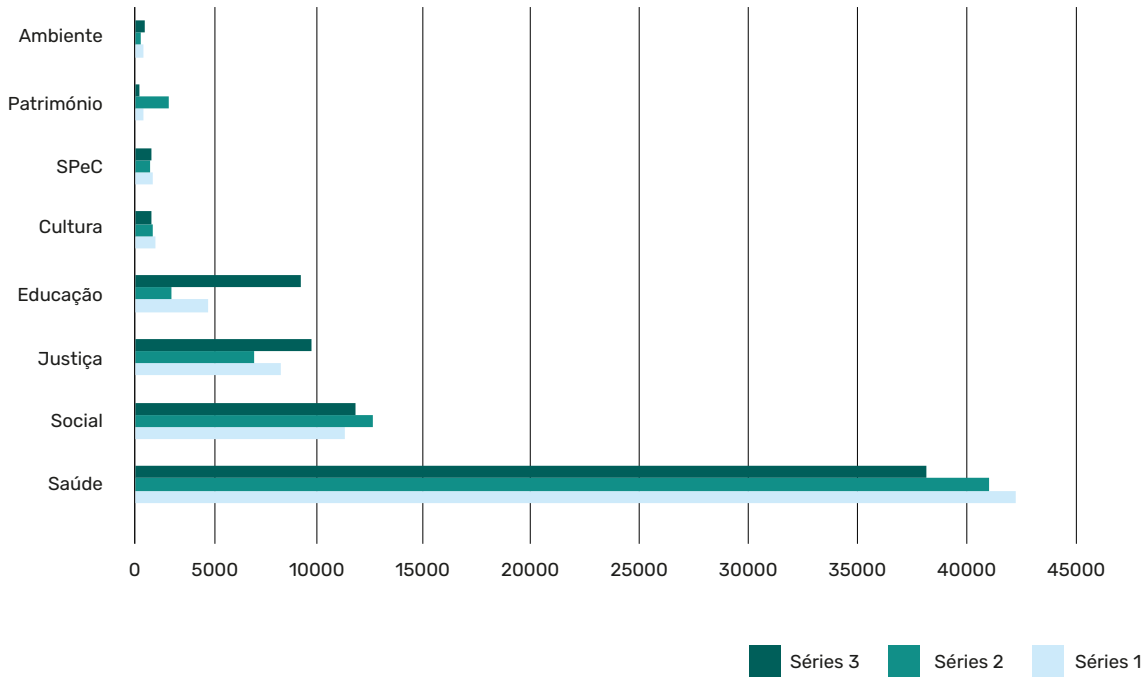


Gráfico 20 : Consumo Anual de Energia (GJ), por área 2019-2021

03.3.

CONSUMO DE ÁGUA

303-1 | 303-5

ABORDAGEM DE GESTÃO

Embora não estejamos localizados numa zona de "stress hídrico", reconhecemos o impacto associado à utilização de grandes volumes de água na sua operação e, por isso, é nosso objetivo promover uma gestão eficaz deste recurso visando a sustentabilidade ambiental e económica da Instituição.

Em contexto pandémico, como resposta ao aumento do risco de contaminação pelo coronavírus, previu-se um aumento do consumo de água potável decorrente do reforço dos procedimentos de higienização de mãos e superfícies para reduzir a probabilidade de disseminação daquele agente patogénico. Contudo, visto que parte dos colaboradores se encontrou em regime de teletrabalho, também se verificou uma diminuição do consumo de água nalguns serviços menos operacionais, resultando numa diminuição no total do consumo.

Notas:

De acordo com a International *Energy Agency* e Agência Portuguesa do Ambiente, o cálculo dos valores das energias consumidas respeitaram as seguintes fórmulas e fatores de conversão:

1. Consumo de Gás Natural (GJ) = (Consumo de Gás Natural (m^3) x 38718)/10^6;
2. Consumo de Propano (GJ) = (Consumo de Propano (kg) x 46347)/10^6;
3. Consumo de Gasolina - Frota (GJ) = (Consumo de Gasolina - Frota (l) x 36083)/10^6;
4. Consumo de Gasóleo - Frota (GJ) = (Consumo de Gasóleo (l) x 36083)/10^6;
5. Consumo de Eletricidade (GJ) = (Consumo de Eletricidade (kWh) x 3600)/10^6.

Atualmente continuamos com a campanha de sensibilização "Pense Verde" nos SPeC, uma ação que visa a racionalização do uso da água e do papel. Reconhecemos a importância de envolver todas as nossas áreas de intervenção em campanhas como esta, bem como na priorização da gestão da água que visa alcançar a gestão sustentável dos recursos hídricos disponíveis e, simultaneamente, prestar o nosso contributo para o objetivo de desenvolvimento sustentável número 6 da ODS – "Mitigar a escassez de água de qualidade que pode levar a lutas por água no futuro".

As informações sobre o consumo de água divulgadas neste relatório cobrem todas as áreas de intervenção da Instituição.

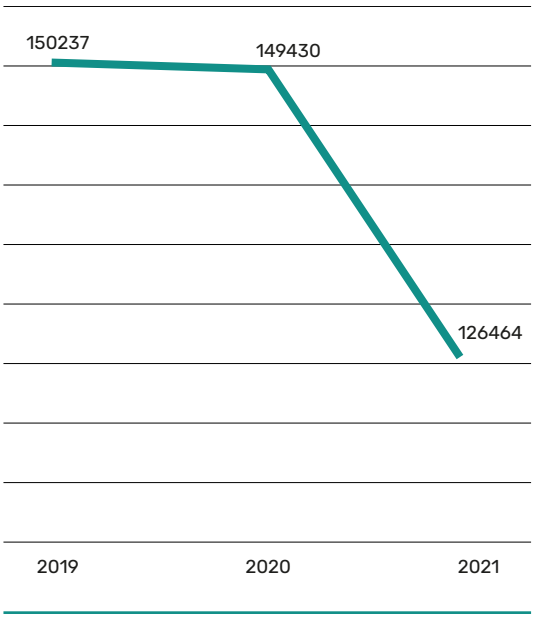


Gráfico 21 : Evolução do consumo anual de água (m3) 2019-2021

A fonte de água utilizada pela SCMP é a rede municipal, registando-se em 2021 um consumo de 126464m³, apresentando um decréscimo ao longo dos anos, fruto da estratégia adotada com este propósito. A área da Saúde continuou a ser o maior consumidor, representando 52% do total do consumo anual, seguindo-se a área Social (23%), Justiça (21%), Cultura (2%) e as restantes áreas representaram apenas 2% do total de água consumida em 2021.

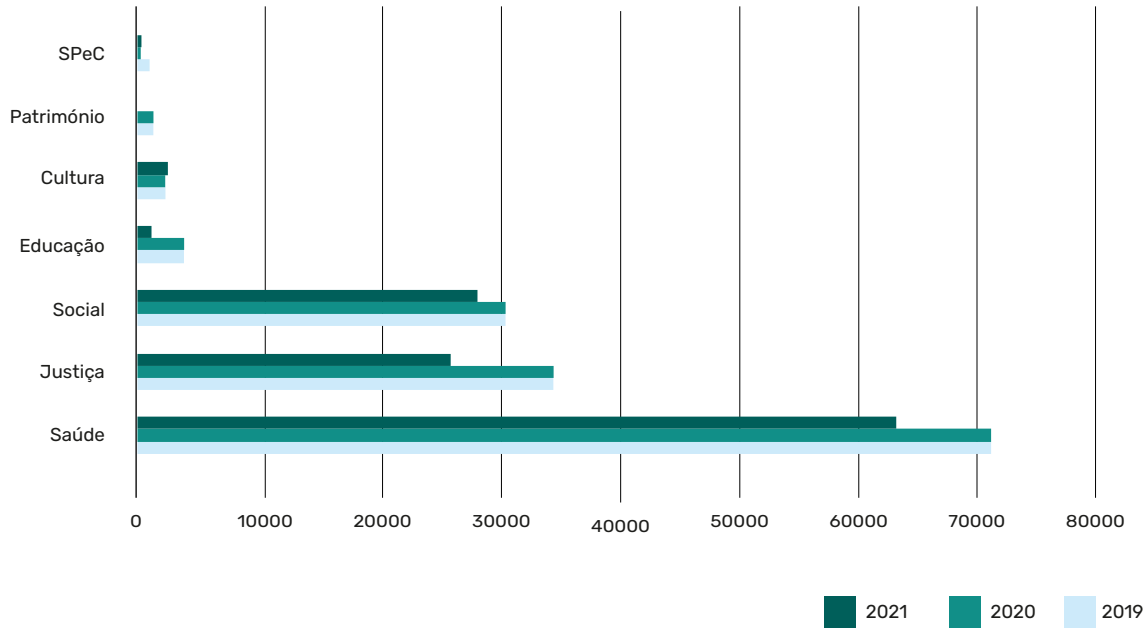


Gráfico 22 : Evolução do consumo anual de água (m3), por área (2019-2020)

03.4.

EMISSÕES

305-1 | 305-2

ABORDAGEM DE GESTÃO

O 5.º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas[7], publicado em 2014, salientava que as evidências científicas relativas à influência da atividade humana sobre o sistema climático eram fortes e o aquecimento global era inequívoco. Apesar de ter sido emitido há alguns anos, este relatório identifica consequências que se mantém atuais nos dias de hoje. Neste sentido, importa, enquanto IPSS monitorizar e analisar o nível de emissões de GEE produzidas.

Em 2021 a nossa atividade emitiu um total de 4169 tCO2e: 2793 tCO2e corresponderam a emissões diretas decorrentes dos consumos para fins de iluminação, arrefecimento e aquecimento do ar e águas, 1376 tCO2e resultaram inteiramente da produção externa da energia elétrica fornecida e resultantes do transporte de pessoas e de cargas durante a atividade, representando este valor o total de emissões indiretas.

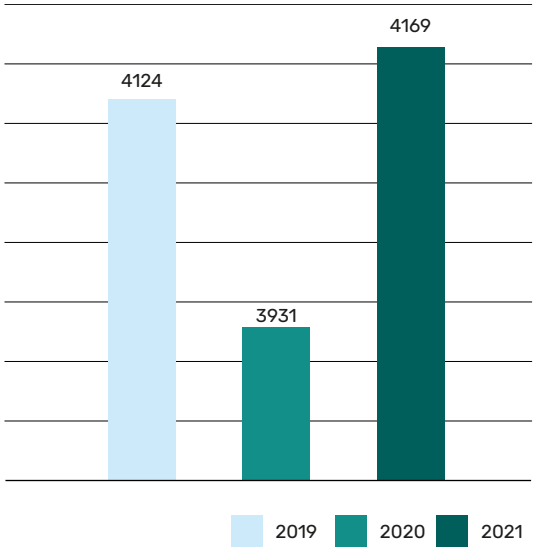


Figura 13 : Emissões Anuais de GEE (tCO2e) nos anos 2019-2021

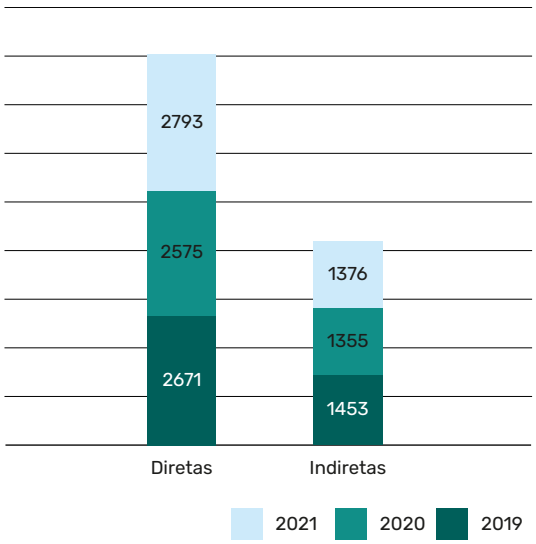


Figura 14 : Emissões Anuais de GEE (tCO2e), por tipo, nos anos 2019-2021

7 - Fonte do relatório: https://archive.ipcc.ch/report/ar5/syr/.

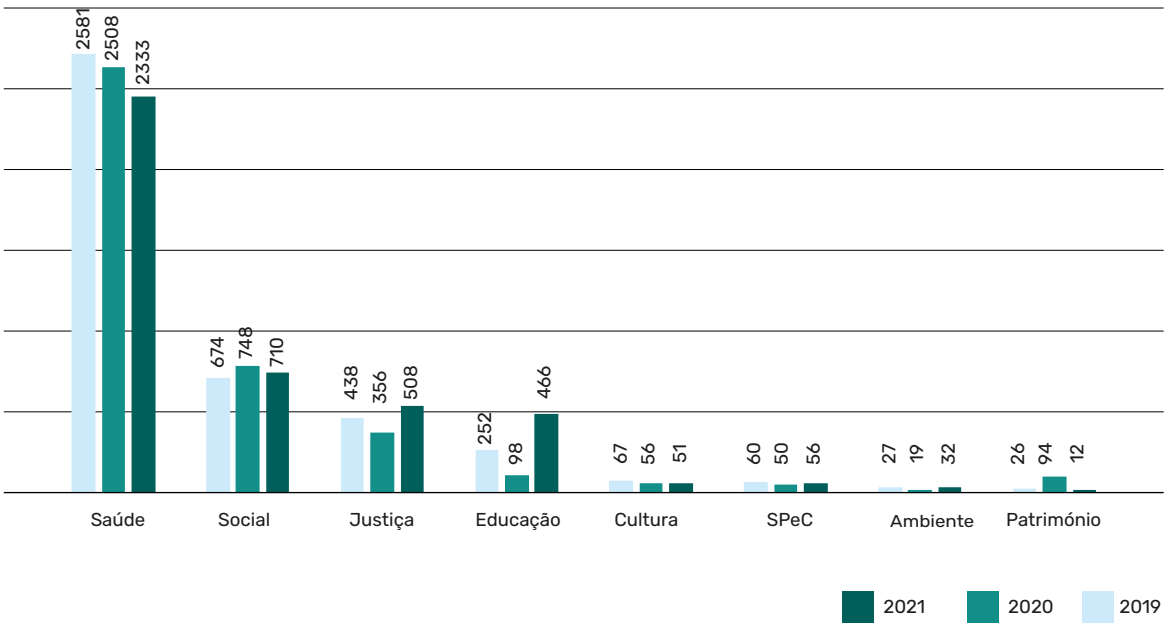


Gráfico 23 : Comparação homóloga de emissões de GEE (tCO2e), por área

Relativamente às emissões por áreas, verifica-se uma redução percentual das emissões (diretas e indiretas) de 8,5% e 1,5%, respetivamente, face ao ano de 2020. A Saúde sendo a maior emissora apresenta uma redução de 7% de emissões diretas e 2% nas emissões indiretas. A área Social apresenta um aumento de 1% nas emissões diretas e redução de 1% nas emissões indiretas. A Justiça revela um aumento de 4% face a 2020, tendo reduzido as emissões indiretas em 1%. Contradizendo a tendência das restantes áreas, a Educação teve um aumento de 7% face às emissões diretas e 1% nas emissões indiretas. As restantes áreas mantêm a tendência de manter ou reduzir a taxa de emissões.

Notas:

Emissões diretas

• De acordo com o Manual de apoio ao preenchimento do Formulário PRTR – Emissões de Combustão – Determinação de emissões ar por fatores de emissão, da Agência Portuguesa do Ambiente, maio de 2019;
• tCO2e = Dados da atividade x Fator de Emissão x Fator de Oxidação x Potencial de Aquecimento Global
• Gases incluídos no cálculo: CO2 (PAG = 1)

Emissões indiretas

• De acordo com informação do fornecedor de eletricidade, no último ano, os valores anuais de emissões de CO2 para clientes empresariais foram de 250,19 g/kWh.
• tCO2e = Dados da atividade x Valor das emissões anuais de CO2 do fornecedor x Potencial de Aquecimento Global
• Gases incluídos no cálculo: CO2 (PAG = 1)

03.5.

DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E BIODIVERSIDADE

304-1 | 304-2 | 304-3 | 304-4

ABORDAGEM DE GESTÃO

Consideramos pertinente abordar o desenvolvimento agrícola sustentável e promover a sua biodiversidade como forma de progredir no aumento de produtividade que foi um dos objetivos definidos para o ano de 2021, aliada aos esforços dos colaboradores e aos planos de ação colocados em prática, nunca descurando o respeito pela área envolvente e espécies integrantes no espaço.

QUINTA D'ALVA

A Quinta D'Alva está condicionada às Intervenções Territoriais Integradas (Douro Internacional, Douro Vinhateiro, Douro Vinhateiro e Douro Internacional), assim como à Zona de Proteção Especial - Douro Internacional e Vale do Águeda (PTZPE00038), Faixa de proteção de Massas de água (Albufeira) e ICNF Área Protegida - Douro Internacional (PNP).

No que concerne ao valor de biodiversidade, a Quinta D'Alva insere-se na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 na Categoria V da International Union for Conservation of Nature (Paisagem/Costa Protegida), desenvolvendo as suas atividades à luz da legislação em vigor e em respeito pelas espécies de flora e fauna da área envolvente.

Atualmente, estão identificadas espécies da Lista Vermelha da referida categoria e espécies nacionais da lista de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo seguinte nível de risco e existentes na propriedade, as espécies identificadas pelo nível de risco de extinção.

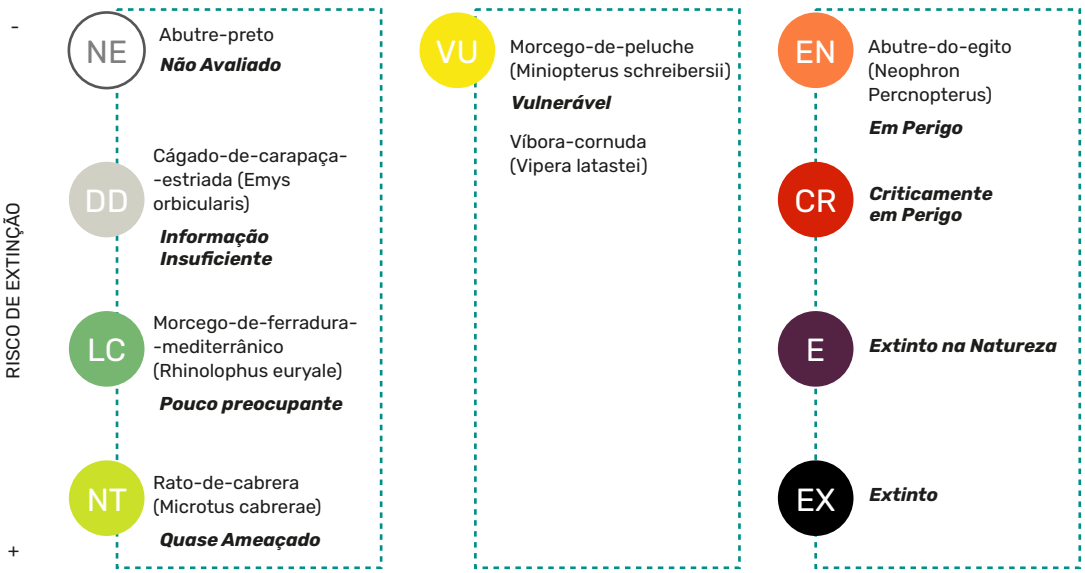


Figura 15 : Esquema risco de extinção

A Quinta D'Alva explora a agricultura sustentável, em modo de produção biológica, produzindo vinho, azeite e fruta, sendo estes produtos vendidos aos nossos colaboradores, perante encomenda prévia.

Numa perspetiva de promover a mudança comportamental dos consumidores, as embalagens de azeite e azeitonas, são provenientes de materiais reutilizáveis. Após o uso, é solicitado que sejam devolvidos à Quinta D'Alva para reutilização. Os materiais não reutilizáveis consistem apenas em sacos de rede para o embalamento de laranjas e tangerinas.

03.6.

GESTÃO DE RESÍDUOS

306-1 | 306-2 | 306-3 | 306-4 | 306-5

ABORDAGEM DE GESTÃO

A gestão de resíduos contribui para o desenvolvimento sustentável aumentando a vida útil de aterros sanitários, reduzindo a geração dos resíduos e destinando-os de forma correta. Além disso, a gestão viabiliza as ações de triagem dos resíduos recicláveis e reutilizáveis, contribuindo assim para a redução dos níveis de poluição ambiental.

Temos consciência da responsabilidade ambiental associada ao desenvolvimento das nossas atividades, trabalhando ativamente para minimizar o impacto no ambiente, por isso temos vindo a reforçar o compromisso com a sustentabilidade ambiental, contemplando a redução de emissões, promovendo a economia circular, compensando os impactos na biodiversidade e minimizando a pegada hídrica.

Fazer uma eficaz gestão de resíduos significa adotar um conjunto de ações adequadas nas etapas de recolha, armazenamento, transporte, tratamento, destino e disposição final ambientalmente adequada.

No alinhamento do compromisso da SCMP com os ODS 4, 12 e 17 – Educação de Qualidade, Produção e consumo e sustentáveis e Parcerias para a implementação dos objetivos – continuamos a implementação das ações do plano do Relatório Diagnóstico de Gestão Resíduos redigido em 2020.

Concluímos e divulgamos o Relatório Diagnóstico de Gestão Resíduos e respetivo plano de ação, com as seguintes ações executadas:

- Implementação da parceria DGOSI/LIPOR para a recolha seletiva de resíduos na SCMP;
- Consolidação do processo de monitorização e reporte de indicadores ambientais;
- Ações de formação e sensibilização a colaboradores nas temáticas de implementação de recolha seletiva e resíduos hospitalares;
- Elaboração de Mapas integrados Gestão Resíduos UO;
- Extensão do procedimento de avaliação de conformidade legal ambiental.

RESÍDUOS GERADOS

306-3

Em 2021 registamos uma produção anual de 788 toneladas de resíduos, das quais 345 dizem respeito à emissão de guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR), seguindo o guia de classificação de resíduos (código LER) e 443 corresponderam a uma estimativa das quantidades recolhidas pelos nossos parceiros Ecofone e Porto Ambiente.

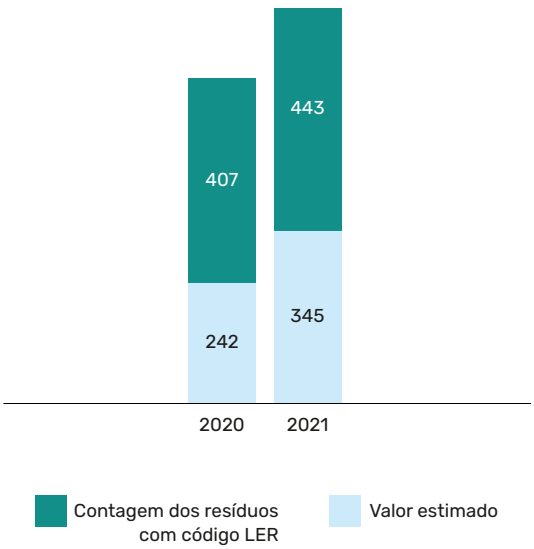


Gráfico 24 : Produção anual de resíduos 2020-2021, em toneladas

Houve um aumento de 165 toneladas face ao ano anterior, devido à implementação da separação e recolha seletiva de resíduos nas várias UO, que permitiu um controlo mais metódico e o seguimento devido dos resíduos produzidos. Das 345 toneladas, quantidades recolhidas estimadas pela Ecofone e Porto Ambiente, observa-se a distribuição por grupo de resíduos, no gráfico seguinte, sendo os resíduos alimentares, o grupo com maior peso, com 79% do total de resíduos, seguido do papel e cartão com 9%, embalagens e resíduos de embalagens de plástico e metal com 7% e embalagens e resíduos de embalagens de vidro com 4%.

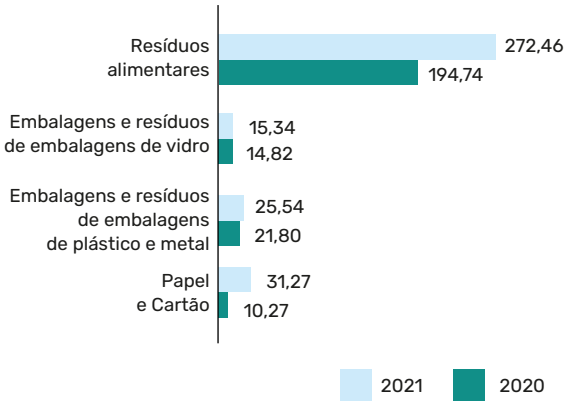


Gráfico 25 : Quantidades recolhidas em toneladas (Ecofone/ Porto Ambiente)

A área da Saúde continua a representar a maior percentagem dos resíduos produzidos (90%), conforme observado no seguinte gráfico. A quantidade de resíduos produzida pelas restantes áreas continua a ser pouco significativa, sendo que a área Social representou 8%, seguindo-se as áreas da Educação e Património com 1%, respetivamente.

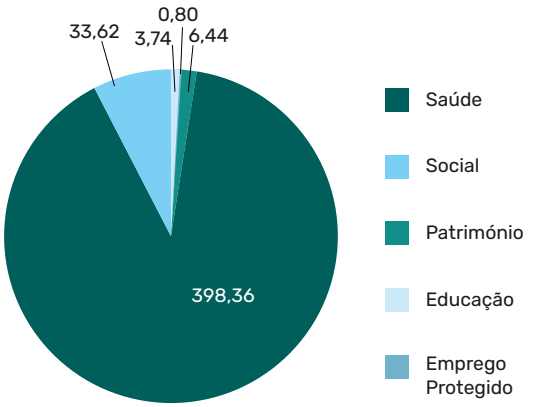


Gráfico 26 : Produção anual de resíduos, por área 2020

Relativamente à divisão da produção de resíduos por perigosidade, verificou-se um ligeiro aumento de resíduos perigosos e não perigosos face ao ano anterior, tendo-se registado, em 2021, um total de 176 e 262 toneladas, respetivamente.

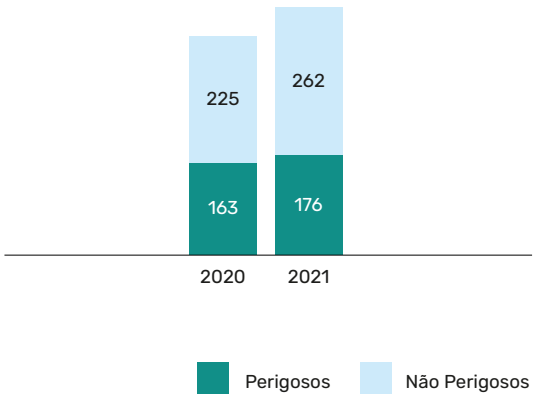


Gráfico 27 : Produção anual de resíduos, por perigosidade 2020-2021

DESTINO DOS RESÍDUOS

306-4 | 306-5

Resíduos Não Perigosos

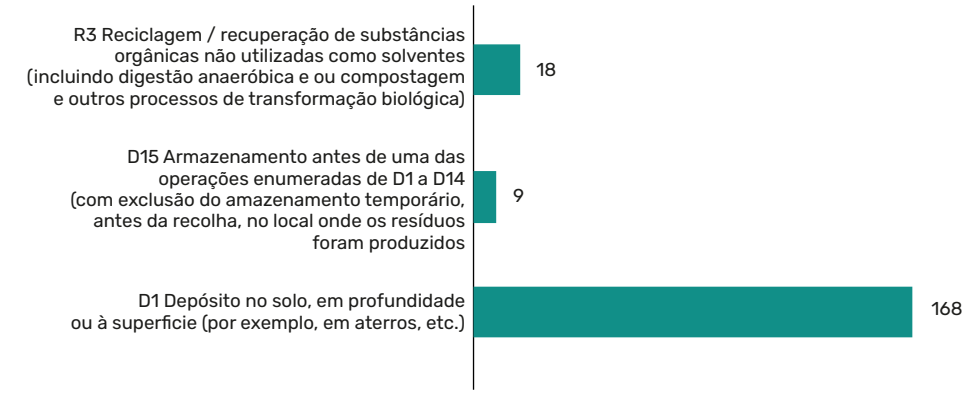


Gráfico 28 : Destino da produção anual de resíduos não perigosos, em 2021

Em 2021, os resíduos não perigosos totalizaram 262 toneladas, onde 168 corresponderam a 86% do total, teve como destino o depósito no solo, em profundidade ou à superfície (D1) 18 toneladas (9%) tiveram como destino a reciclagem/recuperação de substâncias orgânicas não utilizadas como solventes (R3) e por fim, 9 toneladas (4%) como destino o armazenamento antes de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (D15).

Resíduos Perigosos

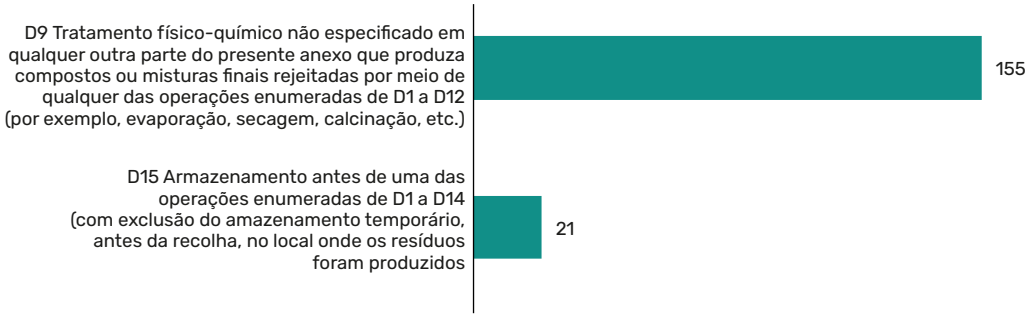


Gráfico 29 : Destino da produção anual de resíduos perigosos, em 2021

Quanto aos resíduos perigosos, produzimos 176 toneladas, sendo que 88% desses resíduos destinaram-se ao tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente anexo que produza compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12 (por exemplo, evaporação, secagem, calcinação, etc.) (D9) e 12% correspondem ao armazenamento antes de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (D15).

03.7.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ABORDAGEM DE GESTÃO

Vivemos num mundo em transição. A mudança tecnológica que atualmente vivemos cresceu exponencialmente durante a pandemia de COVID-19. Os setores público e privado, reinventaram-se, tornando mais produtivo o trabalho de forma remota, poupando cada vez menos recursos para o trabalho presencial para a realização de tarefas diárias.

A COP26, *26th UN Climate Change Conference of the Parties*, realizada em novembro de 2021, emitiu conclusões como a urgência e as oportunidades de avançar na direção de uma economia neutra em carbono e pediu transparência e rigor nos planos de ação climática, tanto de governos quanto de organizações.

Como forma de auxílio na mitigação das mudanças climáticas, preocupamo-nos em promover e executar um conjunto de ações transversais a todas as suas áreas de atuação e que visam combater as causas e minimizar os possíveis impactos das mudanças climáticas, nomeadamente:

Confirmamos que com estas ações, contribuímos para o cumprimento dos ODS, continuando empenhados em trabalhar na nossa parte para o ambiente, procurando melhorar continuamente o nosso desempenho na comunidade.

04 ÂMBITO SOCIAL

04.1. BENEFÍCIOS PARA OS COLABORADORES

401-2

ABORDAGEM DE GESTÃO

A preocupação com o bem-estar global dos nossos colaboradores é fundamental para a continuidade do alcance da nossa missão. Por isso, empenhamo-nos em oferecer não só as melhores condições de trabalho, mas também em proporcionar um conjunto de benefícios transversais aos nossos colaboradores que contribuam para a sua saúde, segurança e conforto.

TABELA 13 - Identificação dos benefícios atribuídos aos colaboradores por tipo de vínculo laboral

	COLABORADORES	
Benefício	**Tempo inteiro**	**Temporários ou tempo parcial**
	Saúde	
Oferta da Vacinação Anual Contra a Gripe	X	
Seguro de saúde	X	
	Apoio familiar e outros	
Kit-Bebé	X	X
Natal Misericórdia	X	X
Fundo de Emergência de Ação Social	X	
Apoio a aposentados e a reformados	X	
	Ferramentas de auscultação dos colaboradores	
Avaliação dos postos de trabalho	X	X
Avaliação de desempenho	X	
Avaliação da satisfação dos colaboradores	X	X

04.2.

DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

401-2

ABORDAGEM DE GESTÃO

A diversidade está intrinsecamente presente em todas as nossas dimensões e a inclusão das pessoas é um dos objetivos primordiais da nossa operação. No entanto, a simples assunção destes factos intrínsecos não é suficiente, constituindo uma responsabilidade nossa. Continuamos a trabalhar ativamente no reconhecimento, prática e promoção da inclusão e a diversidade, seja na relação com e entre os nossos colaboradores, seja na relação com as nossas partes interessadas externas, de que se destacam os nossos utentes, clientes e prestadores de serviços e fornecedores.

Todos os colaboradores têm direito a um descanso efetivo entre as jornadas de trabalho, para a necessária conciliação entre a vida profissional e a vida familiar, dando cumprimento com o Despacho n.º 10/2017 de 18 de janeiro.

Houve um crescimento de licenças parentais de colaboradores do sexo feminino usufruídas no ano de 2018 mantendo-se nos 68% no ano de 2021, contribuindo para o efeito, os períodos de confinamento e isolamento devido à pandemia de COVID-19 mantendo-se a tendência da proporção de 35% - 65% em ambos os sexos.

Importa ainda referir que, ao longo deste quadriénio não foram registados quaisquer episódios de discriminação na Instituição.

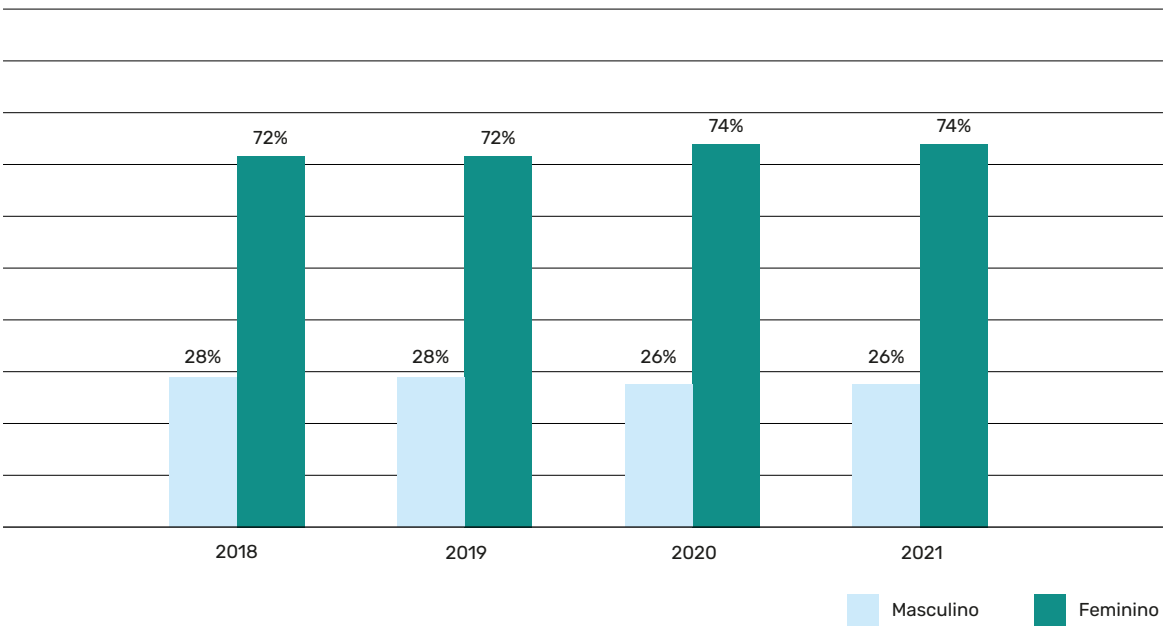


Gráfico 30 : Percentagem de colaboradores - Comparabilidade 2018-2021

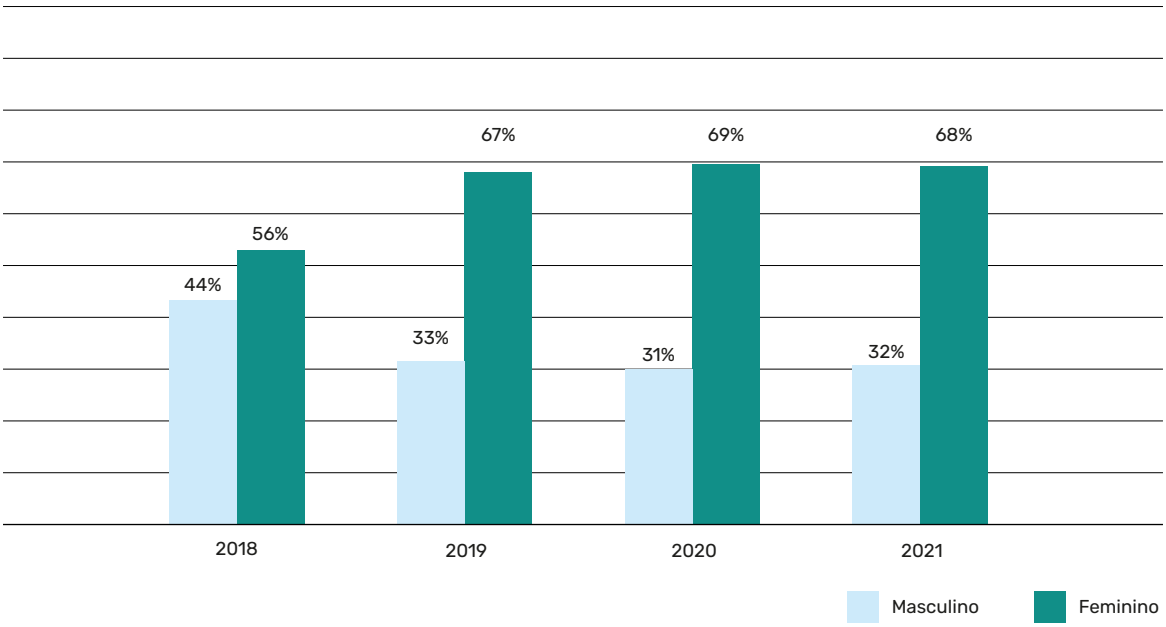


Gráfico 31 : Licenças parentais - Comparabilidade 2018-2021

As faixas etárias mais representativas no ano de 2021 encontram-se entre os 30 e 50 anos e com mais de 50 anos, com cerca de 45%, implementando práticas de igualdade de oportunidades e desenvolvimento pessoal.

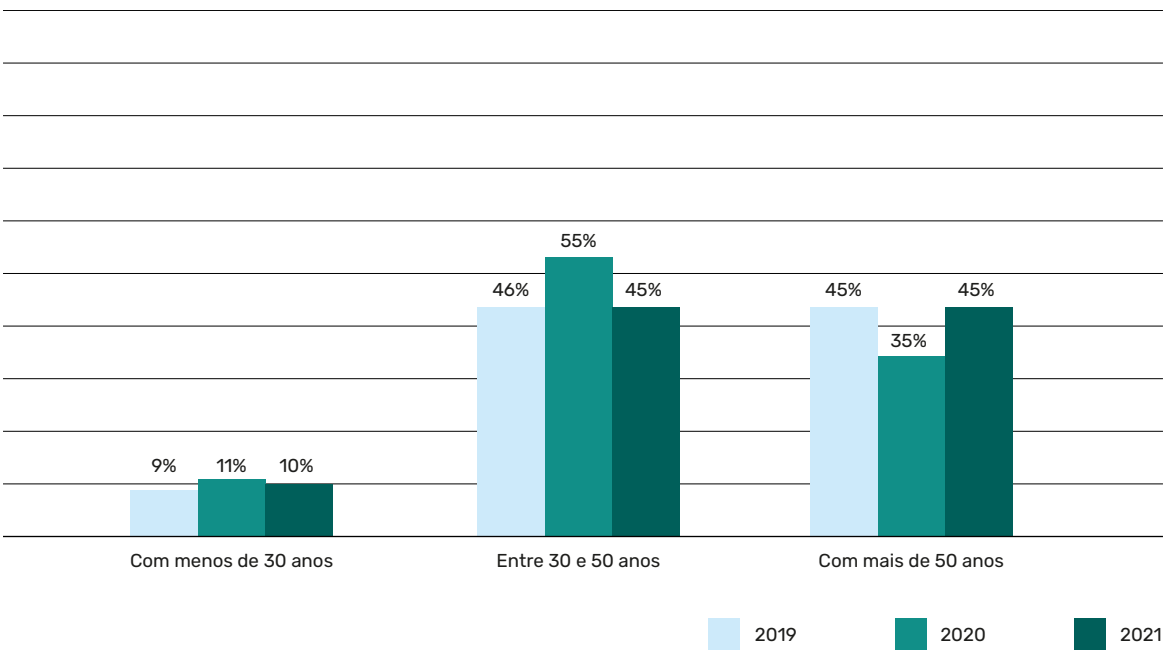


Gráfico 32 : Percentagem de colaboradores, por faixa etária 2019-2021

04.3.

GESTÃO DAS RELAÇÕES LABORAIS

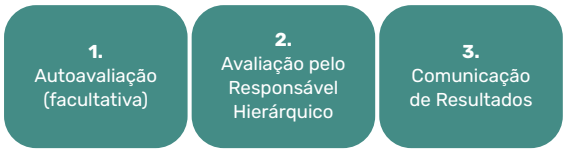
102-41 | 402-1 | 403-8

ABORDAGEM DE GESTÃO

As mudanças ocorridas nos últimos tempos colocam um conjunto de interrogações que tornam pertinente uma reflexão sobre estas duas dimensões, recursos humanos e relações laborais. Desta forma, a construção de uma relação sólida, de confiança e respeito mútuo permite a criação de valor sustentável.

Anualmente são realizadas avaliações de desempenho e de satisfação dos colaboradores, uma vez que procuramos garantir o sucesso estratégico sustentado da organização numa lógica de melhoria contínua e cumprir com requisitos legais nesta matéria.

O processo de avaliação de desempenho, descrito na figura abaixo, sendo ele eficaz, é capaz de promover a melhoria dos processos e dos resultados institucionais, potenciando no colaborador uma visão de que pode melhorar o seu desempenho, aumentando a sua autoestima e empenhamento sobre o seu trabalho e sobre a organização.



Fases de Avaliação de Desempenho

A SCMP encontra-se vinculada juridicamente a Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), consubstanciado num Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 22/12/2001, aplicável por força da Portaria 278/2010 de 24 de maio. Complementarmente, é aplicada a legislação geral sobre os Contratos de Trabalho, nomeadamente, o Código do Trabalho. Posto isto, os períodos de pré-aviso mínimo são aplicados de acordo com a legislação em vigor.

Nos termos da regulamentação interna, as relações laborais entre entidade patronal e colaborador estão vinculadas por regulamentos, manuais de processos, deliberações dos Corpos Gerentes e dos Órgãos de Gestão Estratégica, decorrente dos respetivos estatutos, e, ainda, de acordo com o modelo normativo interno existente.

04.4.

SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

403-1 | 403-2

ABORDAGEM DE GESTÃO

Nós garantimos a qualidade dos processos de identificação de perigos e avaliação de riscos através da utilização de metodologia própria, assente em modelo de Método de Matriz Composta que engloba a identificação, análise e controlo de riscos profissionais.

Assim, as medidas de segurança são programadas e integradas na gestão da Instituição, tendo em conta os princípios gerais da prevenção:
a) Evitar os riscos;
b) Avaliar os riscos que não possam ser evitados;
c) Combater os riscos na origem;
d) Assegurar que os postos de trabalho, equipamentos e métodos de trabalho não colocam em risco a segurança e saúde do colaborador, relativamente à exposição a agentes físicos, químicos, biológicos e fatores de risco psicossociais;
e) Adaptar o trabalho ao Homem;
f) Ter em conta a evolução da técnica e formas de organização do trabalho;
g) Substituir o que é perigoso pelo que é isento de perigo ou menos perigoso;
h) Priorizar as medidas de proteção coletiva em relação às medidas de proteção individual;
i) Elaborar e divulgar instruções adequadas aos colaboradores.

Os resultados das avaliações de risco são conservados e monitorizados periodicamente, sendo propostas medidas que permitam mitigar a exposição dos colaboradores aos perigos resultantes da sua atividade laboral.

No âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho (SST), temos um conjunto de políticas que permitem mitigar os riscos profissionais e evitar acidentes de trabalho ou doenças profissionais, nomeadamente:
- Política de Segurança e Saúde no Trabalho;
- Política para a Redução das Lesões Músculo-Esqueléticas;
- Política da Gestão do Stress e Bem-Estar;
- Política de Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho;
- Política de Prevenção e Resposta à Doença pelo Novo Coronavírus.

SERVIÇOS DE SAÚDE OCUPACIONAL

403-3 | 403-6

O Serviço de Medicina do Trabalho destina-se a todos os colaboradores e dirige a sua atividade aos fatores extrínsecos e intrínsecos que influenciem o ambiente de trabalho e que afetem a segurança e saúde do colaborador, designadamente:
- Preenchimento das fichas de aptidão e seu envio para o DRHFP;
- Exames médicos periódicos, de admissão e ocasionais aos colaboradores;
- Análise dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais;
- Colaboração com a área de SST e informação e auxílio aos serviços de segurança e higiene na formação sobre riscos para a saúde e sobre medidas de proteção e prevenção.

Durante as consultas de Medicina do Trabalho, quer de admissão, quer periódicas, são transmitidos e aconselhados aos colaboradores condutas e comportamentos de uma vida saudável, bem como a prevenção contra a doença, através de conselhos antitabágicos, anti consumo de bebidas alcoólicas, controlo de peso, vigilância de riscos de doenças como hipertensão, diabetes e obesidade e aconselhamento à prática de exercício físico regular.

PARTICIPAÇÃO, CONSULTA, COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

403-4 | 403-5 | 403-9

É assegurada a participação e consulta aos colaboradores no desenvolvimento da identificação de perigos e avaliação de riscos em vários momentos, nomeadamente durante auditorias de SST e durante o processo de atualização das avaliações de riscos profissionais. Os colaboradores são consultados sobre medidas de proteção e prevenção, programa e organização da formação, equipamento de proteção que seja necessário utilizar, riscos específicos das atividades, entre outros.

Anualmente é realizada uma consulta sobre necessidades de formação pela Academia.

Em 2021 foi realizada uma consulta aos colaboradores no âmbito da SST e avaliação aos postos de trabalho. Algumas necessidades de formação advêm das avaliações de riscos profissionais, da investigação de acidentes e do cumprimento de requisitos legais e de certificação. De forma complementar, anualmente, é efetuado o levantamento de necessidades formativas, onde são identificadas ações de formação no âmbito da SST por parte dos colaboradores.

Durante 2021, não registamos óbitos resultantes de acidente de trabalho, nem acidentes de trabalho com consequência grave e acidentes de trabalho de comunicação obrigatória.

PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS NA SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL DIRETAMENTE LIGADOS POR RELACIONAMENTOS COMERCIAIS

403-7

Existe na nossa Instituição um Código de Conduta dos Fornecedores de Serviços Externos que obriga a que estes cumpram com a legislação de SST aplicável à sua organização e que tomem medidas adequadas para prevenir acidentes e danos à saúde dos colaboradores, mitigando as causas dos perigos inerentes ao ambiente de trabalho.

Nós reservamos o direito de verificar, a todo o tempo, se os nossos fornecedores de serviços externos cumprem estas disposições.

Em 2021 os principais tipos de acidente de trabalho foram a Patologia Musculo-Tendinosa.

No que concerne ao número de horas trabalhadas, registou-se um total de 2.073.128 horas trabalhadas. Este valor foi relativamente inferior face a 2020 (menos 20.335 horas) e relativamente a 2018 (menos 94.997 horas)[8].

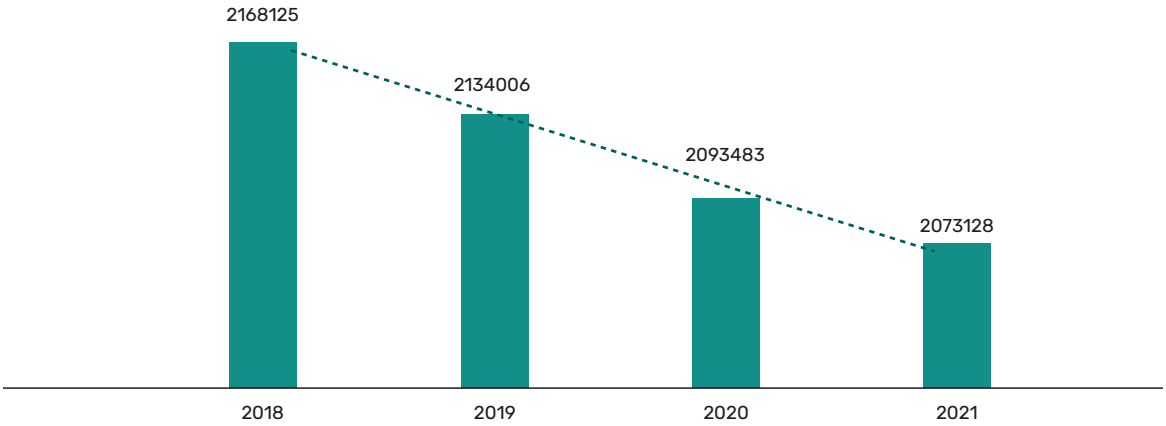


Gráfico 33 : Número de horas trabalhadas - Comparabilidade 2018 - 2021

8 - Índices calculados por 1.000.000 horas trabalhadas.

04.5.

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

404-1 | 404-2 | 404-3

ABORDAGEM DE GESTÃO

Nós garantimos a todos os nossos colaboradores o acesso a formação de qualidade, promovendo, ao longo do ano, momentos de aprendizagem, tanto no âmbito da qualificação como no aperfeiçoamento das competências técnicas e comportamentais.

Todos os anos decorre a recolha de necessidades formativas. Este processo é fundamental para o diagnóstico na elaboração do Plano Anual de Formação - instrumento onde é desenvolvido um programa de ação com vista ao cumprimento dos objetivos a atingir, bem como as necessidades institucionais a suprir. Contudo, sob uma perspetiva constante de melhoria e desenvolvimento, optou-se por realizar algumas alterações a este levantamento.

O desenvolvimento de formação enquadra-se em modalidades de formação contínua sob os formatos de qualificação, interna e externa, formação complementar de aperfeiçoamento e formação avançada de especialização.

Em 2018, os nossos colaboradores obtiveram 11.221 horas de formação, verificando-se um crescimento em 2019, diminuindo drasticamente em 2020, face ao contexto pandémico.

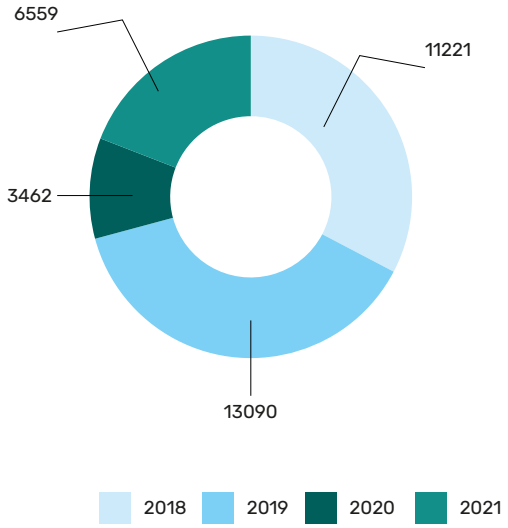


Gráfico 34 : Total horas de formação oferecidas

No ano de 2021, 87,5% dos colaboradores obtiveram formação a fim de aumentar as suas competências laborais, verificando-se um decréscimo face ao ano anterior, aproximando dos valores observados em 2019.

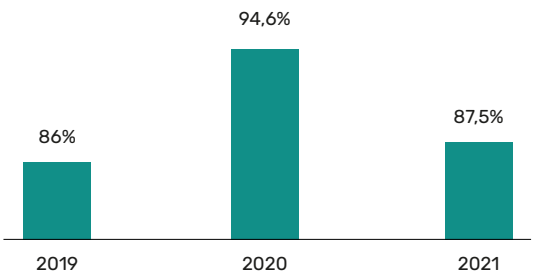


Gráfico 35 : Percentagem de colaboradores que receberam avaliações de desempenho

04.6.

DIREITOS HUMANOS

412-1

ABORDAGEM DE GESTÃO

O nosso compromisso para com a sociedade destaca-se quando temos em consideração que estes direitos foram descritos nos documentos das Nações Unidas após a nossa fundação.

Devido ao trabalho desenvolvido, em 2019 foi-nos concedido o título de Centro Social de Solidariedade Humana, pelo Observatório Internacional de Direitos Humanos (OIDH), que tem como objetivo a promoção da Paz no Mundo e desenvolvimento de ações de solidariedade humana.

Numa perspetiva transgeracional assente na cidadania ativa e na solidariedade humana, o Centro Mundial de Solidariedade Humana do OIDH, tem como missão procurar contribuir para um mundo melhor, trabalhar em prol de todos os que compõem a vida em sociedade, tendo sempre como principal preocupação os mais desfavorecidos e os que mais sofrem.

Consubstanciado nas virtudes desta participação cívica, este "Centro" do OIDH, visa promover de forma responsável, um maior grau de consciência e práticas de cidadania no que concerne à resolução dos problemas que afetam a Humanidade. Neste sentido, foi atribuído ao nosso Provedor, Professor Doutor António Manuel Lopes Tavares, o título de Diretor Geral do Centro Mundial de Solidariedade Humana do OIDH, e a Álvara Lídia Santos Ferreira Neves, o título de Secretária-geral.

Para alem disso nós, todos os dias fazemos valer o respeito pelos direitos e dignidade humana, quer através do relacionamento que mantemos com os nossos trabalhadores, cumprindo o artigo 59° da Constituição da Republica Portuguesa, que consagra os direitos fundamentais dos trabalhadores, quer através da relação que mantem com todos os nossos clientes.

Prova dessa preocupação com os direitos humanos foi a homenagem, ocorrida em 2021, que o presidente do Observatório Internacional de Direitos Humanos, Luís Eduardo Afonso Andrade, nos fez, com a entrega de um livro sobre Extrema Pobreza e Fome, editado pela organização à qual este preside, ao nosso Provedor.

Número de horas de capacitação	2018 | Sem dados 2019 | 1038 horas 2020 | 347 horas 2021 | 2390 horas
Percentagem de colaboradores formados	2018 | Sem dados 2019 | 58 % 2020 | 6 % 2021 | 19 %

04.7.

PROJETOS SOCIAIS EM 2021

Em 2021, tivemos dezasseis projetos que se apresentam de seguida.

1. Nutriage (terminado em 2021)

O projeto NUTRIAGE foi desenhado por uma rede multidisciplinar e intersetorial transfronteiriça composta por investigadores de diferentes áreas.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados
Melhorar a qualidade de vida através da Nutrição	Pessoas idosas com capacidade física e cognitiva	Validada despesa no valor global de 109.688,38 €, a qual será financiada em 75% pelo Programa POCTEP – Interreg Espanha-Portugal	Participam 61 idosos

Entidade financiadora: Interreg

Parcerias:
- Junta da Galiza
- Universidade de Santiago de Compostela
- Universidade Católica Portuguesa
- *Associación Clúster Alimentario de Galicia*
- Instituto Politécnico de Viana do Castelo
- ANFACO-CECOPESCA
- PortugalFoods
- Fundación Ramón Domínguez

2. Qualificação de Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade (2018/2020)

O projeto de Formação Profissional fundamenta-se pela necessidade sentida por nós de continuarmos o trabalho que temos vindo a desenvolver no apoio à inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade, reabilitando-as e integrando-as no mercado de trabalho, promovendo assim a sua autonomia e inserção na comunidade.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Qualificar Profissionalmente Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	1.543.178,53€	60 formandos em formação profissional	80% dos participantes com processo formativo completo

Entidade financiadora: POISE – Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Parcerias:
• Externas: Associação Equiterapêutica - Porto Matosinhos
• Internas: CHCF
CIAD – CPAC

3. POISE307 - Qualificação de Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade (2019/2022)

O projeto de Formação Profissional, fundamenta-se pela necessidade sentida por nós de continuar o trabalho que temos vindo a desenvolver no apoio à inclusão social de pessoas com deficiência ou incapacidade, reabilitando-as e integrando-as no mercado de trabalho, promovendo assim a sua autonomia e inserção na comunidade.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Qualificar Profissionalmente Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	1.523.528,84 €	60 formandos	80% dos participantes com processo formativo completo

Entidade financiadora: POISE – IEFP
Parcerias:
• Externas: Associação Equiterapêutica - Porto Matosinhos
• Internas: CHCF
CIAD – CPAC

4. Erasmus+ Work4all (terminado em 2021)

O projeto visa ampliar as oportunidades de emprego no mercado de trabalho aberto para formandos com deficiência, fortalecendo a capacidade das organizações que prestam serviços de apoio ao emprego.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados
Utilização de metodologia do inclusive job design para potenciar a integração profissional de pessoas com deficiência	Pessoas com Deficiência e/ou Incapacidade	Recebidos 25.872,83€	Criação de quatro documentos: Instrumento de autoavaliação para empregadores; currículo para profissionais de apoio ao emprego; manual para profissionais de apoio ao emprego e diretrizes e recomendações para entidades de Formação Profissional

Entidade Financiadora: ERASMUS (Países Baixos)

Parcerias:
•Holanda - Stichting Rea College Pluryn
• Holanda - All About Quality Consultancy
• Holanda - Frans Nijhuistichting
• Lituânia - Valakupiai Rehalibitation Centre
• Itália - Instituto Don Calabria
• Espanha - Fundacion Intras
• Noruega - Promenaden Kongsvinger AS
• Austria - Dafür gem. GmbH

5. Erasmus+ *Leisure Skills*

O projeto visa o desenvolvimento e a melhoria das competências de gestão de tempo de lazer das pessoas com deficiência mental e adicionalmente o desenvolvimento e um toolkit de instrumentos educacionais.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados
Conceção e disponibilização de material que promove a capacitação e autonomia de pessoas com deficiência nas interações sociais	Pessoas com deficiência e/ou incapacidade especialmente mental	Recebidos 38.774€	Kit de instrumentos educativos e interativos de fácil utilização que serão disponibilizados através de uma plataforma eletrónica

Entidade Financiadora: ERASMUS (Grécia)

Parcerias:
• PEGAP-NY – Grécia
• Institute of Occupational Science and Rehabilitation of the Metropolitan College – Grécia
• DK-BEL – França
• Center for Social Innovation – Chipre
• Fundação INTRAS – Espanha

6. Incorpora

Decorrente de 13 anos de atividade em Espanha, no ano 2018 a Fundação "la Caixa" decidiu implementar o Programa Incorpora em Portugal, de forma a contribuir para a coesão do território, através da promoção da empregabilidade daqueles que mais dificuldades enfrentam no acesso ao mercado de trabalho. Neste âmbito, em 2018 apresentamos uma candidatura que foi aprovada, de forma a criar uma nova resposta na Instituição.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Promover a Inserção laboral de pessoas em risco ou situação de exclusão social	Pessoas em risco ou situação de exclusão social, tais como: jovens NEET, pessoas com incapacidades, vítimas de violência doméstica; ex-reclusos; Desempregados de longa duração com mais de 45 anos; entre outros.	30.000€/ano	Pessoas Atendidas: 201; Propostas Geridas: 91; Propostas Partilhadas: 51; Inserções: 42; Empresas Visitadas: 50; Empresas Visitas Novas: 38; Empresas Vinculadas Novas: 12; Empresas Contratantes: 19	Pessoas Atendidas: 250; Propostas Geridas: 70; Propostas Partilhadas: 30; Inserções: 50; Empresas Visitadas: 80; Empresas Visitadas Novas: 60; Empresas Vinculadas Novas: 20; Empresas Contratantes: 40

O programa Incorpora Portugal trabalha com uma rede de 58 entidades sociais que dão resposta às necessidades de empresas e coletivos vulneráveis. As entidades sociais do programa Incorpora Portugal trabalham em rede para facilitar a integração laboral de grupos sociais vulneráveis em empresas de todos os setores. Trata-se de um trabalho de colaboração e partilha que se consegue graças a uma metodologia colaborativa que se vai renovando constantemente em função das necessidades do mercado.

Parcerias:
• Fundação Bancária "la Caixa",
• Banco Português de Investimento
• IEFP

7. Chave de Afetos 2.0 (terminado em 2021)

O projeto de crescimento do Programa Chave de Afetos é uma solução integrada com componente tecnológica e humana que monitoriza as pessoas idosas de forma contínua, diminuindo o número de pessoas idosas isoladas na Área Metropolitana do Porto. Promove a inclusão social e as relações afetivas, potenciando um sentimento de segurança subjetiva essencial, para a permanência no seu domicílio, evitando a institucionalização involuntária e custos associados. O projeto foi implementado resultante de uma candidatura aprovada pelo Programa Parcerias para o Impacto (POISE – Portugal Inovação Social). A Implementação do Plano de Crescimento do Programa Chave de Afetos nos Municípios do Porto, Vila Nova de Gaia, Valongo, Maia, Matosinhos e Vila do Conde, é financiado ao longo de 3 anos (até outubro de 2021), pelo Programa Parcerias para o Impacto e por 6 Investidores Sociais (Câmaras Municipais dos concelhos identificados).

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Contribuir para a erradicação do isolamento sénior na área metropolitana do Porto	Pessoas com 65 ou mais anos, com insuficiente/ inexistente retaguarda familiar e baixos rendimentos, residentes nos seis municípios envolvidos	Orçamento aprovado de 676.820,00€	1522 idosos admitidos no projeto	Admissão de 1.360 beneficiários até outubro de 2021

Entidade Financiadora: POISE – (Portugal Inovação Social)

Parcerias:
• CMP
• Vila Nova de Gaia
• Valongo
• Maia
• Matosinhos
• Vila do Conde

8. HUMANIZA

O Programa Humaniza é financiado pela Fundação "la Caixa", em Portugal, depois de uma experiência de 10 anos em Espanha com a atividade de 42 equipas de apoio psicossocial e espiritual.

Em Portugal, com 11 Equipas espalhadas por todo o país, pretende reforçar o apoio integral a pessoas com doenças avançadas e seus familiares, no sentido de tornar os cuidados paliativos numa parte exemplar de apoio humanizado na saúde e na sociedade portuguesa.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados
Satisfazer as necessidades paliativas de todos os doentes em situação de doença avançada e em fim de vida e aos seus familiares, no apoio ao luto, através da atenção psicossocial	Pessoas com doença avançada e em fim de vida e seus familiares. Equipas de Cuidados Paliativos dos Hospitais Públicos	Orçamento anual de 112.000.00€	5.243 Atendimentos a doentes e familiares

Entidade Financiadora: Fundação La Caixa

Parcerias:
• Centro Hospitalar Universitário S. João
• Unidade Local de Saúde de Matosinhos - Hospital Pedro Hispano

9. LIFANA (terminado em 2021)

O projeto LIFANA é um projeto de investigação, desenvolvido por um consórcio europeu constituído por Portugal, Luxemburgo, Suíça e Holanda. Nós somos um dos parceiros portugueses juntamente com a SONAE e a FRAUNHOFER. Com este projeto pretende-se criar um software para apoiar a nutrição saudável em todas as fases do envelhecimento. O projeto envolve pessoas com mais de 60 anos, ativos ou com necessidade de prestação de cuidados, garantindo assim uma vida mais longa em casa, combatendo a desnutrição.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Manter nutrição saudável em idosos acima dos 60 anos	Pessoas com mais de 60 anos sem problemas de obesidade, diabetes e problemas oncológicos	Cofinanciado a 100% pelo Programa AAL (Active em Assisted Living), União Europeia e Fundação para a Ciência e Tecnologia, tendo sido recebidos 135.873,27€	Inicialmente participaram 62 e terminaram 34	60 pessoas a utilizarem a app LIFANA, sendo considerado de sucesso o término do estudo, pelo menos 50% dos beneficiários

Entidade Financiadora: Fundação para a Ciência e Tecnologia

Parcerias:
• SONAE
• Fraunhofer

10. Plataforma + Emprego (terminado em 2021)

O projeto pretende criar oportunidades acrescidas de inserção laboral e por outro lado, instigar o desenvolvimento de percurso formativo, em competências sociais e pessoais, adaptados ao perfil do público-alvo.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Visa promover a inserção laboral de 30 pessoas em situação de sem-abrigo com indicadores de empregabilidade. Assim como, colaborar com o IEFP no desenvolvimento de 2 ações formativas	População Sem-Abrigo	Orçamento total de 147.747 €, com financiamento de 30% pelo Investidor Social (CMP)	50 integrações em mercado laboral; 66 planos de acompanhamento de integração laboral; Desenvolvimento de uma ação formativa	30 integrações em mercado laboral; 40 planos de acompanhamento de integração laboral; Colaborar com o IEFP no desenvolvimento de duas ação formativa

Entidade Financiadora: POISE (Portugal Inovação Social)

Parcerias:
- CMP
- IEFP
- CAIS
- ARS Norte
- Randstad
- Universidade Católica Portuguesa

11. Eficiência energética no Hospital da Prelada

Projeto que visa implementação das medidas de eficiência definidas em certificado energético com vista ao melhor desempenho do edifício.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Conseguir uma redução igual ao superior a 30% do consumo de energia primária	Hospital da Prelada	1.283.581,99 para investimento global de 2.541.245,40€	Melhorar o desempenho energético do edifício	Redução de montante igual ao superior a 30%

Entidade Financiadora: Norte 2020

12. Consórcio Social para a Inclusão

Em articulação com o NPISA Porto promover a sinalização e o acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo por técnicos gestores, criando condições para a sua inclusão social.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Contribuir para qualificação do acompanhamento técnico. Promover a inclusão social profissional de pessoas em situação de sem-abrigo. Promover o combate ao estigma social	Pessoas em situações de sem-abrigo, sinalizadas ao NPISA Porto	450.000€	(projeto iniciado em Outubro)	150 pessoas em situações de sem-abrigo acompanhadas por técnicos gestores 25% das pessoas acompanhadas deixarem a condição de sem-abrigo.

Entidade Financiadora: Norte 2020

Parcerias:
- CASA
- Norte Vida
- SAOM
- Revista CAIS

13. Mudando o que tem de ser Mudado (Ópera)

Desenvolver um projeto de prevenção de violência doméstica e violência contra as mulheres, junto de públicos vulneráveis, no qual a intervenção pela arte será o instrumento privilegiado para exploração das diferentes temáticas da violência.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
O conjunto das dinâmicas (mini projetos) realizadas, com os diferentes públicos será convertida numa ópera. Será ainda desenvolvido um manual de dinâmicas.	Públicos vulneráveis apoiados pela SCMP	110.000€	Realizados 15 mini projetos.	25 mini projetos, uma ópera com duas apresentações e um manual de dinâmicas.

Entidade: POISE (Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género)

Parcerias:

• Quarteto ContraTempus
• Teatro Rivoli
•Campanha ONU Mulher – *UNiTE by 2030 to End Violence against Women campaign* (*Orange Day*)

14. Porto Sentido

Projeto de intervenção junto de pessoas em situação de sem-abrigo com perfil de empregabilidade visando a criação de condições de inclusão socioprofissional.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Promover a capacitação financeira através da inclusão socio profissional, apoiando com habitação e ajuda ao emprego.	Pessoas em situação de sem-abrigo	673.337,98€	Acompanhadas 32 pessoas	Acompanhamento de 64 pessoas em situação de sem-abrigo, com 40 pessoas que alteram a sua situação

Entidade financiadora: POISE (Portugal Inovação Social)

Parcerias:
• SAOM (Entidade Promotora)
• CMP
• Escola Superior de Saúde de Santa Maria

15. Rede Sorrisos (terminado em 2021)

Projeto que visou o apoio perdulário para despesas emergentes para pessoas em situações de sem-abrigo sinalizadas pela plataforma + Emprego.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Reforçar as condições de apoio à empregabilidade /manutenção do emprego em situações de sem-abrigo	Pessoas em situações de sem-abrigo	15.000€	49 pessoas apoiadas	-

Entidade: Redes Energéticas Nacionais

Parcerias:
• Stone Group

16. Cuidado Da Rua

Promoção de condições facilitadas de acesso a população sem-abrigo a cuidados de saúde primários, fundamentais durante a pandemia de Covid-19.

Objetivo	Beneficiários	Financiamento	Resultados	Metas
Criação na Casa da Rua de um gabinete de apoio à saúde, com disponibilização de serviços médicos e de enfermagem	Pessoas em situações de sem-abrigo	18.000€	Acompanhadas 35 pessoas.	80 pessoas ajudadas

Entidade: Caixa Geral de Depósitos

A tabela seguinte representa os valores registados relativamente às candidaturas efetuadas neste âmbito.

Descrição	Indicador	Nº	
Candidaturas como promotor	Candidaturas não elegíveis	1	7,7%
	Candidaturas em análise	5	38,5%
	Candidaturas não aprovadas	2	15,4%
	Candidaturas aprovadas	5	38,5%
Candidaturas em parceria	Total de candidaturas com parceiros internacionais realizadas em 2021	3	30%
	Nº de candidaturas com parceiros nacionais efetuadas e aprovadas em 2021 (taxa de aprovação)	3	30%
	Total de candidaturas com parceiros nacionais realizadas em 2021	3	30%
	Nº de candidaturas com parceiros internacionais efetuadas e aprovadas em 2021 (taxa de aprovação)	1	10%
Projetos	Total de projetos financiados em vigor em 2021 (01 de janeiro a 31 de dezembro)	19	82,6%
	Nº de projetos iniciados em 2021 (taxa de aprovação)	4	17,4%

05 CONTRIBUIÇÕES PARA O RELATÓRIO

A recolha e sistematização dos dados são da responsabilidade do DGOSI, com base nos contributos recebidos dos diferentes departamentos, gabinetes e serviços e na informação obtida nos Relatórios de Gestão e Contas 2021 e Plano de Atividades e Orçamento 2021 e 2022.

FONTE DOS DADOS

Âmbito	Fonte
Governança corporativa	CP
	DGOSI
	DRHFP
	DIS
	GAJC
	GMC
	MMIPO
	Plano de Atividades 2021
	Relatório de Gestão e Contas 2021
Económico	DCF
	DGOSI
	Plano de Atividades 2021
	Relatório de Gestão e Contas 2021
	Relatório de Gestão e Contas 2022
Ambiental	Quinta D'Alva
	DGOSI
	DGAP
Social	DRHFP
	DIS

ANEXOS

06.1.

06.1. SUMÁRIO DE CONTEÚDO DA GRI

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
GRI 101 ALICERCES 2016				
GRI 102 INFORMAÇÃO GERAL				
PERFIL ORGANIZACIONAL				
102-1	Nome da organização	Santa Casa da Misericórdia do Porto 01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional		
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Os nossos serviços A nossa marca		
102-3	Localização da sede	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Onde estamos?		
102-4	Localização das atividades	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Onde estamos?		
102-5	Tipo e natureza jurídica da organização	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional A Misericórdia do Porto		
102-6	Mercados abrangidos	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional A Misericórdia do Porto Os nossos serviços Artes e Cultura | Culto Saúde Emprego Protegido | Ensino Especial | Mulher | Social, Envelhecimento e Juventude		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
102-7	Escala da organização	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Onde estamos?		
102-8	Informação sobre os colaboradores e outros trabalhadores	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Os nossos colaboradores		ODS 8
102-9	Cadeia de fornecedores	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Gestão da cadeia de abastecimento		
102-10	Alterações significativas na organização e na cadeia de fornecedores	Gestão da cadeia de abastecimento		
102-11	Abordagem ou princípio de precaução	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Abordagem à gestão do risco e princípio da precaução		
102-12	Iniciativas externas	Principais iniciativas		
102-13	Filiação a associações	Filiação a associações		
ESTRATÉGIA				
102-14	Comunicado do CEO ou principal decisor	00.2 Mensagem do Provedor		
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	01.4. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional 01.2. Abordagem à gestão do risco e princípio da precaução		
ÉTICA E INTEGRIDADE				
102-16	Valores, princípios, standards e normas de comportamento	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional 01.3 Ética e anticorrupção		ODS 16
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupação com a ética da organização	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional 01.3. Ética e anticorruipção		ODS 16
GOVERNANÇA				
102-18	Estrutura de governo	01.4. Governança Corporativa		
102-19	Delegação de poder	01.4. Governança Corporativa O Nosso Estatuto Orgânico		
102-20	Responsabilidade ao nível executivo para temas económicos, ambientais e sociais	01.4. Governança Corporativa Responsabilidade ao nível executivo para temas económicos, ambientais e sociais		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
102-21	Consulta a *stakeholders* em temas económicos, ambientais e sociais	01.4. Governança Corporativa		ODS 16
102-22	Composição do mais alto órgão de governança e de seus comites	01.4. Governança Corporativa		
102-23	Presidente do mais alto órgão de governança	01.4. Governança Corporativa		
102-24	Nomear e selecionar o mais alto órgão de governança	01.4. Governança Corporativa		
102-25	Conflitos de interesse	01.3. Ética e anticorruipção 01.4. Governança Corporativa		
102-26	Papel do mais alto órgão de governança na definição de objetivo, valores e estratégia	01.4. Governança Corporativa O Nosso Organograma		
102-27	Conhecimento coletivo do mais alto órgão de governança	Informação indisponível		
102-28	Avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança	Informação indisponível	Não dispomos de um processo de avaliação do mais alto órgão de governança.	
102-29	Identificar e gerir impactos económicos, ambientais e sociais	01.1. Perfil Organizacional Abordagem à gestão do risco e princípio da precaução		
102-30	Eficácia dos processos de gestão de riscos	01.1. Perfil Organizacional Abordagem à gestão do risco e princípio da precaução		
102-31	Revisão de tópicos económicos, ambientais e sociais	01.1. Perfil Organizacional Abordagem à gestão do risco e princípio da precaução		
102-32	Papel do mais alto órgão de governança nos relatórios de sustentabilidade	01.4. Governança Corporativa Responsabilidade ao nível executivo para temas económicos, ambientais e sociais		
102-33	Comunicar preocupações críticas	01.4. Governança Corporativa Preocupações críticas		
102-34	Natureza e número total de preocupações críticas	01.4. Governança Corporativa Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, 2021		
102-35	Políticas de remuneração	Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia do Porto, capítulo V, Secção III, art° n.° 51, 7 (2017)		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
102-36	Processo para determinação da remuneração	Instrumento de Regulação Coletiva		
102-37	Participação das partes interessadas na remuneração	01.4. Governança Corporativa O Nosso Estatuto Orgânico, 2017		
102-38	Índice de remuneração total anual	15,58		
102-39	Aumento percentual no índice de remuneração total anual	-0,00007		
ENVOLVIMENTO COM OS *STAKEHOLDERS*				
102-40	Lista de grupos de *stakeholders*	01.5. Envolvimento dos *stakeholders*		
102-41	Acordos coletivos de trabalho	04.3. Gestão das relações laborais		ODS 8
102-42	Identificar e selecionar *stakeholders*	01.5. Envolvimento dos *stakeholders*		
102-43	Abordagem ao envolvimento de *stakeholders*	01.5. Envolvimento dos *stakeholders*		
102-44	Principais tópicos e preocupações identificados	01.6. Avaliação da materialidade		
PRÁTICAS DE REPORTE				
102-45	Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	Relatório de Gestão e Contas de 2021		
102-46	Definir o conteúdo e os limites temáticos do relatório	00.3 Sobre este relatório 01.5. Envolvimento dos *stakeholders* 01.6. Avaliação da materialidade		
102-47	Lista de temas materiais	01.6. Avaliação da materialidade		
102-48	Atualização de informação	00.3 Sobre este relatório		
102-49	Alterações ao relatório	Não existem alterações significativas comparando com os tópicos divulgados no relatório anterior.		
102-47	Lista de temas materiais	01.6. Avaliação da materialidade		
102-48	Atualização de informação	00.3 Sobre este relatório		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
102-49	Alterações ao relatório	Não existem alterações significativas comparando com os tópicos divulgados no relatório anterior.		
102-50	Período de reporte	00.3 Sobre este relatório 2021 (1 de janeiro a 31 de dezembro).		
102-51	Data do relatório mais recente	Relatório de Sustentabilidade de 2021, abril de 2021		
102-52	Ciclo de reporte	00.3 Sobre este relatório Produzido anualmente.		
102-53	Pessoa de contacto para questões relacionadas com o relatório	00.3 Sobre este relatório		
102-54	Afirmar que o relatório é elaborado consoante os GRI Standards	00.3 Sobre este relatório Segue as orientações fornecidas pelas normas da Iniciativa Global de Reporte (GRI - Global Reporting Initiative), opção abrangente.		
102-55	Índice do conteúdo GRI	06 ANEXOS 06.1. Sumário de conteúdo da GRI		
102-56	Verificação externa	Nós submetemos para verificação os nossos relatórios de sustentabilidade (2018, 2019 e 2020) no Sistema de Registo de Normas GRI. É nossa intenção continuar a submeter esta informação para verificação externa.		
GRI 201 DESEMPENHO ECONÓMICO				
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	02.1. Desempenho económico Relatório de Gestão e Contas de 2021		ODS 2 ODS 5 ODS 8 ODS 9
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas	Não aplicável	Não se registaram no ano 2021 alterações climáticas significativas que implicassem a atividade financeira.	ODS 13
201-3	Obrigações definidas para os planos de benefícios dos trabalhadores e outros planos de reforma	Informação indisponível	À data da elaboração deste relatório, as informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	
201-4	Assistência financeira do Estado	Relatório de Gestão e Contas de 2021		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
GRI 201 DESEMPENHO ECONÓMICO				
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	02.1. Desempenho económico Relatório de Gestão e Contas de 2021		ODS 2 ODS 5 ODS 8 ODS 9
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas	Não aplicável	Não se registaram no ano 2021 alterações climáticas significativas que implicassem a atividade financeira.	ODS 13
201-3	Obrigações definidas para os planos de benefícios dos trabalhadores e outros planos de reforma	Informação indisponível	À data da elaboração deste relatório, as informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	
201-4	Assistência financeira do Estado	Relatório de Gestão e Contas de 2021		
GRI 202 PRESENÇA NO MERCADO DE TRABALHO				
202-1	Variação da proporção do salário à entrada, por género, comparado com o salário mínimo local	1		ODS 1 ODS 5 ODS 8
202-2	Proporção de gestores seniores contratados na comunidade local	Informação indisponível	À data da elaboração deste relatório, as informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 8
GRI 203 IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS				
203-1	Investimentos em infraestruturas e serviços	Relatório de Gestão e Contas de 2021		ODS 5 ODS 9 ODS 11
203-2	Impactos económicos indiretos significativos	01.2. Estratégia: principais impactos, riscos e oportunidades		ODS 1 ODS 3 ODS 8

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
GRI 204 PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO				
204-1	Proporção de custos com os fornecedores locais	Informação indisponível	À data da elaboração deste relatório, as informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 8
GRI 205 ANTICORRUPÇÃO				
205-1	Atividades analisadas quanto aos riscos relacionados com corrupção	Em 2021 não houve atividades analisadas quanto a riscos relacionados com corrupção e/ou suborno.		ODS 16
205-2	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção	Em 2021, foi elaborado e comunicado o Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas da SCMP onde constam todos os procedimentos anticorrupção. Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas da SCMP -Versão 02, aprovado em Mesa Administrativa a junho de 2021		ODS 16
205-3	Episódios confirmados de corrupção e ações desenvolvidas	Em 2021, não houve qualquer reclamação/ denúncia relativa a alegadas práticas de corrupção ou suborno na Misericórdia do Porto.		ODS 16
GRI 206 COMPORTAMENTO ANTICONCORRÊNCIAL				
206-1	Ações legais para comportamentos anti concorrenciais, anti-trust e práticas monopolistas	De acordo com o Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna, as diretivas da União Europeia, que obrigam as empresas, à demonstração, através da divulgação de informações não financeiras, da responsabilidade social, relativas às áreas sociais, ambientais e de governo societário, informamos, que conforme o previsto no artigo 3.º do referido diploma, o GAJC, durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 2021 a 6 de outubro de 2021, não registou quaisquer atividades relacionadas, com o estatuído, na alínea b) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 66.º-B e na alínea b) do n.º 2 e n.º 3 do artigo 508.º-G, do Código das Sociedades Comerciais.		ODS 16
GRI 207 TRIBUTAÇÃO 2019				
207-1	Abordagem tributária	01.2. Estratégia: principais impactos, riscos e oportunidades Eixos estratégicos de sustentabilidade		ODS 1 ODS 10 ODS 17

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
207-2	Governança tributária, controlo e gestão de riscos	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 1 ODS 10 ODS 17
207-3	Envolvimento das partes interessadas e gestão de preocupações relacionadas com impostos	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 1 ODS 10 ODS 17
207-4	Relatórios por país	Relatório de Gestão e Contas de 2021		ODS 1 ODS 10 ODS 17
GRI 300 DESEMPENHO AMBIENTAL				
GRI 301 MATERIAIS				
301-1	Materiais usados em peso ou volume	Não aplicável		ODS 8 ODS 12
301-2	Materiais reciclados usados	Não aplicável		ODS 8 ODS 12
301-3	Produtos recuperados e os respetivos materiais de embalagem	Não aplicável		ODS 8 ODS 12
GRI 302 ENERGIA				
302-1	Consumo de energia dentro da organização	03. Âmbito Ambiental		ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
302-2	Consumo de energia fora da organização	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
302-3	Intensidade energética	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
302-4	Redução do consumo de energia	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
302-5	Reduções nos requisitos de energia de produtos e serviços	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 7 ODS 8 ODS 12 ODS 13
GRI 303 ÁGUA				
303-1	Interações com a água como recurso compartilhado	03. Âmbito Ambiental 03.3. Consumo de água		ODS 6 ODS 12
303-2	Gestão de impactos relacionados à descarga de água	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 6
303-3	Retirada de água	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 6
303-4	Descarga d'água	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 6
303-5	Consumo de água	03. Âmbito Ambiental 03.3. Consumo de água		ODS 6
GRI 304 BIODIVERSIDADE				
304-1	Locais operacionais pertencentes, alugados, geridos ou adjacentes a áreas protegidas e áreas de alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas	03. Âmbito Ambiental 03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade		ODS 6 ODS 14 ODS 15

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
304-2	Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade	03. Âmbito Ambiental 03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade		ODS 6 ODS 14 ODS 15
304-3	Habitats protegidos ou restaurados	03. Âmbito Ambiental 03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade		ODS 6 ODS 14 ODS 15
304-4	Espécies da Lista Vermelha da IUCN e espécies nacionais da lista de conservação com habitats em áreas afetadas por operações	03. Âmbito Ambiental 03.5. Desenvolvimento Agrícola e Biodiversidade		ODS 6 ODS 14 ODS 15
GRI 305 EMISSÕES				
305-1	Emissões diretas (escopo 1) de GEE (Direct (Scope 1) GHG emissions)	03. Âmbito Ambiental 03.4. Emissões		ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
305-2	Emissões indiretas de energia (Escopo 2) de GEE (GHG emissions)	03. Âmbito Ambiental 03.4. Emissões		ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
305-3	Outras emissões indiretas (escopo 3) de GEE	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
305-4	Intensidade das emissões de GEE	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
305-5	Redução de emissões de GEE	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
305-6	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozónio (ODS)	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
305-7	Óxidos de nitrogénio (NOX), óxidos de enxofre (SOX) e outras emissões atmosféricas significativas	Informação indisponível	Em 2021, a Misericórdia do Porto não dispunha de mecanismos próprios para proceder ao registo desta informação.	ODS 3 ODS 12 ODS 13 ODS 14 ODS 15
GRI 306 RESÍDUOS				
306-1	Geração de resíduos e impactos significativos relacionados a resíduos	1º Relatório de diagnóstico: procedimentos de gestão de resíduos na SCMP, 2021		ODS 3 ODS 6 ODS 11 ODS 12 ODS 13
306-2	Gestão de impactos significativos relacionados a resíduos	1º Relatório de diagnóstico: procedimentos de gestão de resíduos na SCMP, 2021		ODS 3 ODS 6 ODS 11 ODS 8 ODS 12 ODS 13
306-3	Resíduos gerados	03. Âmbito Ambiental 03.6. Gestão de resíduos		ODS 3 ODS 6 ODS 11 ODS 12 ODS 13 ODS 15
306-4	Resíduos não destinados para disposição final	03. Âmbito Ambiental 03.6. Gestão de resíduos		ODS 3 ODS 6 ODS 11 ODS 12 ODS 13
306-5	Resíduos destinados para disposição final	03. Âmbito Ambiental 03.6. Gestão de resíduos		ODS 3 ODS 6 ODS 11 ODS 12 ODS 13 ODS 15

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
GRI 307 CONFORMIDADE AMBIENTAL				
306-7	Não conformidade com legislação e regulamentação ambientais	Não foram identificadas quaisquer não conformidade com legislação ou regulamentação ambientais.		ODS 16
GRI 308: ANÁLISE AMBIENTAL DOS FORNECEDORES				
308-1	Novos fornecedores que foram analisados em critérios ambientais	Em 2021, não foram analisados novos fornecedores com base em critérios ambientais.		
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de abastecimento e ações tomadas	Em 2021, não foi realizada qualquer avaliação de impacto ambiental.		

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
GRI 400 DESEMPENHO SOCIAL				
GRI 401 EMPREGO				
401-1	Colaboradores contratados e rotatividade dos colaboradores	01. Governança Corporativa 01.1. Perfil Organizacional Os nossos colaboradores		ODS 5 ODS 8 ODS 10

Novas contratações por sexo	Total	Taxa
Masculino	31	22%
Feminino	113	78%
Total	**144**	**100%**

Novas contratações por faixa etária	Total	Taxa
Abaixo de 30 anos	65	45%
De 30 a 50 anos	66	46%
Acima de 50 anos	13	9%
Total	**144**	**100%**

Saídas por sexo	Total	Taxa
Masculino	23	17%
Feminino	111	83%
Total	**134**	**100%**

Saídas por faixa etária	Total	Taxa
Abaixo de 30 anos	45	34%
De 30 a 50 anos	51	38%
Acima de 50 anos	38	28%
Total	**134**	**100%**

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
401-2	Benefícios oferecidos aos colaboradores a tempo inteiro que não são disponibilizados aos colaboradores temporários ou a tempo parcial	04. Âmbito Social 04.1. Benefícios para os colaboradores		ODS 3 ODS 5 ODS 8
401-3	Licença parental	04. Âmbito Social 04.1. Benefícios para os colaboradores		ODS 5
GRI 402 RELAÇÕES LABORAIS				
402-1	Prazo mínimo para notificação sobre mudanças operacionais	04. Âmbito Social 04.2. Diversidade e igualdade de oportunidades		ODS 8
GRI 403 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL 2018				
403-1	Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional	04. Âmbito Social 04.3. Saúde e segurança ocupacional		ODS 8
403-2	Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes	04. Âmbito Social 04.3. Saúde e segurança ocupacional		ODS 8
403-3	Serviços de saúde ocupacional	04. Âmbito Social Serviços de saúde ocupacional		
403-4	Participação, consulta e comunicação dos trabalhadores sobre saúde e segurança ocupacional	04. Âmbito Social 04.3. Saúde e segurança ocupacional		ODS 8 ODS 16
403-5	Formação de trabalhadores em saúde e segurança ocupacional	04. Âmbito Social 04.3. Saúde e segurança ocupacional		ODS 8
403-6	Promoção da saúde do trabalhador	04. Âmbito Social 04.3. Saúde e segurança ocupacional		ODS 3
403-7	Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relacionamentos comerciais	04. Âmbito Social Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relacionamentos comerciais		ODS 8
403-8	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional	04. Âmbito Social 04.3. Gestão das relações laborais		ODS 8

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
403-9	Lesões relacionadas ao trabalho	04. Âmbito Social Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relacionamentos comerciais Durante 2021, a Misericórdia do Porto não registou óbitos resultantes de acidente de trabalho, nem acidentes de trabalho com consequência grave e acidentes de trabalho de comunicação obrigatória.		ODS 3 ODS 8 ODS 16
403-10	Doença relacionada ao trabalho	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 3 ODS 8 ODS 16

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
GRI 404 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO				
404-1	Média de horas de formação por ano por funcionário	04. Âmbito Social 04.5. Formação e desenvolvimento		ODS 4 ODS 5 ODS 8 ODS 10

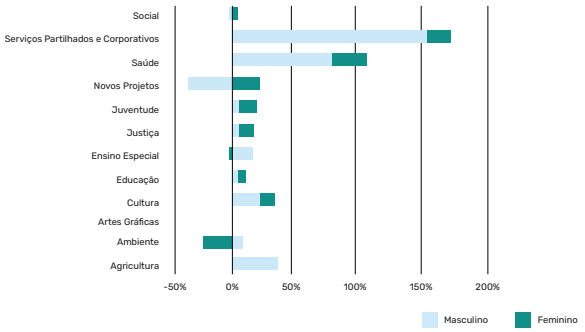
Sexo	Horas de formação	Média de horas de formação por colaborador
Masculino	1591	5
Feminino	4969	5
Total	**6560**	

Horas de formação por categoria profissional	Masculino	Feminino
Administrativo	221	1332
Chefia	126,5	535
Dirigente	6	6
Docente	4	46
Enfermeiro	220	774,5
Operário	51	0
Pessoal de Apoio	126	987,5
Pessoal Médico	183	86,5
Pessoal Técnico	52	85
Técnico Diagnósticos e Teratêutica	24	154,5
Técnico Superior	572,5	837
Técnico Superior de Saúde	5	125
Total	**1591**	**4969**

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
GRI 405 DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES				
405-1	Diversidade nos órgãos de governo e nos colaboradores	04. Âmbito Social 04.2. Diversidade e igualdade de oportunidades b)		ODS 5 ODS 8

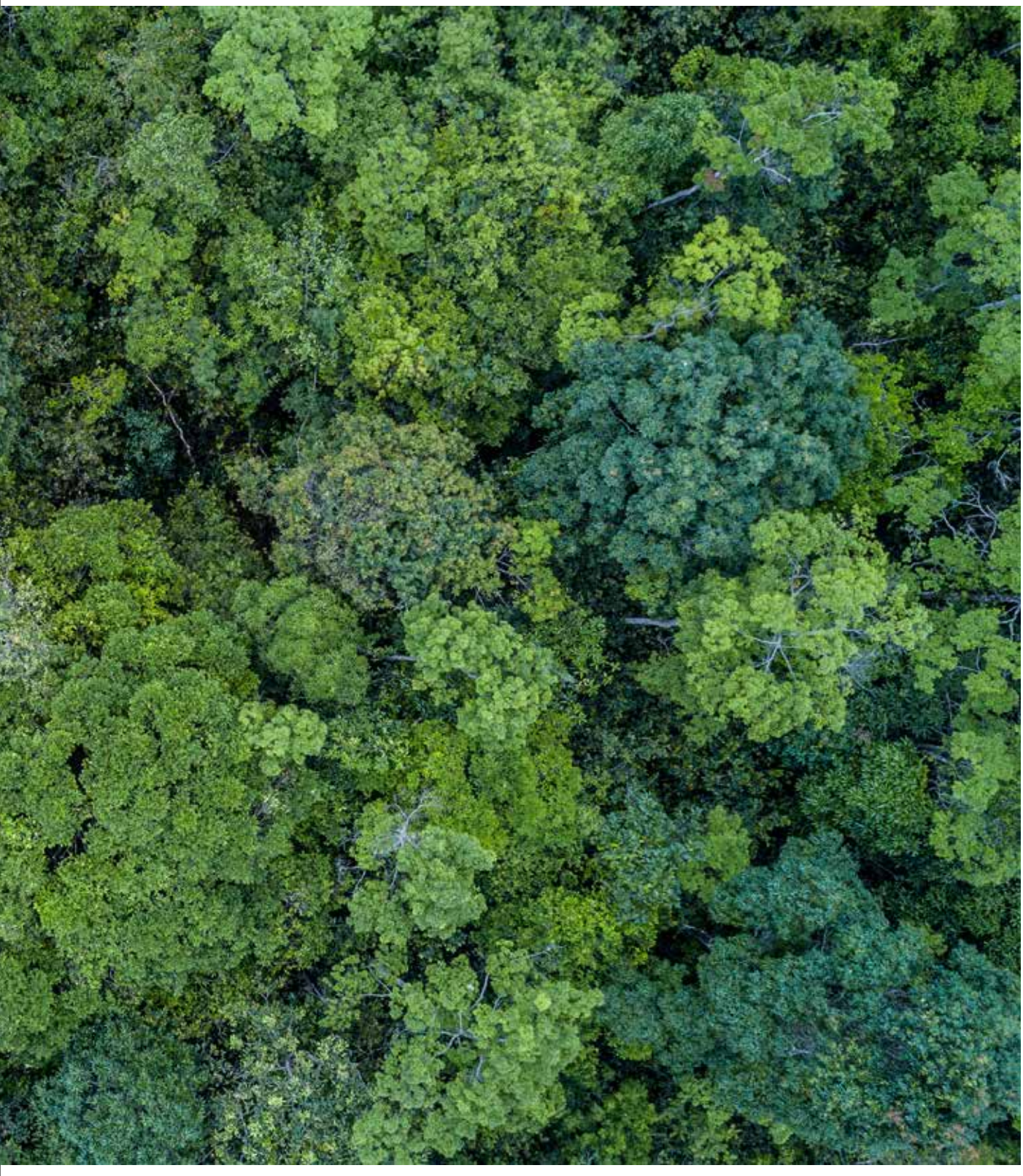
Categoria	Masculino	Feminino
Administrativo	2,17%	8,35%
Chefia	0,46%	1,08%
Dirigente	0,31%	0,08%
Docente	0,70%	3,40%
Enfermeiro	2,63%	17,48%
Operário	3,09%	1,16%
Pessoal de Apoio	8,74%	28,07%
Pessoal Médico	1,16%	2,78%
Pessoal Técnico	2,09%	1,39%
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	0,77%	1,86%
Técnico Superior	3,63%	8,12%
Técnico Superior de Saúde	0,08%	0,39%
Total	**25,83%**	**74,17%**

Categoria	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Administrativo	0,31%	3,02%	7,19%
Chefia	0,00%	1,16%	0,39%
Dirigente	0,00%	0,15%	0,23%
Docente	0,15%	3,25%	0,70%
Enfermeiro	4,33%	10,67%	5,10%
Operário	0,23%	1,01%	3,02%
Pessoal de Apoio	3,56%	12,99%	20,26%
Pessoal Médico	0,00%	1,70%	2,24%
Pessoal Técnico	0,00%	1,70%	1,70%
Técnico Diagnóstico e Terapêutica	0,39%	1,16%	1,08%
Técnico Superior	1,16%	7,9%	2,63%
Técnico Superior de Saúde	0,00%	0,31%	0,15%
Total	**10%**	**45%**	**45%**

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
405-2	Rácio do salário básico e remuneração entre mulheres e homens			ODS 5 ODS 8 ODS 10
GRI 406 NÃO DISCRIMINAÇÃO				
406-1	Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas	Em 2021 não foram reportados incidentes de discriminação.		ODS 5 ODS 8
GRI 407 LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA				
407-1	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 8
GRI 408 TRABALHO INFANTIL				
408-1	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 5 ODS 8 ODS 16
GRI 409 TRABALHO FORÇADO OU OBRIGATÓRIO				
409-1	Operações e fornecedores com risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou compulsório	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 5 ODS 8
GRI 410 PRÁTICAS DE SEGURANÇA				
410-1	Pessoal de segurança formado em políticas ou procedimentos de direitos humanos	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 16

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
GRI 411 DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS				
411-1	Incidentes de violações envolvendo direitos dos povos indígenas	Não aplicável		ODS 2
GRI 412 ANÁLISE DE DIREIROS HUMANOS				
412-1	Operações sujeitas a análises de direitos humanos ou avaliações de impacto	04. Âmbito Social 04.6. Direitos humanos Em 2021 não ocorreu qualquer análise de direitos humanos ou avaliações de impactos por entidades externas.		
412-2	Formação de funcionários sobre políticas ou procedimentos de direitos humanos	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	
412-3	Acordos e contratos significativos de investimento que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações de direitos humanos	Em 2021 não ocorreu qualquer análise de direitos humanos ou avaliações de impactos por entidades externas.		
GRI 413 COMUNIDADES LOCAIS				
413-1	Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento	04. Âmbito Social 04.7. Projetos sociais de 2021		
413-2	Operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais	Em 2021 não ocorreu qualquer avaliação de impacto que identificasse operações com impactos negativos reais e potenciais significativos nas comunidades locais.		ODS 1 ODS 2
GRI 414 AVALIAÇÃO SOCIAL DO FORNECEDOR				
414-1	Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios sociais	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 5 ODS 8 ODS 16
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas	Informação indisponível		ODS 5 ODS 8 ODS 16

GRI STANDARD	DESCRIÇÃO	RESPOSTA DIRETA | TÓPICO | HIPERLIGAÇÃO	OMISSÕES	ODS
GRI 415 POLÍTICAS PÚBLICAS				
415-1	Contribuições políticas	A Misericórdia do Porto não faz contribuições monetárias e em espécie para partidos políticos e para políticos.		ODS 16
GRI 416 SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE				
416-1	Avaliação dos impactos na saúde e segurança das categorias de produtos e serviços	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	
416-2	Incidentes de não conformidade relacionados aos impactos na saúde e segurança de produtos e serviços	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 16
GRI 417 MARKETING E ROTULAGEM				
417-1	Requisitos para informações e rotulagem de produtos e serviços	01.5. Envolvimento dos *stakeholders*		ODS 12
417-2	Incidentes de não conformidade relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 16
417-3	Incidentes de não conformidade relacionados a comunicações de marketing	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 16
GRI 418 PRIVACIDADE DO CLIENTE				
418-1	Reclamações substanciais relacionadas a violações da privacidade do cliente e perda de dados do cliente	Informação indisponível	As informações necessárias não puderam ser obtidas na qualidade adequada para serem relatadas.	ODS 16
GRI 419 CONFORMIDADE SOCIOECONÓMICA				
419-1	Não-conformidade com legislação e regulamentação nas áreas sociais e económica	Não se registou qualquer incidente no âmbito deste indicador.		ODS 16



Rua Joaquim de Vasconcelos, 79
4050-311 Porto

T +351 220 924 422
scmp@scmp.pt
www.scmp.pt